



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO ESPÍRITO SANTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL  
EM EDUCAÇÃO

MARIA ROSANIA STOFEL

**IMPLICAÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL  
NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS ALUNOS  
COM DEFICIÊNCIA DA REDE MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO  
CASTELO/ES**

VITÓRIA  
2022

MARIA ROSANIA STOFEL

**IMPLICAÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL  
NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS ALUNOS  
COM DEFICIÊNCIA DA REDE MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO  
CASTELO/ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação, na área de concentração Práticas Educativas, Diversidade e Inclusão Escolar.

Orientadora: Profa. Dra. Ines de Oliveira Ramos

VITÓRIA  
2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

S873i Stofel, Maria Rosania, 1978-  
Implicações da Política Nacional de Educação Especial na construção de Políticas Públicas para os estudantes com deficiência da Rede Municipal de Conceição do Castelo/ES / Maria Rosania Stofel. - 2022.  
160 f. : il.

Orientadora: Ines de Oliveira Ramos.  
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Educação Especial. I. Ramos, Ines de Oliveira. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. III. Título.

CDU: 37

---

MARIA ROSANIA STOFEL

IMPLICAÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL  
NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS ALUNOS  
COM DEFICIÊNCIA DA REDE MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO  
CASTELO/ES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação, na área de concentração Práticas Educativas, Diversidade e Inclusão Escolar.

Aprovado em 15 de setembro de 2022.

**BANCA EXAMINADORA**



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
INES DE OLIVEIRA RAMOS - SIAPE 3526670  
Chefe do Departamento de Teorias Ensino e Práticas Educacionais  
Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais - DTEPE/CE  
Em 26/09/2022 às 08:08

**Prof.ª Dr.ª. Ines de Oliveira Ramos**

Universidade Federal do Espírito Santo

Orientadora



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
DULCINEA CAMPOS SILVA - SIAPE 2109985  
Departamento de Educação, Política e Sociedade - DEPS/CE  
Em 03/10/2022 às 19:59

**Prof.ª Dr.ª. Dulcinéia Campos Silva**

Universidade Federal do Espírito Santo

Membro Interno



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
JACYARA SILVA DE PAIVA - SIAPE 2999412  
Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - DLCE/CE  
Em 26/09/2022 às 15:03

**Prof.ª Dr.ª. Jacyara Silva de Paiva**

Universidade Federal do Espírito Santo

Programa de Psicologia Institucional

Membro Externo



**INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO**

Documento capturado em 06/10/2022 15:01:14 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por HIRAN PINEL (CIDADÃO)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-5PPFBN>

**Prof. Dr. Hiran Pinel**

Universidade Federal do Espírito Santo

Programa de Pós-Graduação em

Educação

Membro Externo



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
ALEXANDRO BRAGA VIEIRA - MATRÍCULA 2094211  
Coordenador - Coordenação do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação  
Em 10/10/2022 às 08:52

**Prof.ª Dr.ª. Gilsilene Passon Picotetti**

**Francischetto**

Faculdade de Direito de Vitória

Membro Externo

Dedico este trabalho a todas as pessoas com deficiências do município de Conceição do Castelo/ES, pois são elas que nos ensinam que, com equidade, todos somos capazes de vencer os obstáculos que a vida nos impõe.

## AGRADECIMENTOS

Celebrar a vida...

Essa é minha prioridade neste momento e, seguramente, é a de milhares de pessoas ao redor do mundo. Viver este período de pandemia e sentir-se vitoriosa é motivo de celebração, gratidão e alegria, por isso meu agradecimento não poderia ser diferente. Minha fé me remete a DEUS, essa Força que me guiou durante toda a minha vida e, principalmente, neste presente incerto, mas recheado de perseverança. Entre essas incertezas e muito medo, conseguir concluir o mestrado é motivo para fortificar a fé e reconhecer que Deus é soberano em nossas vidas.

Como Pai Amoroso que é, não me deixou seguir esse caminho sozinha, colocando pessoas especiais em minha trajetória. Minha família foi minha fortaleza. Meu esposo, Luciano, e meus filhos, Thierry, Ediane e Eloah, não deixaram que eu perdesse o foco e me apoiaram em cada instante, dando-me inspiração e força.

Meu pai... meu paizinho... meu tudo, que Deus necessitou levar para junto Dele no mesmo ano em que fiz o processo seletivo para o Mestrado, deixou suas lembranças e seu amor que me fortaleceram a cada minuto. Com certeza ele está orgulhoso de sua filha!

Minha mãe... essa força em forma de mulher que Deus colocou no meu caminho fez com que estudar fosse prioridade. Obrigada, mãe, por ter sido guerreira sempre e não ter desistido de nos proporcionar esse bem que ninguém é capaz de nos tirar: os estudos. Você sempre lutou para que não desistíssemos de buscar conhecimentos... e consegui... Aqui estou! Muito obrigada, mãezinha!

Para que os momentos fossem sempre compartilhados, felizes ou não, Deus me presenteou com duas irmãs maravilhosas, Julia e Christiane. A vocês agradeço pelo apoio, pela confiança, pelos momentos que passamos juntas.

Para que meus conhecimentos não ficassem restritos, Deus me abençoou com palavras motivadoras do professor Alexandro Braga Vieira. Palavras que me levaram a participar do processo seletivo para o Mestrado Profissional. Serei sempre grata por ele não me deixar desistir. Graças a seu incentivo, consegui! Obrigada!

E o que dizer de você, professora Ines de Oliveira Ramos? Pessoa espetacular que nos agraciou com seus conhecimentos, paciência, conselhos, apoio... Eu poderia aqui listar milhares de palavras que refletem o que você é, mas penso não ser necessário, pois meu trabalho mostra o quanto sua presença nesse percurso foi importante para que minha pesquisa fosse concretizada de forma responsável e com resultados coerentes e essenciais para Conceição do Castelo/ES. Você é mais uma bênção de Deus em minha vida!

Professoras que participaram da Banca, Dulcinéia e Jacyara, muito obrigada por terem contribuído de forma maravilhosa com minha pesquisa. As sugestões feitas durante a Qualificação foram essenciais para o trabalho que apresento na Defesa. Obrigada! E aos professores, Hiran e Gilsilene, que se juntarão a nós na Defesa e, com certeza, trarão muitas contribuições, o meu carinho.

Profissionais da educação da Rede Municipal de Conceição do Castelo/ES, estudantes público-alvo da educação especial e suas famílias, meu muito obrigada. Vocês são bênçãos colocadas em meu caminho há alguns anos e me fortalecem a cada dia, fazendo-me querer mais pela educação de nosso município. É por vocês que estou aqui... e é pelos alunos com deficiências que estou buscando novos conhecimentos.

Enfim... Deus sabe que não nos criou para sermos sozinhos. Não trilhamos nossos caminhos sem o apoio de outras pessoas, por isso eu jamais chegaria aqui sem indivíduos especiais ao meu lado, incentivando-me, auxiliando-me, motivando. Obrigada a todos que estiveram comigo na construção desta história!

Gratidão, Senhor!

## RESUMO

A presente pesquisa, intitulada “Implicações da Política Nacional de Educação Especial na construção de Políticas Públicas para os estudantes com deficiência da Rede Municipal de Conceição do Castelo/ES”, teve por objetivo compreender criticamente as implicações da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar nas Políticas de Educação Especial implementadas pela Rede Municipal de Educação desse município. Respalda-se nas Legislações Nacional, Estadual e Municipal de Educação Especial vigentes, tendo por recorte o período 2008-2021. Aproximou-se dos conceitos de Linha Abissal, Monoculturas, Ecologias e Sociologia das Ausências e Emergências de Boaventura Sousa Santos (2002, 2007, 2019, 2021) para analisar criticamente as políticas implementadas pelo município, evidenciando desigualdades desencadeadas historicamente pela valorização da cultura hegemônica e discutindo a necessidade de se construir uma sociedade mais justa e menos hegemônica. Apoiou-se, ainda, nos estudos de autores da educação especial (RAMOS; VIEIRA, 2018; MANTOAN, 2021) para o fortalecimento das discussões desencadeadas no decorrer do estudo. O caminho metodológico utilizado foi o estudo de caso em uma abordagem qualitativa, o que permitiu analisar as situações nos contextos naturais em que ocorrem (ANDRÉ, 2013). Neste estudo, a Secretaria Municipal de Educação também possibilitou aproximações com as escolas e as famílias. Os atores do processo foram: secretários de Educação que atuaram a partir de 2008; pedagogos; professores de educação especial que trabalharam/trabalham no AEE; professores das salas de aula comuns que tiveram e/ou têm alunos com deficiências; alunos com deficiências, cujo grau de comprometimento não impediu a participação; e famílias de alunos público-alvo da educação especial. Os resultados da pesquisa nos mostraram que o município cumpre o que preconiza a legislação brasileira de educação especial, porém necessita tornar as políticas implementadas mais efetivas. Também precisa avançar para além das políticas nacional e estadual, implantando ações que atendam às peculiaridades dos estudantes conceiçoenses. O produto da pesquisa foi a realização de um Seminário de Apresentação dos Percursos e Resultados do Estudo.

Palavras-chave: Educação especial; políticas públicas; Política Nacional de Educação Especial de 2008.

## **ABSTRACT**

The present research entitled "National Policy implications for Special Education in the construction of Public Policies for students with disabilities from the township Network of Conceição do Castelo /ES", the objective was critically understanding the implications of the National Policy for Special Education from the perspective of school inclusion in the Special Education Policies implemented by the township Education Network of this municipality. The study has based on the National, State and Municipal Laws of Special Education in force, with the reference period 2008-2021. The concepts of Abyssal Line, Monocultures, Ecologies and Sociology of Absences and Emergences of Boaventura Sousa Santos (2002, 2007, 2019, 2021) to critically analyse the policies implemented by the township, highlighting inequalities historically triggered by the valorisation of the hegemonic culture and discussing the need of to build a fairer and less hegemonic society. It also based on the studies about special education of authors (RAMOS; VIEIRA, 2018; MANTOAN, 2021) to strengthen the discussions triggered during the study. The methodological way used it was the case study in a qualitative approach, which allowed analyzing the situations in the natural contexts in which they occur (ANDRÉ, 2013). In this study, the Municipal Secretary of Education it also enabled approaches with schools and families. The actors in the process were: Secretaries of Education who worked since 2008; pedagogues; special education teachers who worked/work in AEE; teachers of regular classrooms who had and/or have students with disabilities; students with disabilities, whose degree of impairment doesn't prevented the participation; and families of students targeted for special education. The results of the research showed us that the municipality complies with the Brazilian legislation about special education, but needs to make the policies implemented more effective. Also it needs to move beyond the national and state policies, implementing actions that meet the peculiarities of the conceiçoenses' students. The product of the research was the realization of a workshop of Presentation of the Study Paths and Results.

Key-words: Special Education; public policies; National Policy on Special Education of 2008.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 — Pórtico Ângelo Clemente Bortolin
- Figura 2 — Vista panorâmica de Conceição do Castelo/ES
- Figura 3 — Principal símbolo oficial do Município – Saíra Apunhalada
- Figura 4 — Vale da Formosa
- Figura 5 — Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição
- Figura 6 — Fazenda Santa Helena
- Figura 7 — Fazenda Santo Antônio
- Figura 8 — Fazenda Santa Tereza
- Figura 9 — Cachoeira da Fumaça
- Figura 10 — Símbolo da Festa do Sanfoneiro
- Figura 11 — Parque de Exposições Joaquim Pinto Filho – Sanfonão
- Figura 12 — Hino Municipal
- Figura 13 — Organograma da estrutura da Secretaria Municipal de Educação

## **LISTA DE TABELA**

Tabela 1 — Quantitativo de estudantes por escola da Rede Municipal de Ensino

Tabela 2 — Usuários matriculados na Apae

Tabela 3 — Itens que compõem a Sala de Recursos Multifuncionais Tipo I

Tabela 4 — Itens adicionados à Sala de Recursos Multifuncionais Tipo II

Tabela 5 — Carga horária de cada tipo de atendimento educacional especializado

## **LISTA DE SIGLA**

- AEE — Atendimento Educacional Especializado
- Apae — Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- CF/88 — Constituição Federal de 1988
- EMEF — Escola Municipal de Ensino Fundamental
- EMEI — Escola Municipal de Educação Infantil
- Epae — Estudante público-alvo da educação especial
- MEC — Ministério da Educação e Cultura
- PNEE — Política Nacional de Educação Especial
- SRM — Sala de Recurso Multifuncional

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
2	<b>REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	21
3	<b>O QUE A HISTÓRIA NOS CONTA SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA NO BRASIL?</b> .....	38
4	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	50
5	<b>METODOLOGIA</b> .....	57
6	<b>DESVELANDO O MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO</b> .....	61
6.1	O PARAÍSO É AQUI .....	62
6.2	A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SEU FUNCIONAMENTO .....	71
6.3	AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E AS AVALIAÇÕES EXTERNAS .....	73
6.4	INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA (APAE) X SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: O QUE DIZ A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO? .....	77
7	<b>PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E NORMATIVOS TRAZIDOS PELA PNEE/2008 E AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO/ES</b> .....	81
7.1	MAPEANDO AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PRODUZIDAS PELA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO .....	84
7.1.1	<b>Salas de recursos multifuncionais</b> .....	85
7.1.2	<b>Atendimento Educacional Especializado (AEE)</b> .....	87
7.1.3	<b>Adequação estrutural</b> .....	91
7.1.4	<b>Auxiliar de sala/estagiários</b> .....	92
7.1.5	<b>Transporte escolar para estudantes com deficiência</b> .....	93
7.1.6	<b>Formação continuada</b> .....	93
7.1.6.1	<i>Jornada Pedagógica Inclusão-Desafios e Possibilidades: Ampliando Horizontes (2011)</i> .....	94
7.1.6.2	<i>Educação especial: formação continuada para educadores, pedagogos e diretores (2013)</i> .....	95

7.1.6.3	<i>Formação em serviço: educação especial (2015)</i> .....	97
7.1.6.4	<i>Educação infantil/educação especial: formação continuada para educadores da educação infantil e especial, pedagogos, diretores e auxiliares de sala/estagiários (2019)</i> .....	98
<b>8</b>	<b>A COLETA DE DADOS E A INTERFERÊNCIA PANDÊMICA</b> .....	<b>101</b>
<b>9</b>	<b>OS IMPACTOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO</b> .....	<b>104</b>
9.1	O OLHAR DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO .....	106
9.2	O OLHAR DAS FAMÍLIAS .....	118
9.3	O OLHAR DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS .....	122
<b>10</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>129</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>133</b>
	<b>APÊNDICES</b> .....	<b>137</b>
	APÊNDICE A — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO) .....	138
	APÊNDICE B — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (FAMÍLIAS) .....	141
	APÊNDICE C — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) .....	144
	APÊNDICE D — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA RESPONSÁVEIS PELOS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL COM 05 ANOS) .....	147
	APÊNDICE E — TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) .....	150
	APÊNDICE F — ROTEIRO DAS PERGUNTAS DIRECIONADAS AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO .....	152
	APÊNDICE G — ROTEIRO DAS PERGUNTAS DIRECIONADAS ÀS FAMÍLIAS .....	154
	APÊNDICE H — ROTEIRO DAS PERGUNTAS DIRECIONADAS AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA .....	156

## 1 INTRODUÇÃO

A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada acontece. Dir-se-ia que tudo o que passa está organizado para que nada nos aconteça (LARROSA, 2002, p.2).

A citação de Larrosa (2002) nos faz refletir acerca da importância das experiências. Para ele, experiência é tudo aquilo que toca/atravessa/transforma o ser humano, modifica seu jeito de pensar e agir diante das situações impostas pela realidade, ajudando-o a ser capaz de provocar o incômodo necessário para promover modificação particular e social.

As experiências vivenciadas traduzem os anseios e os sonhos que nos movem. Minha trajetória explica grande parte da inquietação que sinto acerca das políticas de educação especial efetivadas no âmbito nacional, estadual e municipal, por isso o anseio em pesquisar sobre essa temática tão importante para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim, para explicitar as experiências que me movem a constituir este estudo de Mestrado e a organizar a introdução deste capítulo, opto<sup>1</sup> por apresentar o município de Conceição do Castelo/ES, cidade em que nasci e onde resido até os dias de hoje. Realizo esta pesquisa de Mestrado, pois busco analisar as implicações da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar de 2008 nas políticas locais implementadas pela Rede Municipal no tocante ao direito à educação para os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nesse lugar tranquilo, aconchegante e de muitas paisagens naturais, construo minha história pessoal e profissional e analiso (com o olhar da pesquisa acadêmica) as políticas de educação especial.

Conceição do Castelo, localiza-se na região serrana do Estado do Espírito Santo, a 120km da capital, Vitória, pela Rodovia 262. Possui 12.766 habitantes (IBGE/2015), é um município rico em recursos hídricos e exuberantes vegetações e, ainda, apresenta um clima tropical de altitude muito agradável.

---

<sup>1</sup> A introdução é escrita na primeira pessoa do singular por apresentar a relação pessoal entre a pesquisadora e o tema da pesquisa.

É justamente nessa cidade que nasci, precisamente, em uma comunidade do interior, não muito longínqua da sede do município, mas distante para se fazer o trajeto a pé. Por isso, ao completar idade escolar, minha família optou por mudar-se para uma localidade mais próxima para que minha irmã e eu pudéssemos estudar na sede com mais facilidade. Estarmos matriculadas em uma escola da cidade era essencial para minha mãe. Ela sempre valorizou a educação, mas dizia ter aprendido pouco nas escolas das comunidades onde morou, por isso não queria, sob hipótese alguma, que revivêssemos sua história.

À época, por volta de 1984, Conceição do Castelo/ES não tinha escolas em todas as comunidades. Havia uma escola maior na sede. Nos anos seguintes, o município passou a ter escolas unidocentes e pluridocentes em praticamente todas as comunidades rurais, algumas municipais e outras estaduais. Além disso, passou a contar com uma escola de segundo grau na sede, que oferecia cursos técnicos (Contabilidade, Agropecuária e Administração), no turno noturno, e o Magistério, visando à formação de professores para atuar nos anos iniciais do ensino fundamental, no diurno.

Então, cursei as séries iniciais do ensino fundamental na Escola Estadual Elisa Paiva e as séries finais e o Curso do Magistério, com habilitação para o Magistério das Séries Iniciais, na Escola Estadual Aldy Soares Merçon Vargas. Em seguida, no ano de 1997, iniciei o ensino superior na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Madre Gertrudes de São José, hoje, Centro Universitário São Camilo, em Cachoeiro de Itapemirim. Nessa instituição, cursei Pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar.

Foi um período de muitas realizações, porém, naquela época, cursar o ensino superior era um desafio. As faculdades mais próximas localizavam-se em Cachoeiro de Itapemirim, a 75km de distância de Conceição do Castelo/ES. Além disso, as opções de cursos eram reduzidas, pois havia apenas três instituições: Faculdade de Direito, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Para que as pessoas pudessem cursar o ensino superior, a Prefeitura Municipal apoiava com a cessão de um ônibus com motorista para realizar o traslado todos os

dias, porém tínhamos que contribuir com o combustível. Esse valor, somado ao pagamento das mensalidades da faculdade, fazia com que muitos jovens terminassem o ensino médio (na época chamado de 2º grau) e parassem de estudar.

Somente saíam para estudar em outros municípios as pessoas que podiam arcar com esse custo, uma vez que conseguir admissão em uma universidade federal era algo distante para grande parte dos estudantes. Assim, poucas famílias conseguiam manter um filho residindo em outra cidade.

Durante essa minha trajetória escolar (1993 a 2000) – entre o Curso de Magistério (2º grau) e a Graduação – o município começou a passar pelos processos de fechamento de escolas rurais e muitas eram nucleadas em comunidades maiores.

Esse processo de nucleação no Brasil, induzido pelas reformas educacionais na educação básica trazidas pela LDB nº 9.394/96, foi bastante intenso na década de 90. Segundo Gonçalves (2010), sob a alegação de que as escolas que eram núcleos, unisseriadas e com melhores condições materiais poderiam oferecer um ensino com mais qualidade que as precárias escolas multisseriadas e que a economia na redução de contratação de profissionais implicaria melhores investimentos em infraestrutura e formação docente, muitos alunos foram transferidos para comunidades maiores ou para as cidades.

Com a graduação em Pedagogia, em 2002, sou convidada a ocupar o cargo em comissão de Chefe do Departamento Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Conceição do Castelo, no qual permaneci durante um ano, desenvolvendo trabalhos pedagógicos voltados para o Ensino Fundamental I e II. Nesse ano, Conceição do Castelo/ES tinha um total de 20 escolas, distribuídas pelas principais comunidades<sup>2</sup> do município e mais duas estaduais localizadas na Sede.

Durante o período entre 2003 e meados de 2005, trabalhei em regime de designação temporária na Rede Municipal de Ensino como professora de educação infantil. Durante esse período, o total de escolas no município foi reduzido para 13 unidades de ensino municipais e 2 estaduais, uma vez que o número de estudantes era

---

<sup>2</sup> Alto Monforte, Caetetu, Indaiá (02), Mata Fria, Pindobas IV, Ribeirão da Conceição, Ribeirão de Santa Tereza, Ribeirão do Meio, Santa Luzia, Santa Tereza, Santo Antônio do Areião, São João da Barra, São José da Bela Vista Sede (03), Taquarussu, Vagem Alegre, Viçosa.

insuficiente para mantê-las em funcionamento, uma realidade que se acentua a cada dia nos municípios e que pode levar ao abandono escolar.

Em Reportagem Especial de “A Gazeta”, publicada em 10-03-2018, com o tema “Espírito Santo tem mais de 50 mil alunos fora da sala de aula”, a professora D<sup>a</sup> Eliza Bartolozzi Ferreira (2015) argumentou que o fechamento de escolas agrava a situação do abandono escolar, pois, com as turmas fechadas, para muitos alunos, a escola ficou distante e eles estão deixando de estudar. Porém, políticas públicas estão avançando cada vez mais nessa direção sob a alegação de que os gastos das escolas com poucos alunos são altos, impossibilitando o seu funcionamento.

Em 2005, presto concurso público para o cargo de Técnico Educacional (Pedagoga) e assumo no dia 1º de agosto do mesmo ano. Isso na maior escola do município, seguindo os conselhos de uma sábia professora do Curso de Pedagogia que dizia: “Quanto maior a escola, mais aprendemos”. Então, escolho viver a grande experiência com muito aprendizado. A escola, até então estadual, no citado ano, passou pelo processo de municipalização,<sup>3</sup> transferindo-se para a Rede Municipal de Ensino.

Nessa escola, aprendo a olhar para os alunos com deficiência com otimismo. Percebo, aos poucos, o quanto são capazes de aprender e de se desenvolver em relação aos conhecimentos acadêmicos, desde que coloquemos em análise o que denominamos currículo, conhecimento, ensino, tempo de aprender e experiências, como nos ensinou Larossa (2002) no início desta introdução. Ali percebo que os direitos desses estudantes eram tão menosprezados, que as famílias demonstravam achar um favor quando os filhos tinham algum deles atendidos.

Em 2009, a escola foi contemplada com equipamentos para organização de Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) para início do Atendimento Educacional Especializado. A SRM é um espaço localizado na escola de educação básica, equipado com recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos e objetiva potencializar o processo de escolarização dos estudantes público-alvo da educação especial.

---

<sup>3</sup> No ano de 2005, o Governo do Estado transferiu a responsabilidade de várias escolas de ensino fundamental para os municípios por meio de processo de municipalização. Sendo assim, o município de Conceição do Castelo/ES assumiu a Escola de 1º Grau Elisa Paiva.

Nessa sala é ofertado aos alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGDs) e/ou Altas Habilidades o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é um serviço complementar e/ou suplementar ao processo de escolarização e deve acontecer de preferência no contraturno. Sua função, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial (2008), é identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade para eliminação de barreiras que impeçam a participação e a permanência dos estudantes público-alvo da educação especial nas escolas comuns.

Um dos requisitos para o município participar do Programa Sala de Recursos Multifuncionais era possuir espaços-tempos nas escolas para tal instalação e indicar um professor e um técnico para realizar o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Atendimento Educacional Especializado. Nesse caso, ofertado pela Universidade Federal do Ceará em parceria com o MEC. Então, sou indicada, uma vez que trabalhava com o Ensino Fundamental I na escola com o maior número de matrículas de alunos com deficiência. Assim, o município inicia os movimentos voltados à política de educação especial, criando o Setor de Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação, pois, até esse momento, os alunos eram integrados na Apae de Conceição do Castelo.

Em função da Pós-Graduação em Atendimento Educacional Especializado e da experiência obtida na área de educação especial durante o tempo em que permaneci na escola, assumo, em 2011, a Coordenação de Educação Especial da Rede Municipal, função que exerço até a presente data.

Durante esse período à frente da Coordenação da Educação Especial do município, trilhei um longo caminho de conquistas e enfrentamento de adversidades. Posso dizer que os processos de inclusão têm acontecido de uma forma gradual, mas com bons frutos e conquistas. Gostaria que o processo fosse menos moroso, mas enfrento dia a dia os desafios necessários para assumir a escola comum como espaço-tempo de todos.

Com muito esforço foram matriculadas praticamente todas as crianças e os adolescentes com deficiência em idade escolar nas unidades de ensino do município. Além disso, a escola conta com ônibus adaptados recebidos do Estado e transporte

urbano organizado para todos os alunos com deficiência; há auxiliares de sala e/ou estagiários para auxiliar os estudantes nas atividades da vida diária e nas questões pedagógicas em sala de aula; e, mais recentemente, em 2018, o atendimento educacional especializado passou a ser ofertado somente nas escolas comuns, não permitindo que os alunos fizessem dois atendimentos: um na escola comum e outro na instituição filantrópica. Com isso, os estudantes passaram a ter um apoio mais preciso no campo pedagógico.

Conceição do Castelo/ES possui 11 escolas municipais que atendem desde a creche até o quinto ano do ensino fundamental, totalizando 1.575 alunos matriculados. Desse total, 41 são apoiados pela educação especial. O município possui, ainda, duas escolas estaduais, uma em tempo integral.

Assim, em 2019, decido ampliar meus conhecimentos na expectativa de contribuir com o desenvolvimento acadêmico dos estudantes público-alvo da educação especial, participando do processo seletivo para o Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Fui aprovada na Linha de Pesquisa, Práticas Educativas, Diversidade e Inclusão Escolar.

Ter a oportunidade de estar na academia e desenvolver pesquisa sobre as implicações da Política Nacional de Educação Especial de 2008 nas Políticas de Educação Especial implementadas pela Rede Municipal de Educação de Conceição do Castelo/ES é desafiante para minha trajetória, porém se constitui em um fator de contribuição para meu percurso profissional e para o fortalecimento das ações realizadas na municipalidade para que os alunos e os professores consolidem práticas em função de escolas mais inclusivas.

A apropriação de novos conhecimentos leva a reflexões que revelam ações potentes em busca de uma política educacional efetiva em favor dos estudantes prejudicados em sua vida acadêmica por diferentes fatores. Um deles é a falta de ações políticas e pedagógicas para lidar com a condição de deficiência e/ou transtornos globais do desenvolvimento que atravessa os modos de ser de muitos estudantes. Para tanto, esta pesquisa se aproximou das teorizações de Souza Santos (2007) para fundamentar a investigação. A Educação voltada para os preceitos da razão indolente faz com que conhecimentos e valores hegemônicos sobressaiam e, com isso, são

desvalorizados muitos saberes e experiências produzidos dentro de uma dada sociedade.

Dessa forma, considerando que este percurso acadêmico e profissional e as Políticas de Educação Especial em Conceição do Castelo/ES foram atravessadas pelo documento Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar, a presente pesquisa traz como ponto de partida a indagação: quais são as implicações da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar nas Políticas de Educação Especial implementadas pela Rede Municipal de Educação de Conceição do Castelo/ES, no período de 2008-2021?

Nessa perspectiva, trago como objetivo geral: compreender criticamente as implicações da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar nas Políticas de Educação Especial implementadas pela Rede Municipal de Educação de Conceição do Castelo/ES, no período de 2008-2021.

Para atingir o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) analisar os pressupostos teóricos e normativos trazidos pela PNEE/2008 para fazê-los dialogar com as Políticas de Educação Especial de Conceição do Castelo/ES;
- b) mapear as Políticas de Educação Especial que foram produzidas pela Rede Municipal de Conceição do Castelo, no período de 2008 a 2018, para relacioná-las com a PNEE/2008;
- c) analisar como a PNEE/2008 impulsionou a implementação de políticas pela Secretaria Municipal de Educação de Conceição do Castelo, visando a abordar a educação especial em uma perspectiva inclusiva;
- d) identificar os impactos das políticas implementadas pelo município na vida escolar, familiar e social dos estudantes público-alvo da educação especial;
- e) realizar, como produto educacional, a partir dos estudos empreendidos, um seminário de apresentação dos percursos e resultados da pesquisa.

O método utilizado para efetivação da pesquisa é o Estudo de Caso. Segundo Gil (2002), consiste na pesquisa profunda e exaustiva de um ou poucos objetos, de

maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento. Dessa forma, foi possível coletar dados relevantes no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Conceição do Castelo/ES, assim como entrevistar pessoas envolvidas nos processos de educação especial: professores, estudantes, famílias, entre outros.

Com isso, pude conhecer e analisar as contribuições da Política Nacional de Educação Especial de 2008 na vida dos envolvidos, na efetivação de políticas produtoras de uma Educação menos hegemônica e mais igualitária e que não reduzam as diferenças à inferioridade.

Essas Políticas de Educação Especial enfrentam a cultura de preconceitos e de discriminações construída ao longo da história e, mesmo que seja reconhecida a existência do multiculturalismo, muitas ações são marcadas pelos resquícios eurocêntricos, ainda muito presentes em nossa sociedade.

Dessa forma, apresentadas as questões que ajudam a compor o tema, o problema e os objetivos deste estudo, assim como a justificativa para realizá-lo, passo para o segundo capítulo da dissertação que busca dialogar com estudos realizados a partir de 2008 e que trazem a temática voltada aos impactos da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar nas redes públicas de ensino, revelando ao leitor o que vem sendo produzido sobre o assunto por outros pesquisadores até o momento.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

Compreendendo nossa incompletude e a necessidade em dialogar com outros autores e outros trabalhos, pesquisamos dissertações, teses e artigos que buscaram estudar o tema desta pesquisa ou temas que dela se aproximam e, também, abarcam as questões que envolvem as Políticas de Educação Especial em diversos municípios brasileiros.

A busca pelas pesquisas foi realizada por meio da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (Capes) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). As palavras utilizadas no primeiro momento para a busca foram: municípios e Política Nacional de Educação Especial de 2008; em um segundo momento, foram usadas as expressões: implicações e Política Nacional de Educação Especial de 2008, porém os trabalhos apresentados foram os mesmos nas duas buscas.

Dentre os estudos encontrados, poucos se referiam exatamente ao que propomos com a presente pesquisa, mas foram selecionadas oito dissertações, uma tese e um artigo que se aproximam e possuem potencial para auxiliar na compreensão das implicações da Política Nacional de Educação Especial de 2008, nas políticas públicas de educação especial nos municípios brasileiros. Dessa forma, foi-nos permitido apreender melhor a dimensão do assunto e como ele vem sendo tratado ao longo dos anos.

Para planearmos com mais clareza os trabalhos selecionados, organizamos o quadro a seguir:

Quadro 1 — Trabalhos trazidos na revisão bibliográfica (continua)

Nº	ARTIGO, TESE OU DISSERTAÇÃO	AUTOR	ANO	INSTITUIÇÃO	TÍTULO
1	Dissertação	Welita Gomes de Almeida	2010	Universidade Federal da Paraíba	A Política Nacional de Educação inclusiva: um estudo de escolas da Rede Municipal de Gurinhém/PB

Quadro 1 — Trabalhos trazidos na revisão bibliográfica (continuação)

Nº	ARTIGO, TESE OU DISSERTAÇÃO	AUTOR	ANO	INSTITUIÇÃO	TÍTULO
2	Dissertação	Solange Santana dos Santos Fagliari	2012	Universidade de São Paulo	A educação especial na perspectiva da educação inclusiva: ajustes e tensões entre a política nacional e a municipal
3	Dissertação	Liliane Eremita Schenfelder Salles	2013	Universidade Federal do Paraná	As Políticas de Educação Especial no Estado do Paraná e a escola de educação básica na modalidade de educação especial
4	Dissertação	Maria da Glória Lima Pereira Vernick	2013	Universidade Federal do Paraná	A Política de Educação Especial no Município de Pinhais/PR (2008-2011) e o direito à educação inclusiva
5	Dissertação	Denise Soares da Silva Alves	2014	Universidade Estadual de Campinas	Uma análise da implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no município de Jundiaí/SP
6	Tese	Dorcely Isabel Bellanda Garcia	2015	Universidade Estadual de Marigá	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva na Região Sul do Brasil
7	Dissertação	Louizi Mari da Rocha	2016	Universidade Federal do Paraná	A gestão da educação especial nos municípios da Área Metropolitana Norte de Curitiba: uma análise decorrente da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Quadro 1 — Trabalhos trazidos na revisão bibliográfica (conclusão)

Nº	ARTIGO, TESE OU DISSERTAÇÃO	AUTOR	ANO	INSTITUIÇÃO	TÍTULO
8	Dissertação	Angélica Aparecida Alves Lourenço	2019	Universidade Estadual Paulista	Políticas para Educação Inclusiva no Município de Campinas: o que dizem as legislações nacionais e municipais
9	Artigo	Mariangela Lima de Almeida/Douglas Christian Ferrari de Melo/Marilei de Gonçalves França	2019	Universidade Federal do Espírito Santo	Repercussão da Política Nacional de Educação Especial no Espírito Santo nos últimos dez anos
10	Dissertação	Eunice Rodrigues Valle Parada	2021	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Os conceitos de educação e aprendizagem ao longo da vida: aspectos históricos e a educação especial brasileira

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2021).

Iniciando o diálogo com as produções pesquisadas e selecionadas, começamos com a pesquisa de Almeida (2010) que traz como título “A Política Nacional de Educação Inclusiva: um estudo de escolas da Rede Municipal de Gurinhém/PB”. Essa pesquisa é bastante interessante por ter acontecido logo após a criação da Política Nacional de Educação Especial de 2008 e mostra as angústias dos profissionais nesse primeiro momento da inclusão de estudantes público-alvo da educação especial na escola regular.

Trata-se de uma Dissertação de Mestrado da Universidade Federal da Paraíba, que tem por objetivo analisar os discursos dos professores sobre a Política Nacional de Educação inclusiva e seus desdobramentos nas escolas da rede regular do município de Gurinhém/PB. As questões norteadoras são: a) Quais as percepções dos professores sobre a inclusão? b) Como estão organizadas as escolas para efetivação

das políticas de inclusão? c) Quais práticas pedagógicas estão sendo desenvolvidas pelos professores das escolas públicas no sentido de incluir as crianças com deficiência em classes regulares?

Para responder a tais questões, Almeida (2010) faz uma análise histórica do processo de inclusão e uma observação quanto à Política de Educação Inclusiva e ressalta que a discussão sobre o assunto deve ir além do discurso oficial. Para tanto, compreender a visão dos professores nesse período inicial de efetivação da Política Nacional de Educação Especial é interessante para visualizarmos como ela se desenvolveu durante a década de sua implantação.

Segundo Almeida (2010), as professoras entrevistadas defendem que as crianças com deficiência devem estar na escola regular, porém sinalizam que deveriam ter um espaço específico para serem atendidas, pois não se adaptam ao ritmo da classe regular. Ou seja, suas concepções sobre inclusão estão restritas ao fato de que as crianças com deficiência possuem o direito de estar na escola, mas ignoram as formas de exclusão dentro do espaço escolar.

Em relação à organização das escolas, não possuem os subsídios necessários para o acesso, participação e aprendizagem dos alunos com deficiência. Além disso, não oferecem o atendimento educacional especializado, conforme reza a legislação. Almeida (2010) frisa ainda que os problemas estruturais das escolas são muitos, desde a estrutura física até às questões curriculares, formação de professores, recursos didáticos pedagógicos e falta de profissionais especializados.

Almeida (2010) nos mostra os desafios da implantação da Política Nacional de Educação Especial de 2008 que, na verdade, em muitos municípios, ainda hoje, continuam com essas mesmas dificuldades, fragilizando o direito à educação de muitas pessoas com deficiência.

Dessa forma, a pesquisa de Almeida (2010) nos remete ao município de Conceição do Castelo/ES, enfatizando também dificuldades lá encontradas. Mesmo após uma década de existência da Política Nacional de Educação Especial, os avanços têm sido lentos em todo o país, as ações implantadas pelos municípios não fazem concretizar, de fato, a inclusão dos alunos com deficiência na escola regular.

A segunda pesquisa analisada é uma Dissertação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, realizada por Fagliari (2012) e traz como título “A educação especial na perspectiva da educação inclusiva: ajustes e tensões entre a política nacional e a municipal”. O trabalho objetiva investigar como o município de São Bernardo do Campo, São Paulo, ajustou sua política local – no período de 2009 a 2011 – às diretrizes preconizadas pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, bem como aos demais documentos orientadores emanados pelo Governo Federal.

Fagliari (2012) optou por uma pesquisa qualitativa que considerou a análise de legislação, de documentos produzidos pela Secretaria de Educação e entrevistas com a equipe de orientação técnica e gestora municipal da seção de educação especial. Foi constatado que, a partir de 2009, o município definiu que a política de atendimento aos estudantes público-alvo da educação especial seria implementada de acordo com as diretrizes e normas oriundas do Governo Federal.

Segundo Fagliari (2012), uma reversão significativa dos serviços que eram ofertados de forma substitutiva foi identificada, embora ajustes não preconizados no âmbito federal tenham sido operacionalizados no plano local.

Fagliari (2012), a partir de sua pesquisa, pôde refletir que a implementação da Política Nacional de Educação Especial de 2008, na esfera local, é bastante complexa e destaca que, até o final da pesquisa, não havia sido possível implantar totalmente o que é preconizado pelo Governo Federal em relação à educação especial.

A autora nos retrata que, após quatro anos de existência da Política Nacional de Educação Especial, o cenário nos municípios para sua implementação é caótico. Como pesquisadora, podemos complementar que esse percurso se mostra lento, difícil e, muitas vezes, desacreditado, o que torna o caminho ainda mais obtuso.

A pesquisa de Fagliari (2012) corrobora o nosso trabalho à medida que apresenta um cenário de dificuldades reais enfrentadas pelos municípios e que nos desperta para questões que envolvem (ou não) a seriedade quanto às políticas públicas implementadas para atendimento a uma parcela de estudantes historicamente discriminados pela sociedade em que vivemos.

A pesquisa de Salles (2013) traz o título: “As Políticas de Educação Especial no Estado do Paraná e a escola de educação básica na modalidade de educação especial”. Foi realizada pela Universidade Federal do Paraná. É uma dissertação bastante pertinente por se tratar de uma política que visa a dispor de uma escola de educação básica na modalidade de educação especial após cinco anos de vigência da Política Nacional de Educação Especial.

Na dissertação, Salles (2013) frisa que o Estado do Paraná incorpora em partes as políticas públicas de educação especial adotadas nacionalmente e ainda mantém o ensino comum e o ensino especial, mesmo após a promulgação do Decreto nº 6.571/2008.

O objetivo de Salles (2013) é analisar a política de implantação de uma escola de educação básica na modalidade de educação especial no Estado do Paraná, tendo como foco quatro escolas jurisdicionadas aos Núcleos Regionais de Educação do Município de Curitiba e Região Metropolitana Norte e Sul.

Salles (2013) enfatiza que a implantação dessas escolas denominadas de educação básica, na modalidade de educação especial, deve-se à solicitação escrita da Federação das Apaes e transformou as escolas especiais em escolas de educação básica, porém o público-alvo continua sendo os estudantes com deficiência intelectual, transtornos globais do desenvolvimento e múltiplas deficiências. Ou seja, trata-se de uma política pública que provoca cada vez mais o distanciamento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva de 2008, conforme frisa a autora.

Vale destacar que esse impasse com a Federação das Apaes, provavelmente, aconteceu e ainda acontece em vários Estados e Municípios. Encontra-se impregnada culturalmente na sociedade a ideia de que são as Instituições Filantrópicas (Apaes) que sabem trabalhar com os estudantes público-alvo da educação especial. Por isso, há uma pressão muito grande para que continuem sendo escolas ou Centros de Atendimento Educacional Especializado.

Salles (2013) conclui, em sua pesquisa, que a razão primeira da implantação da escola de educação básica na modalidade de educação especial é a crença de que, para os alunos com alto grau de comprometimento, a política nacional não traz

benefícios, violando seu direito à educação, uma vez que a escola regular não teria condições de oferecer aprendizagem e atendimento educacional especializado.

Outro apontamento feito por Salles (2013) é que a escola implantada, apesar de receber o nome de Escola de Educação Básica, oferta apenas do 1º ao 5º ano, abstendo-se da educação infantil, dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio.

Por último, Salles (2013) pontua que os profissionais entrevistados concordam que os estudantes com alto grau de comprometimento necessitam de um espaço especializado, mas desconhecem a identidade dessa nova política, no que se diferencia da escola especial historicamente constituída no Brasil. Além disso, demonstram dificuldades para analisar as legislações nacionais e estaduais de educação especial.

A pesquisa de Salles (2013) nos provoca a ouvir, durante o desenvolvimento do nosso trabalho, diferentes segmentos para compreendermos a visão que se tem sobre a inclusão, buscando, inclusive, mostrar pontos positivos desse processo. A partir do momento em que um município implanta uma política pública em que a segregação continua se perpetuando, torna-se difícil compreender que estar em um ambiente inclusivo é mais significativo e importante para os estudantes público-alvo da educação especial. Dessa forma, faz-se importante avaliar se, no município de Conceição do Castelo/ES, os profissionais da educação e as famílias compreendem a importância dessas políticas de inclusão para o desenvolvimento dos alunos.

O quarto trabalho analisado é uma Dissertação da Universidade Federal do Paraná realizada por Vernick (2013), intitulada “A Política de Educação Especial no Município de Pinhais/PR (2008-2011) e o direito à educação inclusiva”. A pesquisa tem como objetivo analisar as políticas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva no município de Pinhais/PN, no período 2008-2011, tendo em vista, segundo a autora, o processo de municipalização do ensino fundamental e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008.

Venick (2013) reforça o que Salles (2013) também destacou em sua pesquisa: a divergência entre a Política Nacional de Educação Especial e os grupos que buscam

assegurar a continuidade das instituições especializadas. Portanto, a educação especial nesse Estado continua em caráter substitutivo ao ensino regular.

De acordo com Vernick (2013), os municípios paranaenses ora são cobrados pela política nacional de educação especial, que defende a inclusão total dos alunos públicos da educação especial na escola regular, ora são cobrados pela política estadual, que defende a inclusão parcial, com a manutenção das escolas especiais pelas instituições filantrópicas sem fins lucrativos. Com isso os municípios do Estado do Paraná convivem com legislações contraditórias em relação à educação especial.

Vernick (2013) verificou, por meio da pesquisa, que o município de Pinhais/PN se preocupou com o atendimento aos pressupostos da educação especial na perspectiva inclusiva, porém essa modalidade foi vencida pela perspectiva da integração. No entanto, ressalta que houve redução no número de matrículas de estudantes com deficiência nas escolas especializadas e aumento nas escolas regulares. Todavia, essa constatação não reflete qualidade e igualdade de condições.

Outra questão percebida por Vernick (2013), que vem ao encontro de todos os municípios brasileiros, é a formação inicial e continuada dos profissionais, que ainda deixa a desejar em relação à educação especial. Nos cursos de graduação, a disciplina é recente e superficial e, em termos de formação continuada, os professores sentem necessidade de formação nos conteúdos específicos da educação especial e de direcionamento do planejamento dos cursos de forma imediata e sistemática.

Vernick (2013) ressalta que, segundo a gerente de educação especial do município de Pinhais, as escolas que recebem alunos com deficiência são apoiadas com a contratação de estagiários ou a redução do número de alunos em sala de aula. Os estudantes com deficiência passaram a ter atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais.

Dessa forma, Vernick (2013) conclui sua pesquisa afirmando que Pinhais/PN possui uma política de educação especial e que as mudanças que estão ocorrendo na Secretaria Municipal estão cooperando para a garantia da permanência dos alunos com deficiência na escola regular por meio da viabilização de recursos humanos, materiais, recursos financeiros, salas de recursos multifuncionais, rede de apoio e outros. Alerta, porém, para a necessidade de ressignificação de alguns aspectos como

a formação continuada de professores e o papel da escola básica na modalidade de educação especial.

O trabalho de Vernick (2013) traz questões muito pertinentes em relação ao município de Conceição do Castelo/ES, uma vez que a formação continuada mais eficaz é uma demanda dos profissionais da educação. Além disso, a problemática da contratação de estagiários para substituir o cuidador também é uma realidade, um ponto importante de discussão sobre as políticas implementadas por esse município.

O quinto trabalho selecionado é uma Dissertação da Universidade Estadual de Campinas de autoria de Alves (2014), intitulada “Uma análise da implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no Município de Jundiaí/SP”. O objeto de estudo da pesquisa é a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Rede Municipal de Ensino de Jundiaí/SP, selecionando, como recorte de análise, o ano 2008-2013. Assim, buscou identificar e analisar as características do sistema municipal a partir da aplicação dessa política, analisando suas consequências no contexto da prática.

Alves (2014) observa que, após cinco anos de implementação da Política Nacional de Educação Especial, o município de Jundiaí está se ajustando às novas configurações definidas pela política e enfrentando desafios que perpassam as esferas pessoais, econômicas e físicas.

Segundo Alves (2014), a pesquisa apontou que alguns diretores apresentam resistências quanto à implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, o que se configurou um entrave, já que deveriam organizar o espaço para o recebimento dos equipamentos.

Na esfera econômica, de acordo com a autora, a pesquisa identificou a inviabilização de recursos da Secretaria de Educação ao Núcleo de Políticas Públicas para Inclusão, dificultando a resolução de demandas imediatas do setor. Porém, quantias altas eram empregadas em consultorias externas.

Alves (2014) aponta, na esfera física, a acessibilidade como um ponto frágil no município de Jundiaí. Os avanços alcançados nesse sentido foram concretizados por meio de voluntários, o que é insuficiente para eliminar barreiras potenciais.

A pesquisa identificou ainda a necessidade de articulação entre os diferentes setores da Secretaria Municipal de Educação e o Núcleo de Políticas Públicas para Inclusão a fim de subsidiar ações que atendam às novas demandas que surgem com a Política Nacional de Educação Especial. Alves (2014) cita, como exemplo de uma dessas demandas, a situação dos alunos matriculados nas escolas rurais que moram distantes dos polos que ofertam o Atendimento Educacional Especializado.

Alves (2014) ressalta, ainda, que, apesar dos desafios, a pesquisa mostrou que as perspectivas são favoráveis. Foi a partir da Política Nacional de Educação Especial de 2008 que o município de Jundiaí/SP modificou a estrutura proposta para a educação especial, definiu os papéis que seriam ocupados pela Secretaria Municipal de Educação e pelas instituições especializadas, apropriando-se definitivamente da responsabilidade no oferecimento e coordenação da educação especial municipal.

Com sua pesquisa, Alves (2014) nos despertou para a necessidade de analisarmos com atenção questões voltadas aos alunos das escolas mais distantes, onde a dificuldade da oferta do AEE no contraturno é maior. Outro ponto sobre o qual a pesquisa de Alves (2014) nos alerta refere-se à articulação entre todos os setores da Secretaria Municipal de Educação, pois ações desvinculadas podem acontecer, prejudicando as ações voltadas à educação especial.

O sexto trabalho selecionado é uma Tese de Doutorado da Universidade Federal de Maringá, de autoria de Garcia (2015), que traz por título: “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva na Região Sul do Brasil”. A pesquisa teve por objeto investigar, analisar e compreender a efetivação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva nos três Estados da Região Sul do Brasil.

De acordo com Garcia (2015), a tese foi realizada por meio de estudos teóricos e pesquisa de campo com aplicação de questionários a professores que atuam em escolas de ensino fundamental e educação especial e que participaram de um curso de especialização em AEE, na modalidade a distância, realizado pela Universidade

Estadual de Maringá, de 2010 a 2012. Além de realizadas entrevistas semiestruturadas com professores que, no período da coleta, atuavam em salas de recursos multifuncionais no ensino regular, equipes pedagógicas das escolas, coordenadoras de educação especial dos municípios de Chapecó/SC, Capão da Canoa/RS e Maringá/PR. Foram realizadas também, observações em SRMs e em salas do ensino regular, onde havia alunos considerados em situação de inclusão.

Garcia (2015) salienta que foram analisados ainda documentos referentes às políticas de educação especial e documentos normativos de cada um dos Estados e municípios que fizeram parte da pesquisa.

Os resultados da pesquisa de Garcia (2015) apontam que: a) nos municípios e escolas pesquisadas, estão sendo elaborados documentos normativos, leis, projeto político-pedagógico que preveem a efetivação das políticas educacionais inclusivas; b) nas SRMs acontecem mediações pedagógicas que contribuem para o desenvolvimento dos alunos que as frequentam; c) as ações continuam sendo iniciativas individuais, e aquelas que extrapolam a própria escola se caracterizam como desafios e apresentam iniciativas individuais; d) com a democratização do ensino, o acesso dos alunos em situação de inclusão foi universalizado, mas a exclusão continua ocorrendo para as pessoas e grupos que não se enquadram aos padrões de homogeneização estabelecidos.

O trabalho de Garcia (2015) nos auxilia a perceber que ações estão sendo implementadas em diversos municípios, inclusive em Conceição do Castelo/ES, porém necessitam firmar-se de fato. Além disso, muitas dessas ações são iniciativas individuais, faltando a efetivação de políticas públicas que dialoguem e que as fortaleçam.

O sétimo trabalho é uma Dissertação da Universidade Federal do Paraná realizada por Rocha (2016), intitulada: “A gestão da educação especial nos municípios da Área Metropolitana Norte de Curitiba: uma análise decorrente da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”.

A pesquisa de Rocha (2016) teve como objetivo investigar as mudanças decorrentes da efetivação das diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, na gestão da educação especial nos municípios da Área

Metropolitana Norte de Curitiba, contribuindo para o campo da política educacional inclusiva para todos os alunos. A pesquisa, de abordagem quanti-qualitativa, foi realizada em duas etapas: a) pesquisa documental, em que foram analisados textos legais e oficiais publicizados pelo setor de educação especial de cada município participante da pesquisa; documentos relativos à oferta do AEE, acessibilidade dos prédios escolares e programas subsidiados pelo MEC/Secadi; b) entrevista semiestruturada com todos os gestores da educação especial contemplando os temas: histórico da educação especial no município; concepção de educação inclusiva do gestor; políticas educacionais inclusivas no município; avaliação da Política Nacional de Educação especial/inclusiva.

Assim como as demais pesquisas realizadas no Paraná, Rocha (2016) destaca o fato de o Estado assumir diretrizes político-administrativas divergentes das do Governo Federal, em relação às políticas de educação especial. Isso traz impactos negativos quanto à taxa de inclusão dos alunos com deficiência na escola regular, em comparação com a média nacional.

Dessa forma, Rocha (2016) identifica inúmeros desafios para os municípios pesquisados constituírem sistemas educacionais inclusivos, necessitando comprometimento e articulação das diferentes esferas governamentais – nacional, estadual e municipal – tendo o gestor de educação especial importante papel na mediação das ações referentes à efetivação das políticas educacionais inclusivas.

Essas dificuldades encontradas pelos municípios paranaenses se assemelham com os obstáculos enfrentados pelos municípios capixabas, uma vez que as instituições filantrópicas também são muito valorizadas no campo educacional por diversos segmentos governamentais e da sociedade civil. Isso faz com que se torne um desafio para os gestores da educação especial fazer com que os alunos com deficiência sejam aceitos nas escolas regulares, assim como torná-las verdadeiramente inclusivas.

No município de Conceição do Castelo/ES, a resistência foi muito grande quando a Secretaria Municipal de Educação deixou de fazer Convênio com o Governo de Estado para que a instituição filantrópica ofertasse o AEE concomitantemente à escola regular, o que é considerado desnecessário e cansativo para os estudantes. Porém, o fato de o Governo Estadual manter essa possibilidade de acordo com a visão de

APAE construída historicamente ao longo dos anos faz com que as pessoas não percebam pontos relevantes para construção de políticas educacionais mais inclusivas.

A pesquisa de Lourenço (2019) foi a oitava selecionada e traz como título: “Políticas para educação inclusiva no município de Campinas: o que dizem as legislações nacionais e municipais”. Foi desenvolvida pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e teve como objetivo investigar como a legislação municipal dialoga com a teoria que influencia práticas inclusivas e a legislação nacional.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental com coleta de dados em documentos oficiais, como leis, decretos, resoluções, pareceres nacionais e municipais sobre educação inclusiva e teve como recorte o período de 2008 a 2017.

Segundo Lourenço (2019), os dados foram analisados destacando as alterações de um documento para outro em temas relacionados com a educação inclusiva: escola inclusiva, formação de professores e AEE.

Lourenço (2019) identificou alguns pontos que foram levantados a partir da pesquisa e que fizeram parte da proposta de Plano de Intervenção como produto da pesquisa: ausência na legislação municipal da Política Nacional de Proteção dos direitos da pessoa com transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012); ausência na legislação municipal da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica (Lei nº 8.752/16). Também não foram encontrados nas legislações estudadas os termos escola inclusiva e cultura inclusiva. A legislação não se refere a reconhecer e valorizar a diferença de maneira sistemática, não apresenta instruções para o trabalho em sala de aula no contexto da diferença em uma escola para todos e não apresenta de forma sistemática a formação inicial, continuada e em serviço dos professores.

O trabalho de pesquisa de Lourenço (2019) contribuirá para nossa pesquisa quanto ao aspecto legal. Analisar as legislações se faz necessário para melhor entender como as políticas do município se fortalecem, como estão documentadas e como se concretizam no cotidiano das escolas. Conceição do Castelo/ES não é Sistema

Municipal de Educação,<sup>4</sup> por isso segue as normatizações estaduais. Dessa forma, trazer essa discussão para nossa pesquisa nos ajudará a compreender a autonomia do município diante das necessidades locais.

A nona pesquisa analisada é de autoria de Almeida, Melo e França (2019) e trata de um artigo intitulado “Repercussão da Política Nacional de Educação Especial no Espírito Santo nos últimos dez anos”. O texto tem por objetivo refletir acerca da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, suas implicações nas políticas públicas e ações voltadas aos alunos da educação especial, a partir do contexto do Espírito Santo.

Almeida et al. (2019) utilizam o Estudo de Caso para historicizar a educação especial no Estado do Espírito Santo. Para isso, realiza consultas a leis, resoluções, decretos e outros documentos, entrecruzando-os com relatos de gestores públicos de educação especial. Por fim, os autores problematizam a trajetória da matrícula nas redes de ensino por meio de análise de matrículas do censo escolar relativas à educação especial.

O trabalho de Almeida et al. (2019) vem reforçar estudos realizados em outros Estados, como mostrou a pesquisa de Rocha (2016) desenvolvida pela Universidade Federal do Paraná. Ao mesmo tempo em que as políticas públicas de educação especial garantem a inclusão de alunos com deficiência nas escolas e classes comuns do ensino regular, também ofertam apoio técnico e financeiro às instituições privadas sem fins lucrativos que atuam em educação especial.

Esse estudo será muito importante por referir-se ao Estado onde nosso município se encontra, portanto trata de nosso campo de atuação e nosso local de pesquisa. As Políticas de Educação Especial implementadas pelo Estado do Espírito Santo estão diretamente relacionadas com as ações de Conceição do Castelo, principalmente pelo fato de o município não ser Sistema de Ensino e estar, portanto, sob jurisdição da Secretaria de Estado da Educação (Sedu).

---

<sup>4</sup> Trata-se da organização legal da educação e se refere à União, Estados, Distrito Federal e Municípios. É regulamentado pela Constituição Federal/88 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96).

A décima pesquisa selecionada foi realizada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná e é de autoria de Eunice Rodrigues Valle Parada. Traz por título “Os conceitos de educação e aprendizagem ao longo da vida: aspectos históricos e a educação especial brasileira”. O estudo tem como objetivo analisar e compreender os conceitos de Educação ao Longo da Vida (ELV) e Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV), seus aspectos históricos e sua significação a partir de seu surgimento na legislação brasileira sobre educação especial e/ou sobre pessoa com deficiências/necessidades especiais. Nos documentos internacionais, analisa a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Declaração de Incheon aprovada em 2015, na Coreia do Sul, e seu Marco de Ação da Educação 2030.

Segundo a autora, a pesquisa objetiva, ainda, analisar as possíveis intencionalidades do legislador e as implicações que poderiam ocorrer a partir da inserção desses conceitos (ELV e ALV): na Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência); na Lei nº 13.632/2018, que modifica a LDB nº 9394/1996; na Nova Política para a Educação Especial brasileira, intitulada “Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida” (PNEE), instituída pelo Decreto nº 10.502/2020 e elaborada pelo MEC para substituir o documento “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (PNEEPEI), de 2008. Por fim, procura analisar e compreender os conceitos de equidade e inclusão os quais também compõem os termos qualificativos da nova PNEE.

Utilizando como metodologia a pesquisa exploratória e qualitativa, realizada por meio de pesquisa documental e bibliográfica, os estudos de Parada (2021) evidenciaram que os conceitos ELV e ALV surgem no bojo de mudanças que vêm articuladas com a perda de recursos financeiros e com o desmonte dos direitos que compõem nosso arcabouço legal relativo à educação especial e às pessoas com deficiência.

Segundo a autora, a principal intencionalidade do legislador parece ser a de imprimir as medidas neoliberais que protagonizam o recuo do papel do Estado no campo das políticas sociais, abrindo espaço para as organizações privadas, mercantis e não mercantis na implementação de ações no campo social. Parada (2021) constata que é nesse contexto que as instituições especializadas de educação especial privado-assistenciais têm seu lugar garantido nas proposições das políticas educacionais e

que a Lei nº 13.632/2018 se coloca nas alterações da LDB, conforme tem se constatado nos posicionamentos políticos quando da regulamentação da Lei do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), no final de 2020, e da nova PNEE para a educação especial. Parada (2021) frisa, ainda, que essas mudanças revelam o processo de desobrigação do Estado com a educação especial rumo à acelerada privatização da educação no Brasil.

A pesquisa de Parada (2021) traz o dilema vivenciado pelas pessoas com deficiência durante o presente governo com a proposta de uma nova política nacional de educação especial que, supostamente, atenderia melhor às expectativas desse público. Porém, na verdade, o que se propunha era um escancarado retrocesso em relação a todas as conquistas adquiridas e efetivadas até o momento.

Portanto, trata-se de um estudo muito pertinente à presente pesquisa, uma vez que analisaremos as políticas públicas de educação especial implementadas por um município que faz parte de todo esse contexto de debates e que, assim como a maioria dos municípios, possui impregnado culturalmente na sociedade a ideia de que a Apae é a instituição adequada e com capacidade para receber o público-alvo da educação especial. Esse estigma adquirido ao longo dos anos promove à sociedade civil o reforço dos discursos do atual Governo Federal. Assim, é inevitável trazer esses debates para nosso contexto de pesquisa.

Os trabalhos analisados dialogam com a presente pesquisa e evidenciam as dificuldades que os municípios de todo o território brasileiro enfrentam para a efetivação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. É possível nos identificarmos com cada estudo, com cada dificuldade e perceber que, apesar de grandes esforços dos municípios, algumas políticas estaduais e a força das instituições filantrópicas ainda se tornam empecilhos para diversas ações.

As políticas locais são enfraquecidas quando os apoios aos municípios são ausentes ou, pior, quando existem políticas em nível de Estado que fortalecem entidades e propiciam a existência de uma educação especial paralela à da escola regular. Dessa forma, as mudanças somente ocorrem com iniciativas individuais, o que leva muitos

municípios a desistir de lutar pelas matrículas dos alunos com deficiência nas escolas regulares. Além disso, acontece um atraso na conscientização de profissionais e da sociedade de forma geral quanto à importância de todas as escolas serem inclusivas.

Além de todas as dificuldades elencadas, o atual Governo Federal apresenta uma nova proposta de Política Nacional de Educação Especial, que se traduz em um explícito retrocesso das conquistas efetivadas até o momento, conforme mostram os estudos de Parada (2021). Dessa forma, os entraves para implementação de políticas públicas voltadas à inclusão escolar se tornam ainda maiores, pois muitos obstáculos já superados em alguns municípios retornaram às discussões novamente, por exemplo, a oferta da educação especial nas instituições privadas sem fins lucrativos.

Sem dúvidas, o município de Conceição do Castelo/ES também enfrenta diversos obstáculos citados nas pesquisas analisadas, por isso a importância de conhecer outros estudos acerca das políticas de educação especial desenvolvidas por municípios brasileiros e reconhecer que muitas ações estão sendo efetivadas, mas alguns pontos ainda necessitam ser repensados. Dessa forma, analisar as implicações da Pneepei/2008 nas políticas de educação especial do município será fundamental para refletir sobre alguns pontos e reformular ações que possibilitem favorecer o processo de inclusão dos estudantes público-alvo da educação especial na escola regular.

### **3 O QUE A HISTÓRIA NOS CONTA SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA NO BRASIL?**

Nosso país tem uma história de diferentes etnias, religiosidades e valores culturais. Somos marcados pela opressão e discriminação propagadas por ideais eurocêntricos trazidos por nossos colonizadores e que perduram até os dias atuais.

A forma como o Brasil foi colonizado deixou uma herança cultural de desvalorização em relação aos indivíduos negros, pobres, de religiões não católicas, pessoas com deficiência, entre outros, nitidamente perceptível nos diferentes momentos históricos vivenciados pelos brasileiros ao longo dos anos.

Sob a influência dos países europeus, o Brasil foi se constituindo a partir da vertente capitalista e por isso as classes trabalhadoras se sacrificavam para garantir a expansão das atividades industriais. Assim, a educação não era prioridade, tornando a maioria da população analfabeta.

As políticas educacionais surgem no Brasil a partir do século XIX, decorrendo de três vertentes: a crença no poder da razão cartesiana e da ciência; o projeto liberal de um mundo onde a igualdade de oportunidades viesse substituir a desigualdade baseada na herança familiar; e a luta pela consolidação dos Estados nacionais.

Apesar de a educação escolar ter ganhado a missão de alfabetizar os cidadãos, os sistemas nacionais de ensino não assumiram proporções significativas de imediato devido à inexistência de políticas educacionais efetivas. A precária rede de ensino preparava um pequeno contingente de funcionários públicos de médio e baixo escalão requerido pelo desenvolvimento do Estado moderno para cargos burocráticos.

A partir das primeiras décadas do século XX, a classe trabalhadora passa a ver a escola como a chance de ocupar um cargo público. Nesse sentido, iniciam-se as pressões populares por educação. Surge, então, a necessidade de explicações acerca da reprovação escolar, tarefa que coube à Psicologia Científica, e que mensurou a existência das diferenças individuais resultantes das desigualdades raciais, pessoais ou culturais.

Segundo Patto (1999, p. 53), o racismo nas sociedades industriais capitalistas era uma forma de justificar a diferença de classes sociais. Ainda de acordo com Patto (p.

58), a Psicologia ocupou posição de destaque entre as ciências que, na era do capital, participaram do ilusionismo que escondeu as desigualdades sociais sob o véu das desigualdades pessoais.

Entre os anos de 1890 e 1930, os psicólogos e pedagogos escolanovistas procuravam identificar e promover socialmente os mais aptos, independentemente de sua etnia ou origem. Porém, com a expansão dos sistemas de ensino, os educadores tiveram problemas para explicar as diferenças de rendimento da clientela escolar, assim como o acesso desigual aos graus mais avançados.

Assim, começam a surgir os pavilhões especiais para os “duros da cabeça”, que são crianças que não acompanhavam seus colegas no aprendizado e eram designados como anormais escolares.

De acordo com Patto (1999, p. 65), em 1920, é proposta por Chapéde a criação de classes especiais para os “retardados” e escolas especiais para os “bem-dotados”, colocando “o homem certo no lugar certo”.

Nos primeiros 30 anos do século XX, os testes de Quociente de Inteligência (QI), que é uma escala que ajuda a avaliar e comparar as habilidades das pessoas em diferentes áreas, adquirem grande peso nas decisões dos educadores em relação ao destino escolar das crianças.

Em 1930, as dificuldades de aprendizagens deixam de ser explicadas pelas questões biológicas e passam a ser consequência de questões sociofamiliares. Quanto às causas, são consideradas desde problemas físicos até emocionais e de personalidade. Surgem, então, as clínicas psicológicas de higiene mental e orientação infantil para estudar e corrigir os desajustes das crianças. Com isso a Psicologia começou a adentrar o espaço escolar, contribuindo para o processo de rotularização dos estudantes.

As crianças com deficiências físicas ou outras deficiências visíveis eram mantidas escondidas da sociedade pela família ou, até mesmo, abandonadas por elas. Acreditava-se que o nascimento de um filho com deficiência era uma forma de castigo para os pais.

A Constituição Federal de 1934 diz, em seu art. 149, que,

A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (BRASIL, 1934, p. 34).

Porém, esse direito estava longe de chegar a todos os indivíduos brasileiros, uma vez que a grande maioria da população não conseguia acessá-lo. Isso se torna evidente por meio do art. 150, parágrafo único, alínea “e”, da Constituição Federal/34, que diz que o Plano Nacional de Educação deverá obedecer a normas. Uma delas é: “[...] limitação da matrícula à capacidade didática do estabelecimento e seleção por meio de provas de inteligência e aproveitamento, ou por processos objetivos apropriados à finalidade do curso” (BRASIL, 1934, p. 34).

Apesar de ser um direito de todos, o acesso à escola estava condicionado à inteligência, o que fazia com que um quantitativo elevado de estudantes permanecesse fora desse espaço. Sabendo que a grande maioria desses estudantes inaptos a estarem na escola eram filhos de famílias da classe trabalhadora e pobre, muitas delas provavelmente eram crianças com deficiência intelectual, o que nem era citado à época.

Na Constituição Federal de 1937, a educação pública, gratuita e laica, perde espaço e a educação especial se encontra muito distante de ser citada. A necessidade de mão de obra explícita o ideário capitalista, em que o contexto econômico da época exigia, entre outros fatores, que o indivíduo fosse preparado para o trabalho rural.

Em 1946, surge uma nova Constituição Federal que diz, em seu art. 168, I e II, que o ensino primário é obrigatório e gratuito para todos, entretanto sabemos que o índice de analfabetos ainda era grande no Brasil. Além disso, o direito das pessoas com deficiência à Educação continua longe de ser mencionado, portanto trata-se de um “todos” que na verdade exclui um grupo de crianças.

No dia 11 de dezembro de 1954, inicia-se, na cidade do Rio de Janeiro, um movimento pioneiro liderado pelo casal Beatrice e George Bemis, pais de uma pessoa com Síndrome de Down que, vindos dos Estados Unidos como diplomatas representantes daquele país, não encontraram no Brasil nenhuma entidade que os acolhesse.

Pais, amigos e médicos de pessoas com deficiência se uniram ao casal de diplomatas e criaram, em março de 1955, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae). Trata-se de uma Associação sem fins lucrativos que se fortaleceu ao longo dos anos e desenvolve seus trabalhos com pessoas com deficiência nas áreas de Saúde, Assistência Social e, na maioria dos municípios, ainda desempenha funções relacionadas com a Educação.

Percebemos, dessa forma, que as iniciativas existentes acerca da educação especial até o ano de 1957 eram de iniciativas privadas. Somente nesse ano, foi assumida pelo Poder Público com a criação da Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro (Cesb) e, em seguida, a instalação do Instituto Nacional de Educação dos Surdos (Ines).

Em 1961, foi publicada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961), que trouxe como Título X: “Da Educação dos Excepcionais”, seguindo com os artigos

Art. 88. A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções (BRASIL, 1961, p. 15).

Percebemos, então, que a LDB/61 garante aos estudantes com deficiência o direito de matrícula nas escolas, porém, quando for possível se enquadrar no sistema geral de Educação. Portanto, não é assegurado ao aluno público-alvo da educação especial o suporte necessário para garantir seu acesso ao conhecimento. Além disso, a LBD/61 fortalece a importância da iniciativa privada, reforçando, intrinsecamente, a ideia de que os estudantes com deficiência devem permanecer nessas instituições especializadas na educação dos “excepcionais”.

A Constituição de 1967 institucionalizou o Golpe Militar de 1964 e a Educação passou a ter como objetivo a melhoria do ensino com vista ao desenvolvimento nacional, ou seja, os recursos aplicados deveriam retornar como produtividade. Com isso a educação especial sequer é citada.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 5.692), de 11 de agosto de 1971, trouxe em seu art. 9º:

Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (BRASIL, 1971, p. 2).

Segundo Mantoan (2011, p. 7), o Conselho Federal de Educação reconheceu a “Educação dos excepcionais” como Educação escolar por meio do Parecer de 10 de agosto de 1972, porém portarias ministeriais envolvendo assuntos de assistência e previdência social evidenciaram uma visão terapêutica de prestação de serviços às pessoas com deficiência.

Ainda em 1972, foi criado, pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Centro Nacional de Educação Especial (Cneesp) por meio do Decreto nº 72.425/73. Tinha a “[...] finalidade de promover em todo o território nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais” (BRASIL, 1973, p. 1).

A partir da Constituição Federal de 1988, houve um avanço significativo na Educação de forma geral e várias emendas, diretrizes, resoluções e pareceres foram publicados. São dez artigos dedicados à educação, o maior quantitativo entre todas as Constituições Brasileiras.

No art. 206, I, a Constituição de 1988, enfatiza que o ensino será ministrado com base no princípio da “[...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988, p. 123). O art. 208, III, diz que será garantido o “[...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, p. 124).

Apesar de a CF/88 abordar a Educação em vários artigos e trazer o direito das pessoas com deficiência de forma mais explícita, representando um grande avanço na legislação brasileira, não explicou o que seria esse atendimento aos “portadores de deficiência”. Esse esclarecimento viria apenas em 2009, com a publicação da Resolução do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica nº 04/2009, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

No dia 10 de junho de 1994, durante a Conferência Mundial sobre Educação Especial, foi aprovada, em Assembleia, a Estrutura de Ação para guiar os Estados-Membros e organizações governamentais e não governamentais na implementação da Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial. O texto possui 83 itens que objetiva “[...] que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional” (UNESCO, 1998, p. 1).

A Declaração de Salamanca veio consolidar a luta pela educação inclusiva e trouxe a importante discussão sobre a inserção das pessoas com deficiência nas escolas regulares. No item 2, é acreditado e proclamado que:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (UNESCO, 1998, p. 1).

Dessa forma, a declaração se inicia trazendo as ideias centrais para promoção de uma Educação igualitária e de qualidade para todos. Em seguida, continua enumerando itens em que congrega aos governantes atitudes envolvendo políticas públicas para promoção do direito à aprendizagem dos estudantes com deficiência.

Sendo o Brasil signatário da Declaração de Salamanca, o compromisso de tornar as escolas brasileiras um espaço inclusivo foi aceito. Porém, ainda é um desafio diante das heranças culturais seletivas que, historicamente, reafirmamos ao longo dos anos.

Em 1996, foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), que trouxe, em seu Capítulo V, as disposições a respeito da educação especial. Em seu art. nº 58, diz:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 1996, p. 19).

Assim, garante a matrícula na rede regular de ensino e disponibiliza serviços de apoio, quando necessário, mas ainda permite a existência de classes e escolas especializadas, o que dificulta a concretização da inclusão escolar. Esses dizeres trazidos pela LDB possibilitaram que os estudantes com deficiência permanecessem segregados nas instituições filantrópicas por muitos anos.

No dia 20 de dezembro de 1999, é promulgado o Decreto nº 3. 298, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e “[...] objetiva assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência” (BRASIL, 1999, p. 1).

O decreto define o que são deficiências e estabelece, em seu art. 24, I, que os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, responsáveis pela Educação, garantirão “[...] a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoa portadora de deficiência capazes de se integrar na rede regular de ensino” (BRASIL, 1999, p. 6). No mesmo artigo, II, o Decreto define a educação especial como modalidade de ensino, que transversa todas as outras modalidades e níveis no Sistema Educacional.

Em 2004, com a promulgação do Decreto nº 5.296, denominado Lei de Acessibilidade, o art. 4º do Decreto nº 3.298/99 é alterado, redefinindo as deficiências.

Por meio do Decreto nº 5.296/04, são estabelecidas normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência em locais públicos. Essas normas e critérios afetam a Educação no quesito arquitetônico, uma vez que as escolas, em sua grande maioria, não eram acessíveis às pessoas que utilizam cadeiras de rodas ou possuem mobilidade reduzida. Portanto, o Decreto promoveu a

implementação de políticas públicas que levaram à adequação arquitetônica de muitas escolas pelo país.

Acompanhando “[...] os avanços do conhecimento e das lutas sociais” (BRASIL, 2008, p.1), o Ministério da Educação/Secretaria de Educação publicou, em janeiro de 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. De acordo com o documento, o objetivo é constituir políticas públicas promotoras de uma Educação de qualidade para todos os alunos (BRASIL, 2008, p.1):

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p. 14).

Trata-se de um documento importante para atendimento aos anseios mundiais por políticas públicas que promovam a educação inclusiva nas escolas. Para os estudantes com deficiência, foi um marco imprescindível para o início de uma escolarização com mais respeito e qualidade, em que as escolas tiveram que aprender a trabalhar com as diferenças em um espaço único.

O documento reforça que a educação especial é uma modalidade que transversa as demais modalidades e níveis de ensino e que o AEE “[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008, p. 16). Define também que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) será ofertada como primeira língua aos alunos surdos e que o AEE os atenderá tanto na língua portuguesa quanto na língua de sinais.

Em 2009, entra em vigor a Resolução nº 4, de 2 de outubro, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. De acordo com a resolução, o AEE possui por função “[...] complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de

acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem” (BRASIL, 2009, p. 1).

O art. 3º estabelece que a “Educação Especial se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, tendo o AEE como parte integrante do processo educacional” (BRASIL, 2009, p. 1). O art. 4º define o público-alvo do AEE:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial. II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação. III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade (BRASIL, 2009, p. 1).

Entretanto, no art. 5º, a palavra “prioritariamente”, para referir-se ao local em que o AEE poderá ser ofertado aos estudantes público-alvo da educação especial, continua possibilitando a permanência dos alunos nas instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas:

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 2009, p. 2).

Essa possibilidade de matrícula nas Apaes ou em outras instituições para realização do AEE no contraturno, trouxe aos municípios um desafio enorme. Por mais que se compreenda a importância do atendimento na escola onde o estudante cursa o ensino regular, torna-se difícil para as instituições “abrir mão” do recurso financeiro recebido para ofertar os serviços da educação especial.

O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre o AEE, traz maiores esclarecimentos sobre a educação especial e define, em seu art. 5º:

A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, Municípios e Distrito Federal, e a instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com a finalidade de ampliar

a oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular (BRASIL, 2011, p. 2)

Complementa por meio do § 1º afirmando que “[...] as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos de que trata o caput devem ter atuação na educação especial e serem conveniadas com o Poder Executivo do ente federativo competente”. Portanto, traz grandes avanços para os estudantes público-alvo da educação especial, mas continua corroborando o cenário de exclusão quando permite e auxilia financeiramente para a permanência do AEE nas Apaes e afins.

Somos sabedores das dificuldades encontradas pelos Estados e Municípios para implementar políticas públicas que efetivem o processo de inclusão nas escolas, porém algumas medidas atrasam ainda mais esse processo.

O Plano Nacional de Educação 2014-2024 trouxe como Meta 4:

[...] universalizar, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014, p. 55).

Em seguida, enumerou 19 estratégias para que a meta proposta seja atingida. A partir delas, Estados e Municípios elaboraram seus próprios planos para juntos atingirem a propositura nacional.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146), de 6 de julho de 2015, potencializa o direito de toda criança estar na escola e fortalece a premissa de que, para os estudantes com deficiência, o Estado deve garantir o atendimento educacional especializado.

Em seu art. 28, a Lei nº 13.146 diz que o Poder Público deve assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I- sistema educacional inclusivo; II- aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem; III- projeto pedagógico que institucionalize o AEE e outros serviços e adaptações necessários para garantir o pleno acesso dos estudantes com deficiência ao currículo, em condições de igualdade; IV-

oferta da Libras como primeira língua e da língua portuguesa como segunda para os alunos surdos; V- formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio; VI- oferta de Libras, Braille e recursos de tecnologia assistiva; VII- Acesso ao ensino superior; VIII- acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar; IX- acessibilidade arquitetônica; X- profissionais de apoio escolar; e XI- articulação intersetorial na implementação de políticas públicas (BRASIL, 2015, p. 8, grifo nosso).

Portanto, a Lei nº 13.146/15 reafirma e complementa pontos importantes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e intensifica a luta por escolas inclusivas, de qualidade, sem discriminação, e que desenvolva sua função respeitando as especificidades individuais dos estudantes.

No dia 1º de outubro de 2020, foi publicado o Decreto nº 10.502/20 pelo Governo Federal, visando a substituir a Política Nacional de Educação Especial de 2008. Essa nova política buscava incentivar a separação dos estudantes com deficiências em salas ou escolas especiais, porém de forma completamente retrógrada e indo na contramão de todas as conquistas adquiridas até o momento.

O decreto provocou indignação e revolta nas famílias de estudantes público-alvo da educação especial, nas pessoas com deficiências, nos estudiosos e pesquisadores da educação especial e em grande parte da população que reconhece a importância do direito à igualdade entre todos os brasileiros.

No dia 1º de dezembro de 2020, o ministro Dias Tofoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu o decreto e anunciou a realização de audiência pública para avaliar o impacto das medidas nele contidas na vida das pessoas com deficiência inseridas nas diversas áreas da sociedade.

Em agosto de 2021, a audiência pública foi aberta e o STF ouviu representantes dos Ministérios da Educação, da Família e dos Direitos Humanos e integrantes da Câmara dos Deputados diretamente ligados ao tema. Foram ouvidos, ainda, representantes do Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Federal de Psicologia, entidades ligadas aos estabelecimentos de ensino e aos trabalhadores da educação e instituições dedicadas à educação inclusiva.

A educação especial, como modalidade na educação brasileira, foi conquistada a partir de muitas lutas. Foram avanços tímidos ao longo dos anos, mas tornaram

possível o sonho de vermos políticas públicas sendo implementadas para que as escolas possam se fazer inclusivas, oportunizando que a educação seja, verdadeiramente, um direito de todos.

Porém, necessitamos continuar nossas lutas para que nossas conquistas não sejam estagnadas, que os direitos das pessoas com deficiência adquiridos até aqui não sejam destruídos pela ignorância da discriminação e do preconceito que, muitas vezes, se escondem às sombras da boa intenção.

#### 4 REFERENCIAL TEÓRICO

Para fundamentar a presente pesquisa, utilizaremos os conceitos do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, que, apesar de não estudar especificamente sobre a educação especial, permite-nos aproximações capazes de enriquecer nossas investigações.

De acordo com seu Curriculum Vitae (disponível em: [boaventuradesousasantos.pt](http://boaventuradesousasantos.pt)), Boaventura de Sousa Santos nasceu em Coimbra/Portugal no dia 15 de novembro de 1940. É doutorado em Sociologia do Direito pela Universidade de Yale e professor catedrático jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Distinguished Legal Scholar da Universidade de Wisconsin-Madison.

É diretor emérito do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e coordenador científico do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa. Tem escrito e publicado extensivamente nas áreas de Sociologia do Direito, Sociologia Política, Epistemologia, Estudos Pós-Coloniais e sobre os temas dos movimentos sociais, globalização, democracia participativa, reforma do Estado, direitos humanos, com trabalho de campo realizado em Portugal, Brasil, Colômbia, Moçambique, Angola, Cabo Verde, Bolívia e Equador. Os seus trabalhos encontram-se traduzidos em espanhol, inglês, italiano, francês, alemão, chinês, romeno e dinamarquês.

Santos (2007) contribuiu significativamente para as reflexões acerca da política pública de educação especial no município de Conceição do Castelo/ES, por meio dos conceitos de Linha Abissal, Monoculturas, Ecologias e Sociologia das Ausências e Emergências. Com tais conceitos, o autor evidencia as desigualdades desencadeadas historicamente pela valorização da cultura hegemônica e discute a necessidade de se construir uma sociedade mais justa e menos hegemônica.

Quando Santos (2007) caracteriza como pensamento abissal as linhas radicais que separam duas realidades sociais, deixando uma visível e a outra totalmente invisível, de forma que esta última justifica a existência da primeira, isso nos leva a refletir sobre as políticas públicas de educação especial que temos efetivado no município.

Segundo Santos (2007, p. 4),

Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceita de inclusão considera como sendo o Outro. A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. Este lado da linha só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante. Para além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialéctica.

A educação especial possui um histórico de lutas e conquistas que ainda não se concretizaram na totalidade. Dessa forma, é constituído um público que faz parte de um grupo historicamente discriminado. Isso nos faz incluir a educação especial no lado invisível da linha, uma vez que ainda há resistência por parte de muitas pessoas em relação ao direito de matrícula de estudantes com deficiência na escola regular, em uma tentativa de invisibilizá-los.

Porém, mesmo quando matriculados nas escolas regulares, as políticas públicas de educação especial colocadas em prática podem fazer com que o referido público permaneça impossibilitado de ser “visto” e valorizado, pois não faz parte dos grupos privilegiados pela cultura hegemônica.

Santos (2007, p. 4) cita ainda as controvérsias entre o conhecimento científico e os demais conhecimentos:

[...] No campo do conhecimento, o pensamento abissal consiste na concessão à ciência moderna do monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso, em detrimento de dois conhecimentos alternativos: a filosofia e a teologia. O carácter exclusivo deste monopólio está no cerne da disputa epistemológica moderna entre as formas científicas e não-científicas de verdade [...].

Esse monopólio do conhecimento concedido à ciência moderna citado por Santos (2007) levou à crença de que as crianças com deficiência não aprendem. De acordo com Pato (1999), os testes de QI adquiriram grandes proporcionalidades nos primeiros 30 anos do século XX na Europa e América, direcionando as decisões de profissionais da Educação e fazendo com que muitos estudantes fossem diagnosticados como incapazes. Mas, na verdade, essa influência existe até os dias atuais. Nelas buscamos, nos problemas biológicos e/ou sociofamiliares, as justificativas para os fracassos das políticas públicas que evidenciam cada vez mais o pensamento abissal.

Dessa forma fortalecemos o pensamento hegemônico de que os estudantes público-alvo da educação especial não possuem e não são capazes de produzir ou adquirir

novos conhecimentos, fazendo com que estejam sempre do lado invisível da linha e, portanto, às margens de políticas públicas concretas e eficazes.

Para Santos (2007), o que une as diferentes lógicas de não existência é serem todas elas manifestações da mesma monocultura racional. Cinco são as lógicas ou modos de produção dessa não existência: a) **monocultura do saber e do rigor do saber**: essas duas culturas são cúmplices, tudo que não é legitimado ou reconhecido por elas é tido como inexistente; b) **monocultura do tempo linear**: é a ideia de que o tempo é linear e conhecido; c) **monocultura da naturalização das diferenças**: tornando natural a divisão da população em categorias; d) **monocultura da escala dominante**: somente é reconhecido o que é universal e global; e) **monocultura da produtividade**: são valorizados os que trazem resultados, produzem.

Portanto, os estudantes com deficiência não pertencem a nenhuma das monoculturas mencionadas, pois não são legitimados pela ciência moderna e pela alta cultura, fazendo parte de um público tido como incapaz. Além disso, o tempo para aprender não é linear e conhecido, mas construído pelos indivíduos em sua especificidade, porém a não aceitação desse processo torna os alunos público-alvo da educação especial desvalorizados e invisíveis.

A não existência é produzida sob a forma de inferioridade insuperável (SANTOS, 2007), portanto a educação especial faz parte do grupo inferior e, infelizmente, essa constatação se tornou natural e se consolidou ao longo dos anos. O aluno com deficiência é tido como parte de um grupo menor, inferiorizado e que não mostra resultados. É improdutivo, por isso seus direitos são negligenciados pela sociedade hegemônica.

Para que haja uma ruptura do pensamento abissal, é necessário confrontar as monoculturas com as ecologias (SANTOS, 2007). É preciso admitir que, dos dois lados da linha, existem conhecimentos e que não somente os conhecimentos científicos são significativos e verdadeiros. Trata-se do que Santos (2007) denomina de Ecologias: a) **Ecologia de Saberes**: é o reconhecimento da existência de pluralidades de conhecimentos, sendo um deles a ciência moderna; b) **Ecologia das Temporalidades**: o reconhecimento de que outros tempos existem; c) **Ecologia do Reconhecimento**: eliminação das hierarquias e valorização das diferenças; d)

**Ecologia da Transescala:** articulação entre os conhecimentos; e) **Ecologia da Produtividade:** recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção.

Contrapor as monoculturas provenientes do pensamento abissal, por meio das ecologias, é fundamental para articular ações contra-hegemônicas em relação à educação especial, implementando políticas públicas que possam visibilizar essa modalidade de ensino e valorizar seus atores.

As ecologias nos fazem refletir sobre a importância de romper paradigmas. É necessário olhar os estudantes com deficiência vislumbrando o potencial que possuem para aprender, desde que sejam respeitados em seu tempo, isto é, não pode ser determinado um tempo único para todos. É preciso desconstruir padrões que inferiorizam as pessoas e promover a equidade referente à especificidade de cada um.

A implementação de políticas públicas precisa assegurar aos alunos com deficiência a oportunidade de aprender, de serem produtivos. Para isso, é primordial buscar novos caminhos, novas possibilidades, sair do convencional, do imposto pela cultura eurocêntrica.

Podemos dizer, então, que as políticas públicas adotadas a partir da Política Nacional de Educação Especial em todo o país são Ecologias que buscam retirar das margens da sociedade os estudantes público-alvo da educação especial por meio de ações que valorizem os estudantes com deficiência e promovam a igualdade de direitos. Dessa forma, podemos dizer que algumas ações já estão iniciando esse processo, como o AEE, a existência de cuidadores/auxiliares de sala, a garantia dos profissionais de Libras para os alunos com surdez, do ensino do Braille para os alunos cegos, os recursos tecnológicos, os materiais de comunicação aumentativa e alternativa, o transporte acessível, entre outros. Porém, ainda são ações tímidas, que precisam ser fortalecidas e ampliadas para que o processo de inclusão realmente seja efetivado e para que a aquisição de conhecimentos por parte de um grupo que não integra a cultura hegemônica possa acontecer.

O fato de incluirmos os alunos público-alvo da educação especial nas salas de aula no ensino regular e ofertar os serviços e apoios como direitos garantidos por meio das legislações vigentes faz-se um movimento de tensionar a linha abissal. Portanto, a

Política Nacional de Educação Especial de 2008 e as Políticas Públicas implementadas pelo município proporcionaram aos EPAEEs a possibilidade de adentrar em um “mundo” até então negado a eles pela sociedade hegemônica.

Para Santos (2019, p. 45), “[...] alguns grupos sociais experienciam a linha abissal ao cruzarem os dois mundos na sua vida cotidiana”. Podemos dizer que essa experiência está sendo vivenciada pelos estudantes público-alvo da educação especial, uma vez que estão matriculados na escola regular, porém continuam sendo parte de um grupo historicamente discriminado e que ainda dependem de muitas lutas para conquistar seu verdadeiro espaço na sociedade.

De acordo com Santos, (2019, p. 46),

Enquanto as três formas de dominação moderna (capitalismo, colonialismo e patriarcado) vigorarem e funcionarem *in tandem*, grandes grupos sociais viverão, de forma sistemática, embora de modos diversos, conforme as diferentes sociedades e contextos, esse fatal atravessar da linha abissal.

Os estudantes público-alvo da educação especial, apesar das conquistas alcançadas nos últimos anos, estão vivenciando a exclusão, denominada por Santos (2019) como não abissal. Ou seja, deixaram de fazer parte do lado totalmente invisível da linha abissal, quando conquistaram o direito à matrícula na escola regular, porém continuam enfrentando as fragilidades de um Sistema Educacional marcado pelos preconceitos historicamente construídos e que levam à lentidão da garantia de uma educação de qualidade.

Portanto, trilhar os caminhos da inclusão com seriedade é necessário para que a educação especial possa fazer parte da educação básica, sem que os alunos sofram algum tipo de exclusão. Para Santos (2007), os conhecimentos precisam se inter-relacionarem de forma sustentável e dinâmica. Desse modo, quando nos aproximamos desse pensamento, reconhecemos que as políticas de educação especial, nacionais, estaduais ou municipais, necessitam integrar o todo e dialogar com as políticas de Educação de forma geral. Assim, comporá a educação básica (no caso do município de Conceição do Castelo/ES), sem excluir estudantes, mas valorizando os conhecimentos de cada criança e de cada família ou comunidade.

Como ecologia de saberes, o pensamento pós-abissal tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do

conhecimento científico. Isto implica renunciar a qualquer epistemologia geral (SANTOS, 2007, p. 23).

Assim, de acordo com Santos (2007, p. 24), existem diversas formas de conhecimentos “[...] como também muitos e diversos conceitos sobre o que conta como conhecimento e os critérios que podem ser usados para validá-los”. Logo, é imprescindível repensar os conceitos historicamente impregnados na sociedade e promover ações de emancipação dos grupos invisibilizados socialmente.

Essa invisibilidade, desqualificação e não existência imposta pela sociedade, fruto do pensamento abissal, pode ser superada, ampliando o mundo e dilatando o presente, pois só por meio de um novo espaço-tempo será possível identificar e valorizar a riqueza inesgotável do mundo e do presente (SANTOS, 2002). Esse procedimento é denominado Sociologia das Ausências e Sociologia das Emergências e, por meio delas, é possível transformar objetos impossíveis em possíveis e, com base neles, transformar as ausências em presenças (SANTOS, 2007).

Trata-se de uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, activamente produzido como tal, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe. O seu objecto empírico é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais, pelo que a sua simples formulação representa já uma ruptura com elas (SANTOS, 2002, p. 10).

Para isso, Santos (2002, p.10) propõe “[...] pensar o Sul como se não houvesse Norte [...]”, ou seja, que a Educação não seja fragmentada, que todas as modalidades sejam pensadas como únicas e primordiais e que as políticas públicas produzam ações que as façam dialogar entre si, tornando-as visíveis e valoradas pelo compromisso que possuem com seus atores e, também, que estes sejam reconhecidos em suas individualidades.

Quando analisamos o aumento do número de matrículas de estudantes com deficiência na escola regular nos últimos anos, podemos nos aproximar de Santos (2007) e dizer que as políticas públicas implementadas recentemente, em nível federal, estadual e/ou municipal, estão promovendo as Sociologias das Emergências. Mesmo morosamente, estão evidenciando um grupo discriminado e “escondido” em um espaço segregador, tornando visível e possível todo o potencial e todos os conhecimentos que esse grupo de estudantes possui.

Assim, percebemos a importância de analisar como as políticas públicas de educação especial no município de Conceição do Castelo/ES têm contribuído para tornar visíveis as possibilidades de aprendizagem dos alunos com deficiência, não os fragmentando em relação aos demais estudantes. Esse reconhecimento enriquece as possibilidades de combater paradigmas construídos ao longo dos anos e promover novas ações que se traduzam em um processo de inclusão pautado em políticas públicas democráticas e justas, que não reproduzam as injustiças sociais edificadas pela cultura hegemônica.

## 5 METODOLOGIA

Ao analisarmos a evolução da Rede Municipal de Educação de Conceição do Castelo/ES, em relação à implementação de políticas públicas de educação especial, percebemos que, a partir do início da vigência da Política Nacional de Educação Especial/2008, muitas ações foram concretizadas, algumas com excelência, enquanto outras ainda necessitam se aprimorar para ofertar aos estudantes público-alvo da educação especial uma educação de qualidade.

A presente pesquisa veio ao encontro de ações realizadas desde o início da vigência da Política Nacional de Educação Especial/2008, em busca de respostas que evidenciem as implicações da Política Nacional nas Políticas Municipais de Educação Especial. Com isso, buscamos entender esses impactos na vida dos profissionais da educação e, principalmente, dos estudantes envolvidos.

Para concretizar a pesquisa, utilizamos o método do Estudo de Caso que segundo André (2013), ressurge na pesquisa educacional em uma abordagem qualitativa e com sentido mais abrangente: “[...] o de focalizar um fenômeno particular, levando em conta seu contexto e suas múltiplas dimensões. Valoriza-se o aspecto unitário, mas ressalta-se a necessidade da análise situada e em profundidade” (ANDRÉ, 2013, p.3).

Ainda de acordo com André (2013), a abordagem qualitativa de pesquisa considera o conhecimento como um processo que se constrói na interação cotidiana entre os sujeitos enquanto atuam na realidade:

[...] Assim, o mundo do sujeito, os significados que atribui às suas experiências cotidianas, sua linguagem, suas produções culturais e suas formas de interações sociais constituem os núcleos centrais de preocupação dos pesquisadores. Se a visão de realidade é construída pelos sujeitos, nas interações sociais vivenciadas em seu ambiente de trabalho, de lazer, na família, torna-se fundamental uma aproximação do pesquisador a essas situações (ANDRÉ, 2013, p. 3).

Utilizando essa metodologia, que torna possível analisar situações nos contextos naturais em que ocorrem, ela nos permitiu analisar as implicações da Política Nacional de Educação Especial/2008 nas Políticas de Educação Especial implementadas pelo município de Conceição do Castelo/ES (ANDRÉ, 2013).

Para isso fizemos da Secretaria Municipal de Educação nosso contexto natural principal, mas também nos aproximamos das escolas e das famílias, uma vez que ouvir os profissionais da Educação que se encontram no “chão da escola”, assim como as famílias e os próprios alunos se fez necessário e muito importante para entendermos os resultados das ações implantadas.

André (2013) remete à Bassey (2003) para dizer que o estudo de caso considera três grandes métodos de coleta: fazer perguntas, observar eventos e ler documentos. Assim procedemos em nossa pesquisa, ouvindo os depoimentos e percebendo os acontecimentos com atenção.

Para iniciar os trabalhos de investigação, solicitamos à Secretaria Municipal de Educação autorização para realização da pesquisa. A partir disso, apresentamos a pesquisa para a equipe técnica e diretores escolares e, em seguida, iniciamos a contextualização da pesquisa nos valendo dos diversos instrumentos que estão sendo usados.

Inicialmente, realizamos a contextualização histórica da educação especial no Município, levantando dados sobre a constituição dessa modalidade na Rede Municipal, conhecendo o processo de atendimento às pessoas com deficiência desde a implantação da instituição filantrópica no município, perpassando pelas parcerias que existiram e ainda existem entre a instituição e a Secretaria Municipal de Educação, chegando às políticas educacionais de educação especial implementadas até o momento.

Em seguida, identificamos todas as ações efetivadas por meio de políticas públicas de educação especial, a partir do ano de 2008, quando foram relacionadas com a Política Nacional de Educação Especial.

Após essa análise das políticas nacional e municipal, buscamos compreender a forma como a implementação das políticas públicas de educação especial impactou a vida escolar, familiar e social dos estudantes público-alvo da educação especial no município. Essa fase da pesquisa foi realizada por meio de entrevistas aos atores envolvidos nesse processo.

Consideramos atores desse processo os secretários municipais de Educação que atuaram a partir do ano de 2008; pedagogos lotados na Secretaria de Educação e nas escolas com matrículas de estudantes público-alvo da educação especial (Epaee); professores de educação especial que atuaram e/ou atuam na oferta do atendimento educacional especializado; professores das salas de aula comuns que tiveram e/ou têm alunos com deficiência/TGD matriculados em suas salas; os alunos com deficiência/TGD e suas famílias.

Como produto, realizamos um seminário de apresentação dos percursos e resultados do estudo, direcionado aos profissionais da educação, famílias de estudantes público-alvo da educação especial, gestores públicos, vereadores e todos que se sentiram motivados a conhecer a pesquisa.

As informações obtidas durante o processo de coleta de dados foram registradas em um diário de campo para composição de um banco de dados com documentos, fotografias, tabelas e outros materiais necessários para analisar as políticas de educação especial implementadas pelo município.

Para melhor dialogar com os estudantes com deficiências, envolvidos no processo de implementação das políticas municipais de educação especial, foram desenvolvidas entrevistas semiestruturadas, permitindo que os colaboradores da pesquisa entrevistados tivessem flexibilidade para expor seus depoimentos e que o entrevistador pudesse reformular perguntas de acordo com o contexto de respostas recebidas.

As entrevistas foram agendadas previamente com os colaboradores da pesquisa: os secretários de Educação que atuaram no período de 2008 a 2021, técnicos pedagógicos da Secretaria de Educação, diretores, professores, estudantes público-alvo da educação e suas famílias. Assim, procuramos estabelecer relações dialógicas com os entrevistados, a fim de compreendermos o processo de implementação das políticas de educação especial no contexto educacional de Conceição do Castelo/ES.

Durante o decorrer da pesquisa e análise dos dados coletados, Boaventura de Sousa Santos nos auxiliou como referencial teórico para que pudéssemos perceber a existência de ações que traduzam o conceito de razão indolente, fazendo com que as políticas implementadas retratem os ideais hegemônicos, que valorizam uns em

função de outros. Principalmente ao ouvirmos os atores envolvidos no processo de inclusão das pessoas com deficiência na escola regular, foi possível identificar o sentimento de que a linha abissal está presente no contexto educacional, assim como evidenciar o reconhecimento da ecologia de saberes nas políticas públicas implementadas e nas atitudes dos indivíduos, tanto nas escolas quanto fora dela.

Nossa pretensão com este estudo foi analisar as implicações da Política Nacional de Educação Especial/2008 nas Políticas Municipais de Educação Especial e, dessa forma, identificar seus impactos na vida dos profissionais da educação, dos estudantes público-alvo da educação especial e de suas famílias. Não almejamos mostrar que esse processo tenha sido apenas positivo, mas também identificar suas fragilidades, as necessidades de aprimoramentos e evidenciar os fatos como realmente aconteceram.

## 6 DESVELANDO O MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

Figura 1 — Pórtico Ângelo Clemente Bortolin



Fonte: <https://www.conceicaodocastelo.es.gov.br>

Com o objetivo de nos situarmos melhor em relação ao município que estamos pesquisando, seguiremos apresentando esse lugar, chamado de paraíso pelo saudoso Edinaldo Rabello (ex-secretário municipal de Educação) e que para receber bem os visitantes, possui um pórtico no formato de um castelo (Figura 1) que remete ao seu nome. Em seguida, discorreremos sobre a estrutura e o funcionamento da Secretaria Municipal de Educação e a relação entre ela e a instituição filantrópica (Apae). Assim, será possível compreender com mais eficácia as políticas públicas implementadas pelo município na área da educação especial.

## 6.1 O PARAÍSO É AQUI

Figura 2 — Vista panorâmica de Conceição do Castelo/ES



Fonte: <https://www.conceicaodocastelo.es.gov.br>

### Homenagem a Conceição do Castelo

Aqui é o lugar  
Onde as várias manifestações da natureza  
Escolheram para transar  
Um bate papo amigo  
Só que gostaram tanto  
Que resolveram ficar  
As matas se enveredam  
Pelas montanhas afora  
Dançando ao ritmo alucinante  
Das cachoeiras  
Que orquestram o fundo musical  
Do canto suave  
Entoadado pelos pássaros  
Que cantam  
Para milhares de espécies animais  
Que habitam em harmonia  
Meu paraíso  
Até quando homem?

*(Edinaldo Rabello)*

Conceição do Castelo/ES (Figura 2) foi distrito de Cachoeiro de Itapemirim até o ano de 1928, quando foi criado o município de Castelo por meio da Lei nº 1.687, de 4 de dezembro, e, então, foi elevado à categoria de vila desse novo município.

A emancipação política do município de Conceição do Castelo/ES ocorreu em 9 de maio de 1964, com a Lei nº 1.909, de 6 de dezembro de 1963. O Poder Legislativo foi instalado oficialmente em 31-1-1967, no prédio onde funcionava, à época, o Grupo Escolar Elisa Paiva, que permanece até os dias atuais.

O município de Conceição do Castelo/ES possui área de 360Km<sup>2</sup>, equivalente a 0,79% do território estadual, e limita-se ao norte com Brejetuba e Afonso Cláudio, ao sul com Castelo, a leste com Venda Nova do Imigrante e a oeste com Muniz Freire. Está localizado a 122km de distância de Vitória, capital do Estado. É um dos poucos municípios do Espírito Santo com cobertura vegetal de Mata Atlântica, com diversas espécies de madeira de lei e animais nativos. O símbolo do município é o pássaro Saíra Apunhalada (Figura 3), encontrado na comunidade de Pindobas IV.

Figura 3 — Principal símbolo oficial do município – Saíra Apunhalada



Fonte: <https://www.conceicaodocastelo.es.gov.br>

O nome do município deve-se à impressão causada a um desbravador que, vindo da costa litorânea, deparou-se com montanhas (Figura 4) que pareciam as muralhas de um castelo. Como os primeiros habitantes europeus eram religiosos e devotos de Nossa Senhora da Conceição, foi atribuído ao lugar o nome Conceição do Castelo (“Conceição” em homenagem à Nossa Senhora e “Castelo” devido ao formato das montanhas).

Figura 4 — Vale da Formosa



Fonte: <https://www.conceicaodocastelo.es.gov.br>

No ano de 1887, o português José de Souza Pinto trouxe a imagem de Nossa Senhora da Conceição, esculpida em cedro-de-líbano, na cidade de Douros em Portugal e doou à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, hoje a Paróquia do município. A imagem encontra-se até os dias atuais na Igreja Matriz do município (Figura 5).

Figura 5 — Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição



Fonte: <https://www.conceicaodocastelo.es.gov.br>

O clima em Conceição do Castelo é temperado, porém, como o município possui relevo ondulado e montanhoso, pode-se estabelecer diferença entre as regiões de

terras altas e baixas. É considerado o 3º melhor clima do Estado e um dos melhores do Brasil.

Seu patrimônio histórico é constituído de velhos casarões. Os mais conhecidos, a Fazenda Santa Helena, Fazenda Santo Antônio do Areião e a Fazenda Santa Tereza.

Figura 6 — Fazenda Santa Helena



Fonte: <https://www.conceicaodocastelo.es.gov.br>

A Fazenda Santa Helena (Figura 6) é considerada a mais importante do ponto de vista histórico, uma vez que pertenceu ao Barão de Guandu, um rico fazendeiro brasileiro influente na produção cafeeira do Espírito Santo e do Brasil. Está localizada na divisa do município de Conceição do Castelo com Castelo, na comunidade de Santa Helena.

Após a morte do Barão de Guandu, seu filho bastardo, fruto do relacionamento com uma das escravas, conseguiu comprar a fazenda da baronesa e de seus meios-irmãos, tornando-se dono da propriedade que pertenceu a seu pai. Uma de suas filhas permaneceu nas terras até recentemente.

Hoje a fazenda encontra-se em processo de tombamento, porém praticamente em ruínas, mas guarda traços históricos, lembranças e relíquias da época da escravidão.

Figura 7 — Fazenda Santo Antônio



Fonte: <https://www.conceicaodocastelo.es.gov.br>

A fazenda Santo Antônio (Figura 7) está localizada na Comunidade de Santo Antônio do Areião, a 17km da sede do município de Conceição do Castelo. O casarão histórico foi uma das moradias do Marechal Tristão Alencar Araripe que, após o combate entre índios e mineradores, deixou para trás seus aldeamentos e, junto com sua família, alojou-se na comunidade e fundou a fazenda.

Figura 8 — Fazenda Santa Tereza



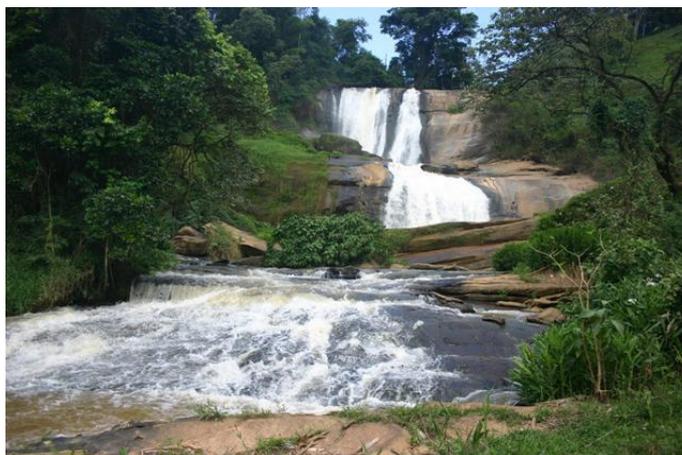
Fonte: <https://www.conceicaodocastelo.es.gov.br>

A Fazenda Santa Tereza (Figura 8) fica localizada na Comunidade de Santa Tereza, a 20km da sede do município. Sua estrutura física está em boas condições. Ainda possui móveis e outros objetos antigos, inclusive um tronco de ferro onde os escravos eram castigados.

A propriedade chegou a ter armazéns, paióis, senzalas, engenhos de beneficiamentos de café e arroz, além de moinhos, oficina e uma capela, formando, assim, um pequeno povoado. Após a exploração do ouro, os colonizadores passaram a se interessar pela agricultura, tendo como destaque a lavoura cafeeira.

Conceição do Castelo é rico em recursos hídricos, tendo diversas cachoeiras em seu território. As principais são a Cachoeira da Fumaça (Figura 9), Cachoeira dos Vargas e a Cachoeira dos Maretos. O rio Castelo, principal afluente do rio Itapemirim, banha e abastece a cidade.

Figura 9 — Cachoeira da Fumaça



Fonte: <https://www.conceicaodocastelo.es.gov.br>

A economia do município é basicamente voltada às atividades agropecuárias, baseadas na força do trabalho familiar dos pequenos agricultores e pecuaristas. Possui uma área de 369.231km<sup>2</sup> destinada à produção de café, milho, feijão, batata, mandioca, inhame, banana e frutas. Conceição do Castelo é referência no Estado do Espírito Santo em produção de mexerica poncã e inhame. Entretanto, o café é a principal atividade agrícola, a maior na receita das propriedades do município.

Além disso, a economia é fortalecida, ainda, pelas atividades envolvendo a pecuária, fruticultura, piscicultura e rochas ornamentais.

Apesar da existência de diversas festas nas comunidades e sede do município, a Festa do Sanfoneiro é a mais tradicional e importante. Foi idealizada por um grupo de jovens denominados Jovens Unidos para Amar os Irmãos (Jupai) em 1988, com o objetivo de resgatar a cultura das comunidades. Inicialmente, era realizado o concurso de sanfoneiros, mas, com o passar do tempo, foram incorporados o concurso da Rainha do Café, a Cavalgada e a Exposição de Artesanatos. Após a terceira festa, outros setores se juntaram ao Jupai e transformaram a Festa do Sanfoneiro em um evento maior, incorporando às atrações o Concurso Leiteiro, Concurso de Marcha, Exposição Agropecuária, Shows Musicais com artistas de renome nacional e o Rodeio Profissional, que é um dos pontos altos da festa.

A Festa do Sanfoneiro (Figura 10) é realizada todos os anos, durante o último final de semana do mês de agosto, no Parque de Exposições Joaquim Pinto Filho – Sanfonão (Figura 11).

Figura 10 — Símbolo da Festa do Sanfoneiro



Fonte: <https://www.conceicaodocastelo.es.gov.br>

Figura 11 — Parque de Exposições Joaquim Pinto Filho – Sanfonão



Fonte: <https://www.conceicaodocastelo.es.gov.br>

O Hino Municipal de Conceição do Castelo/ES (Figura 12) ganhou existência por meio de um concurso realizado pela Secretaria de Turismo, Cultura e Lazer da Prefeitura Municipal. Para isso, foi criada uma comissão composta por representantes de diversos segmentos da sociedade para avaliar as propostas dos participantes. Muitos artistas locais compuseram suas músicas com o objetivo de concorrer ao prêmio ofertado, mas também para mostrar seus sentimentos em relação ao município. A vencedora do concurso foi a professora conceiçãoense, Marlúcia dos Santos Pereira, que compôs o hino descrevendo amorosamente a história do município e as características que fazem desse lugar um verdadeiro paraíso. Para elencar aos elementos musicais a versão de hino, Luiz Vanderlei Rocha fez os arranjos necessários. O hino municipal foi lançado no dia 8 de dezembro de 2012, data em que se comemora o dia da Padroeira do município, Nossa Senhora da Conceição.

Figura 12 — Hino Municipal

## HINO OFICIAL DO MUNICÍPIO

I	II
<p>Conceição do Castelo amada Quanto orgulho em morar aqui Neste berço de belas paisagens Que em outro lugar nunca vi.</p>	<p>Sua gente traz traços de raças que lutaram por ideais De fazê-lo muito glorioso Cidade dos meus ancestrais.</p>
<p>Suas mãos estendidas me embalam E sem medo eu posso seguir Porque és meu recanto seguro Da Nação admirável jardim.</p>	<p>Conceiçãoense garrido não deixe Essa chama ardente sumir Seu futuro é repleto de louros Pra fazer o município luzir.</p>
<p>Sua terra de solo fecundo Esperança traz ao cidadão A mesma que trouxe os portugueses Para nossa rica região.</p>	<p>Hoje emancipados Colhemos os nossos lauréis De Itapemirim, Cachoeiro e Castelo Fomos filhos fiéis.</p>
<p>Preservando a cultura do povo Que o nome deu esse lugar Que demonstra a fé dessa gente Conceição tu és singular.</p>	<p>Gentis guerreiros e hospitaleiros Incansáveis de tanto lutar Nosso lema de hoje e sempre Com amor é: "Trabalhar e Confiar".</p>
<p><b>Refrão:</b></p> <p><b>Como véu de noiva nos montes Desabrocham as flores dos cafezais Como pérola luzente almejada Se destaca nos labores rurais.</b></p>	<p><b>Refrão:</b></p> <p><b>Como véu de noiva nos montes Desabrocham as flores dos cafezais Como pérola luzente almejada Se destaca nos labores rurais.</b></p>
<p><b>Seus vales de matas floridas Cachoeiras, Saíras a cantar São tesouros de Deus recebidos Que a alvorada vem anunciar.</b></p>	<p><b>Seus vales de matas floridas Cachoeiras, Saíras a cantar São tesouros de Deus recebidos Que a alvorada vem anunciar.</b></p>
<p>Letra e Música: Marlúcia dos Santos Pereira Arranjo: Luiz Vanderlei Rocha</p>	
 <p><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO - ES</b></p>	

Fonte: <https://www.conceicaodocastelo.es.gov.br>

Após o início da vigência da Política Nacional de Educação Especial de 2008, o município de Conceição do Castelo/ES passou por quatro gestões administrativas. Em 2008, o prefeito foi Francisco Saulo Belisário e o secretário municipal de Educação, o Sr. Edinaudo Rabello.

Em 2009, assumiu o prefeito Odael Spadeto que nomeou, como secretário municipal de Educação, o Sr. Luiz Cláudio Zóboli. A estrutura educacional durante o referido ano não apresentou mudanças.

No ano de 2010, o secretário municipal de Educação deixou o cargo, ficando o secretário municipal de Administração respondendo pela Pasta.

Em 2011, assumiu a Secretaria de Educação a professora da Rede Estadual de Ensino Luzian dos Santos Belisário, permanecendo até o final do mandato do prefeito Odael (2012).

Em 2013, assumiu a Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo o prefeito Francisco Saulo Belisário, que nomeou, novamente, o secretário municipal de Educação Edinaldo Rabelo, que permaneceu até o ano de 2015, quando faleceu em um acidente de moto a caminho do trabalho. Assim, a técnica educacional (pedagoga) da Secretaria Municipal de Educação, Regilane Daré dos Santos, exerceu o cargo comissionado de secretária de Educação até o fim do mandato.

No ano de 2017, o Sr. Christiano Spadetto assumiu o cargo de prefeito municipal, nomeando para o cargo de secretária municipal de Educação a professora da Rede Estadual de Ensino Rosangela de Vargas Pinto, que permaneceu no cargo até novembro do mesmo ano, assumindo, em seguida, o Sr. Márcio Vitor Zanão.

Nas eleições de 2019, Christiano Spadetto foi reeleito para a administração municipal. Com isso o secretário de Educação, Márcio Vitor Zanão, permaneceu no cargo, solicitando exoneração em dezembro do mesmo ano. Em janeiro de 2021, o professor Cleumar Luís Mareto assumiu o cargo de secretário de Educação.

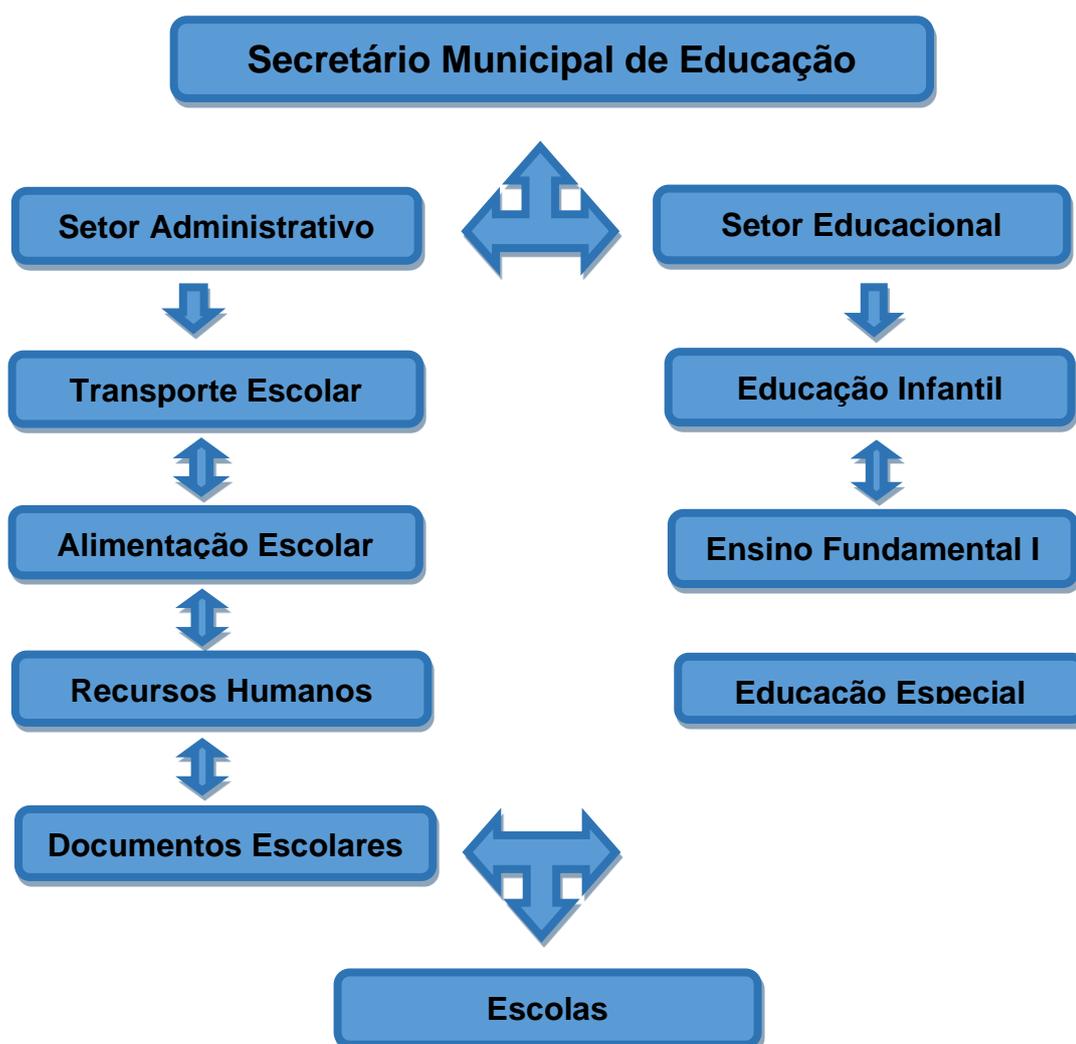
## 6.2 A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SEU FUNCIONAMENTO

A Secretaria Municipal de Educação é composta por dois setores: Setor Administrativo e Setor Educacional. O Setor Administrativo é responsável pelo transporte escolar, alimentação escolar e recursos humanos. Para cada item citado, existe um profissional encarregado, coordenado pelo chefe do Departamento Administrativo. O Setor Educacional é responsável pela área pedagógica, que é dividida em coordenações: Educação Infantil, Ensino Fundamental I e Educação Especial, que

são subordinadas à pessoa nomeada ao cargo de chefe do Departamento Educacional.

As coordenações pedagógicas não são cargos comissionados ou gratificados, mas ocupados por técnicos educacionais (pedagogos) efetivos da Secretaria de Educação, sem nenhum acréscimo salarial. Esses técnicos desenvolvem os trabalhos burocráticos da Secretaria de Educação e coordenam cada etapa da educação básica ofertada pelo município (educação infantil/anos iniciais do ensino fundamental) e a modalidade de educação especial (Figura 13). Essa estrutura possibilita à Secretaria de Educação dar continuidade aos projetos e trabalhos desenvolvidos, embora a troca de secretários provoque mudanças bruscas algumas vezes.

Figura 15 — Organograma da estrutura da Secretaria Municipal de Educação



Fonte: Elaborado pela autora.

Conceição do Castelo/ES possui um total de quatro escolas municipais e duas escolas estaduais na sede, duas creches (0 a 3 anos), uma pré-escola (4 e 5 anos), uma escola do Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), uma escola estadual de Ensino Fundamental II e Ensino Médio e uma escola estadual, também de Ensino Fundamental II e Ensino Médio, no formato integral.

As escolas rurais, situadas nas comunidades centrais do município, somam um total de sete escolas, todas da educação infantil (4 e 5 anos) ao 5º ano do ensino fundamental. Apenas uma comunidade possui, ainda, uma creche que atende a crianças de zero a três anos.

As comunidades onde as escolas ficam situadas são: Mata Fria, Indaiá, Monforte Frio, Angá, Santa Tereza e Santa Luzia. Essas escolas atendem aos alunos da própria comunidade e das comunidades vizinhas, que fazem o traslado utilizando o transporte escolar público.

### 6.3 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E AS AVALIAÇÕES EXTERNAS

O município de Conceição do Castelo/ES não é Sistema de Ensino, portanto o Conselho Municipal de Educação não tem poder deliberativo, o que o faz ter de seguir as normas e orientações da Secretaria Estadual de Educação (Sedu).

Quando o município se torna Sistema de Ensino, o Conselho Municipal de Educação, sendo bem conduzido e atuante, ajuda a tornar a Educação mais democrática, pois possibilita a participação da sociedade nas tomadas de decisões.

De acordo com o site “Todos pela Educação”, o Conselho Municipal de Educação possui as seguintes funções:

**Normatizar:** elaborar as regras que adaptam para o município as determinações das leis federais e/ou estaduais e que as complementem, quando necessário. **Deliberar:** autorizar ou não o funcionamento das escolas públicas municipais e da rede privada de ensino. Legalizar cursos e deliberar sobre o currículo da rede municipal de ensino. **Assessorar:** responder aos questionamentos e dúvidas do poder público e da sociedade. As respostas do órgão são consolidadas por meio de pareceres. **Fiscalizar:** acompanhar a execução das políticas públicas e monitorar os resultados educacionais do sistema municipal (BRASIL, 2018, p. 1).

Sendo assim, o Conselho Municipal de Educação de Conceição do Castelo/ES possui as funções de normatizar, assessorar e fiscalizar, não podendo deliberar. Dessa

forma, a função de autorizar o funcionamento de escolas, legalizar cursos e deliberar sobre currículos cabe à Secretaria de Estado da Educação.

A Rede Municipal de Educação atuava, nesse ano de 2021, com um total de 138 profissionais da Educação, dentre eles, 7 técnicos educacionais (pedagogos) e 131 professores. Desse total, 2 técnicos e 86 professores são contratados por meio de processo seletivo para designação temporária.

Portanto, Conceição do Castelo/ES vive o dilema das contratações temporárias, o que dificulta colher os resultados de algumas ações realizadas, como as formações, por exemplo. Mesmo que não haja uma rotatividade muito grande de profissionais, uma vez que o município é pequeno e os candidatos às vagas sejam praticamente os mesmos todos os anos, contraria as legislações e prejudica a possibilidade de se criar vínculos e relações sólidas entre professores, estudantes e comunidade.

Segundo Arroyo (2004, p. 3),

Quando pensamos na saúde de nossos filhos ou da infância, não pensamos no hospital, mas no médico. Saúde nos lembra os médicos. Educação nos lembra a escola, não seus profissionais, os educadores. Estes não conseguem ser a referência, mas a instituição escola. Até a história da educação estudada pelos professores(as) é a história da escola, dos sistemas de ensino não sua história profissional, dos seus saberes de ofício. Entretanto, os pedagogos foram antes do que a pedagogia e do que as escolas. O magistério é anterior às instituições de ensino.

É necessário, portanto, valorizar o papel do professor, sua importância para a sociedade e promover o resgate da figura desse profissional como o detentor de um saber que transcende outras profissões, mas que, infelizmente, está se perdendo na cultura brasileira. Esse processo de valorização, com certeza, deveria se iniciar pelos empregadores, atendendo à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96) e às demais legislações que regem os profissionais da educação no país.

De acordo com o parecer do Conselho CNE/CEB nº 9/2009, a efetivação de professores por meio de concurso público e o direito ao Plano de Carreira é imprescindível para a oferta de Educação com qualidade.

O que se quer demonstrar é que a correta organização da Carreira do Magistério transcende os interesses específicos da categoria; significa, na verdade, condição sine qua non para a oferta de um ensino de qualidade nas escolas brasileiras (BRASIL, 2009, p. 2).

Portanto, o município de Conceição do Castelo/ES reforça com um cenário brasileiro onde um número elevado de professores trabalham com contratos anuais. Assim, iniciam cada ano sem remuneração e sem a certeza de conseguir trabalho para o ano seguinte. Além disso, desvinculam-se de suas escolas, de seus alunos e da comunidade onde desenvolveram suas funções durante o ano letivo. Dessa forma, “[...] é necessário recuperar os sujeitos tão centrais nas matrizes mais perenes da teoria pedagógica” (ARROYO, 2004, p.3).

Esses profissionais, efetivos e contratados, atendem a um total de 1.439 alunos, desde a creche até o 5º ano do ensino fundamental. A tabela abaixo mostra o quantitativo de estudantes matriculados em cada escola:

Tabela 1 — Quantitativo de estudantes por escola da Rede Municipal de Ensino

Escola	INF I	INF II	INF III	INF IV	INF V	INF VI	1º Ano	2º	3º	4º	5º	Total
EMEI BLA	*	*	*	*	108	107	*	*	*	*	*	215
EMEI H L	19	31	45	51	*	*	*	*	*	*	*	146
EMEI VC	11	16	25	32	*	*	*	*	*	*	*	84
EMEI NP	02	06	08	03	*	*	*	*	*	*	*	19
EMEF EA	*	*	*	*	*	*	114	115	110	104	111	554
EMEF SL	*	*	*	*	11	16	12	19	17	21	19	115
EMEF AP	*	*	*	*	11	09	14	12	15	17	17	95
EMEF MF	*	*	*	*	07	04	08	06	10	06	03	44
EMEF AM	*	*	*	*	02	03	07	08	06	07	04	37
EMEF AAC	*	*	*	*	05	05	07	07	10	09	08	51
EMEF JF	*	*	*	*	09	13	13	09	05	13	17	79
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>53</b>	<b>78</b>	<b>86</b>	<b>153</b>	<b>157</b>	<b>175</b>	<b>176</b>	<b>173</b>	<b>177</b>	<b>179</b>	<b>1439</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Conceição do Castelo/ES.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado em 2007 para monitorar o desempenho da Educação no Brasil, o município apresentou um salto significativo na última avaliação, em 2019. Em 2013, a nota alcançada foi 5,9,

que se manteve em 2015. Na avaliação seguinte (2017), a nota abaixou para 5,8 e, em 2019, saltou para 6,5. Dessa forma, o município ultrapassou a meta e ficou com uma das melhores notas entre os municípios da região.

Conceição do Castelo/ES atribui os resultados positivos do Ideb aos esforços dos profissionais da Educação, principalmente ao empenho dos professores e aos investimentos realizados, como o material “Um giro pela aprendizagem”, da Editora Brasil Cultural, adquirido especialmente para reforçar o aprendizado de Língua Portuguesa e Matemática. É um material composto por simulados que os professores e alunos gostam de utilizar durante as aulas para avaliar o processo pedagógico. Para inserir esse apoio pedagógico na rede de ensino, foi realizada uma formação com os professores e pedagogos com o objetivo de planejar sua utilização de forma a garantir que ele faça parte do processo sem se tornar mero treino para a Prova Brasil. Para os alunos com deficiência, os professores das salas de aula comum, juntamente com os professores especializados da educação especial, tornam esses simulados acessíveis de acordo com as necessidades individuais.

Porém, por mais que o município tente dar uma conotação mais amena a esse processo de preparação, as avaliações externas carregam por si mesmas uma característica discriminatória. As provas não consideram as especificidades dos estudantes e, apenas nas últimas aplicações, foram disponibilizados alguns auxílios para alunos com deficiência, entretanto insuficientes para promover a acessibilidade necessária para realizar as questões.

Com isso, muitos alunos com deficiência e dificuldades de aprendizagem, por todo o país, são “convidados” a faltar às aulas no dia da aplicação das avaliações. Os municípios e as escolas buscam formas de serem ranqueados nos primeiros lugares, mesmo que para isso algumas ações menos democráticas aconteçam no interior das instituições de ensino.

Conceição do Castelo/ES trabalha desde 2002 com materiais apostilados, atendendo aos estudantes da educação infantil e dos anos finais do ensino fundamental, e agora até o quinto ano, uma vez que não possui mais o Ensino Fundamental II sob sua responsabilidade. No ano de 2021, somente a educação infantil estava utilizando os

materiais e os assessoramentos da empresa contratada, uma vez que optou pela utilização do material ofertado pelo MEC por meio do Programa do Livro Didático.

Essa decisão foi motivada em conjunto entre os profissionais, pois a empresa contratada estava deixando a desejar em relação aos assessoramentos. Além disso, o município estava desenvolvendo suas atividades pedagógicas utilizando três materiais diferentes. Assim, foi identificada a necessidade de focar em apenas um livro didático, oportunizando aos professores o desenvolvimento de aulas interdisciplinares e projetos que atendessem às necessidades dos alunos e das comunidades. Com isso, o município ainda economizaria um valor significativo que poderia ser revertido em benefícios das escolas.

#### 6.4 INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA (APAE) X SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: O QUE DIZ A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO?

Até a publicação da Política Nacional de Educação Especial de 2008, o município recebia um quantitativo reduzido de matrículas de alunos público-alvo da educação especial nas escolas regulares. A grande maioria se concentrava na instituição filantrópica (Apae), de Conceição do Castelo/ES.

A Apae de Conceição do Castelo foi criada em 9 de outubro de 1993 com a finalidade de prestar serviços às pessoas com deficiência do município. É uma instituição filantrópica sem fins lucrativos, que objetiva oferecer às pessoas com deficiência atendimentos especializados, proporcionando o desenvolvimento das potencialidades dos usuários com ênfase na dignidade, autonomia, independência e interdependência da pessoa com deficiência e apoio à sua família.

O atendimento educacional era ofertado às pessoas com deficiência em salas especiais da Apae, que eram organizadas de acordo os níveis de aprendizagem. Geralmente com um número reduzido de alunos, seguindo as orientações e políticas da Sedu. Os professores eram cedidos pelo Estado quando efetivos e/ou contratados por meio de processos seletivos para Designação Temporária.

O trabalho pedagógico desenvolvido na escola especial baseava-se principalmente no processo de alfabetização das pessoas com deficiência. Muitos alunos, após passar por esse processo de aprendizagem de leitura e escrita, retornavam às escolas

regulares, faziam uma avaliação com a equipe da instituição e eram incluídos nas séries correspondentes ao nível acadêmico em que se encontravam.

Até o ano de 2008, os alunos frequentavam as salas especiais na Escola de Educação Especial Valdívia Pinheiro Mareto. Com a implementação da Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, que instituiu as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado, em 2010, os alunos com idade escolar, que não tinham um comprometimento grave, foram encaminhados para as escolas regulares e passaram a frequentar o AEE da Apae em dias alternados ao AEE da escola regular, uma vez que a instituição filantrópica foi transformada em Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE).

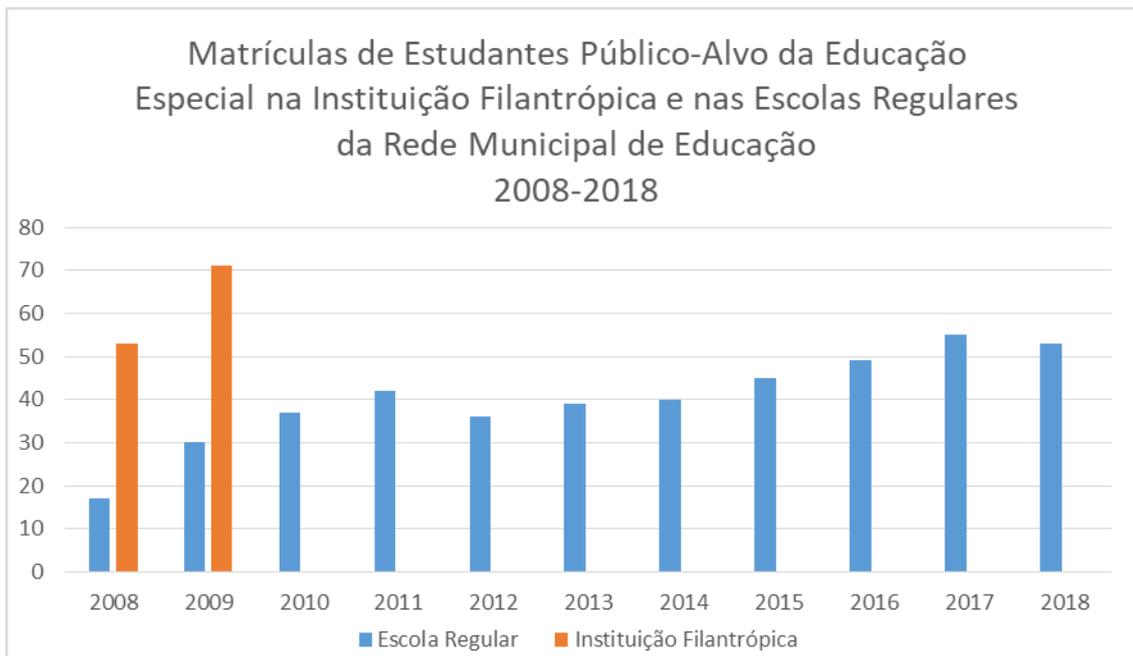
Analisando os dados do Censo Escolar divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), percebemos que, no ano de publicação da Política Nacional de Educação Especial de 2008, estavam matriculados nas escolas regulares da Rede Municipal de Educação de Conceição do Castelo/ES 18 alunos público-alvo da educação especial, enquanto na instituição filantrópica eram 53 matriculados.

No ano seguinte, em que foi implementada a Resolução CNE/CEB nº 04/2009, o quantitativo de matrículas nas escolas regulares ainda permaneceu reduzido, um total de 30 matrículas, enquanto na escola especial (Apae) havia 71 estudantes.

Somente em 2010, os usuários da Apae em idade escolar foram transferidos para as escolas regulares, ficando sem matrículas nas salas de aulas. A partir daí, a instituição foi transformada em Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) e passou a ofertar o AEE no contraturno duas vezes por semana aos estudantes público-alvo da educação especial. Os alunos que se encontravam defasados e não estavam mais em idade escolar permaneceram somente na instituição filantrópica, realizando os acompanhamentos terapêuticos e participando de oficinas que eram oferecidas aos adultos com deficiência.

Com isso as escolas regulares da Rede Municipal de Ensino passaram a atender um total de 37 estudantes público-alvo da educação especial em 2010. No ano de 2011, esse número subiu para 42 alunos e seguiu essa média até 2018, conforme mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 1 — comparativo de matrículas



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos dados do Inep (2008-2018).

Durante o período de 2010 a 2018, os estudantes público-alvo da educação especial incluídos nas escolas regulares do município de Conceição do Castelo passaram a frequentar a instituição filantrópica no contraturno para realização dos atendimentos terapêuticos e também do AEE, mesmo os que estavam matriculados em uma das quatro escolas regulares que ofertavam o serviço no próprio prédio.

Essa situação ocorreu, e ainda ocorre, em diversos municípios do Espírito Santo e de outros Estados brasileiros, uma vez que as instituições filantrópicas, por questões financeiras, desejam continuar ofertando o serviço. Por diversos motivos, os Governos Estaduais e muitos Municipais continuam contratando tais serviços, porém, para os estudantes, é cansativo e desnecessário, já que a escola também oferta, e com mais qualidade, uma vez que há melhor interação entre professores de sala comum e professores especializados.

No ano de 2018, após muitas conversas entre a Coordenação da Educação Especial do Município, o prefeito municipal, o secretário de Educação, representantes da Apae e representantes das famílias dos estudantes público-alvo da educação especial, a oferta do AEE ficou sob a responsabilidade das escolas regulares. Assim, a Apae

deixou de oferecer atendimento na área educacional e passou a se dedicar aos serviços de saúde e oficinas diversas.

Portanto, hoje a Apae exerce suas atividades com uma equipe multiprofissional composta por dois fisioterapeutas, duas fonoaudiólogas, uma cirurgiã-dentista, duas psicólogas, uma neurologista, uma terapeuta ocupacional e um psiquiatra. São atendidos usuários de qualquer idade e deficiência, desde que apresentem associação com a deficiência mental.

Tabela 2 — Usuários matriculados na Apae

<b>Deficiência</b>	<b>0 a 3 anos</b>	<b>4 a 6 anos</b>	<b>7 a 10 anos</b>	<b>11 a 14 anos</b>	<b>15 a 18 anos</b>	<b>Mais de 18 anos</b>	<b>Total</b>
Mental	2	4	15	9	13	27	70
Física		2	1	1		1	5
Auditiva	1						1
Visual							-
Múltipla	4	1	3	1	1	6	16
Outras	12	4					16

Fonte: Apae de Conceição do Castelo/ES.

Apesar de não ofertar os serviços pedagógicos, a Apae continua sendo uma grande parceira da Secretaria de Educação no desenvolvimento do projeto de consultas clínicas com psicólogo, fonoaudiólogo e neurologista para estudantes das escolas municipais que necessitam desses atendimentos e, também, nos processos formativos com os profissionais da Educação.

## **7 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E NORMATIVOS TRAZIDOS PELA PNEE/2008 E AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO/ES**

Atendendo ao que dispõem os objetivos específicos da presente pesquisa, promoveremos, neste capítulo, uma análise da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, fazendo-a dialogar com as políticas implementadas pelo município de Conceição do Castelo/ES.

O documento intitulado “Políticas de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” foi publicado em janeiro de 2008 pelo Ministério da Educação. A Apresentação frisa que “[...] a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis” (BRASIL, 2008, p. 5), exaltando a importância da escola no processo de superação da exclusão propagada ao longo dos anos.

A PNEE/2008 tem como objetivo “[...] constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos” (BRASIL, 2008, p. 5), promovendo, inclusive, mudança estrutural e cultural da escola.

O documento traz os marcos históricos e normativos da educação especial no Brasil e, em seguida, o diagnóstico a partir dos dados do Censo Escolar. De acordo com esses dados, houve uma evolução de matrículas de alunos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular, passando de 43.923 estudantes incluídos em 1998 para 325.316 alunos em 2006, totalizando um acréscimo de 640%.

Porém, na educação infantil, o número de alunos matriculados em escolas/classes especiais é superior ao número de matrículas nas classes comuns, mostrando o desafio da PNEE para garantir a igualdade de direitos a todos os estudantes. Na educação superior, o diagnóstico mostra que, mesmo tendo um acréscimo de 136% no número de matrículas de estudantes com deficiência, ainda se faz necessário elevar os esforços para promover inclusão e fortalecer as políticas de acessibilidade nas instituições.

Na sequência, a PNEE/2008 elucida o objetivo citando as medidas promotoras da inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação:

[...] acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p. 14).

Dessa forma, elenca itens importantes que precisam ser implementados por Estados, Municípios e instituições escolares para que a inclusão de pessoas com deficiência possa ocorrer de forma concreta e eficaz.

O item V do documento lembra que, em 1994, a Declaração de Salamanca estabeleceu como princípio que “[...] as escolas do ensino regular devem educar todos os alunos” (p. 14), combatendo a exclusão escolar, independentemente da deficiência que apresentam, da classe social, das diferenças linguísticas, étnicas ou culturais. No entanto, ressalta que, mesmo com o desafio imposto pela Declaração para que as diferenças sejam respeitadas e atendidas, as políticas educacionais implementadas não foram suficientes e capazes de alcançar o objetivo: “[...] de levar a escola comum a assumir o desafio de atender as necessidades educacionais de todos os alunos” (p. 15).

A partir da publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008, a educação especial passa a fazer parte da proposta pedagógica da escola com um público-alvo definido: alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O documento orienta, ainda, que a educação especial atue de forma articulada com o ensino regular para os atendimentos às necessidades educacionais especiais dos alunos com distúrbios funcionais (dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros).

Esse mesmo item (V) esclarece que serão considerados

[...] alunos com deficiência aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil.

Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse [...] (BRASIL, 2008, p. 15).

Em seguida, no item VI, são abordadas as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, enfatizando que

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p. 16).

Portanto, essa modalidade de ensino busca atender às necessidades e às especificidades dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados nas turmas comuns do ensino regular, dando suporte com serviços e recursos para que possam ter garantida a equidade necessária à participação nas diversas atividades ofertadas pela escola. Portanto, “[...] o atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008, p. 16).

O documento orienta quanto à diferença entre o atendimento educacional especializado e as atividades desenvolvidas nas salas de aulas comuns, explicitando que o AEE complementa ou suplementa a escolarização, mas não a substitui. Elucida, ainda, que a inclusão tem início na educação infantil, etapa em que o atendimento educacional especializado objetiva “[...] otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social” (BRASIL, 2008, p. 16).

A PNEE/2008 diz que o atendimento educacional especializado, em todas as etapas e modalidades, é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, portanto a sua oferta é obrigatória e deve acontecer no turno inverso ao da matrícula na sala comum do ensino regular.

Atravessado por todos os dizeres da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, o município de Conceição do Castelo/ES

vem implementando políticas públicas que visam à inclusão dos estudantes público-alvo da educação especial nas classes comuns das escolas regulares.

Esse processo se iniciou com a contemplação do município no programa de salas de recursos multifuncionais no ano de 2009. A partir daí, diversas adequações foram necessárias e muitas ações precisaram ser empreendidas para que os direitos dos estudantes público-alvo da educação especial fossem garantidos.

### 7.1 MAPEANDO AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PRODUZIDAS PELA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

As políticas de educação especial implementadas pelo município se baseiam nos direitos adquiridos por meio da política nacional, estadual e demais legislações que asseguram o direito à educação de qualidade a todos os estudantes público-alvo da educação especial.

A Constituição Federal de 1988, em seus arts. 205 e 206, reza que “[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 104) e, ainda, que o ensino será ministrado com base nos princípios da “[...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988, p. 104), “[...] na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” (BRASIL, 1988, p. 104), entre outros.

Partindo desse princípio sacramentado pela Constituição Federal, a partir da última década do século XX e nos primeiros anos do século XXI, foram sistematizados estudos e debates criando uma conjuntura favorável à definição de políticas públicas fundamentadas no paradigma da inclusão social. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é uma conquista fruto desse período histórico. Dessa forma, a ideia do modelo clínico no qual a pessoa com deficiência física, sensorial ou intelectual se encontrava impossibilitada de se integrar socialmente foi positivamente alterada.

Diante dessa nova perspectiva de educação especial, o município de Conceição do Castelo/ES demanda ações práticas e reais para possibilitar aos estudantes público-alvo da educação especial a autonomia necessária para participar ativamente das

atividades desenvolvidas no âmbito escolar, assim como em outros locais de sua convivência cotidiana.

Desde a publicação da PNEE/2008, o foco maior tem sido a aceitabilidade desses alunos no âmbito das escolas regulares e a acessibilidade do espaço físico. Muitas ações foram realizadas dentro dessas perspectivas, como reformas de prédios e projetos voltados para sensibilização da comunidade escolar em relação à aceitação do novo público, reduzindo os riscos de rejeição e discriminação.

Em atendimento às legislações vigentes, o município de Conceição do Castelo vem, desde 2009, realizando ações em prol da concretização do processo de inclusão dos estudantes com deficiências nas classes comuns das escolas, procurando reduzir barreiras físicas e pedagógicas que impeçam a permanência e a aprendizagem dos alunos com deficiência.

#### **7.1.1 Salas de recursos multifuncionais**

No final do ano de 2008, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Elisa Paiva foi contemplada com equipamentos tecnológicos, materiais pedagógicos e mobiliários provenientes do Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais, instituído pelo MEC/Seesp, por meio da Portaria Ministerial nº 13/2007 para oferta do AEE.

O programa faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). De acordo com os dados informados no Censo Escolar pelas escolas, são destinados apoio técnico e financeiro aos Sistemas de Ensino, a fim de garantir o acesso ao ensino regular e a oferta do AEE aos estudantes público-alvo da educação especial.

De acordo com o Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais do MEC/Seesp (2010), o programa tem como objetivos:

Apoiar a organização da educação especial na perspectiva da educação inclusiva; assegurar o pleno acesso dos alunos público-alvo da educação especial no ensino regular em igualdade de condições com os demais alunos; disponibilizar recursos pedagógicos e de acessibilidade às escolas regulares da rede pública de ensino e; promover o desenvolvimento profissional e a participação da comunidade escolar (BRASIL, 2010, p. 9).

Em 2013, foram equipadas as salas de recursos da Escola Municipal de Educação Infantil Brás Lacerda Amigo, Escola Municipal de Ensino Fundamental Édson Altoé e Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Padoani.

Todas as quatro escolas que receberam os equipamentos do MEC foram contempladas com a Sala de Recursos I, que é direcionada aos alunos com deficiência intelectual e transtorno global do desenvolvimento.

A sala de recursos tipo I é composta pelos itens abaixo:

Tabela 3 — Itens que compõem a sala de recursos multifuncionais tipo I

<b>Equipamentos</b>	<b>Materiais Didático/Pedagógico</b>
02 Microcomputadores	01 Material Dourado
01 Laptop	01 Esquema Corporal
01 Estabilizador	01 Bandinha Rítmica
01 Scanner	01 Memória de Numerais I
01 Impressora laser	01 Tapete alfabético encaixado
01 Teclado com colmeia	01 Software comunicação alternativa
01 Acionador de pressão	01 Sacolão criativo monta tudo
01 Mouse com entrada para acionador	01 Quebra-cabeças - sequência lógica
01 Lupa eletrônica	01 Dominó de associação de ideias
<b>Mobiliários</b>	01 Dominó de frases
01 Mesa redonda	01 Dominó de animais em Libras
04 Cadeiras	01 Dominó de frutas em Libras
01 Mesa para impressora	01 Dominó tátil
01 Armário	01 Alfabeto Braille
01 Quadro-branco	01 Kit de lupas manuais
02 Mesas para computador	01 Plano inclinado – suporte para leitura
02 Cadeiras	01 Memória tátil

Fonte: MEC (2010).

As escolas regulares que possuem estudantes cegos matriculados nas classes comuns informados no Censo Escolar recebem a Sala de Recursos Multifuncionais II, que é composta por todos os itens da Sala de Recursos Multifuncionais I, acrescidos dos seguintes itens:

Tabela 4 — Itens adicionados à sala de recursos multifuncionais tipo II

<b>Equipamentos e Matérias Didático/Pedagógico</b>
01 Impressora Braille – pequeno porte
01 Máquina de datilografia Braille
01 Reglete de mesa
01 Punção
01 Soroban
01 Guia de assinatura
01 Kit de desenho geométrico
01 Calculadora sonora

Fonte: MEC (2010).

Com a implantação das quatro salas de recursos multifuncionais, o AEE passou a ser ofertado no turno inverso ao da matrícula no ensino regular para todos os alunos com deficiências/TGD nas escolas citadas. Os estudantes público-alvo da educação especial matriculados nas demais escolas eram atendidos na Apae.

No ano de 2018, o município deixou de fazer parceria com a Sedu, por meio do Termo de Cooperação Técnica para contratação dos serviços do CAEE, e passou a ofertar o AEE nas escolas regulares onde havia matrículas de alunos com deficiência/TGD. Dessa forma, a Secretaria Municipal de Educação equipou com recursos financeiros próprios mais três salas de recursos multifuncionais: uma na Escola Municipal de Ensino Fundamental Mata Fria, uma na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Feriani e uma na Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Luzia. Todas as salas de recursos do município são do tipo I.

### **7.1.2 Atendimento Educacional Especializado (AEE)**

Com a implantação da primeira sala de recursos multifuncionais na Rede Municipal de Ensino, mais precisamente, na EMEF Elisa Paiva, o atendimento educacional especializado teve início em 2009.

Nos primeiros anos de oferta do AEE na escola regular, lidamos com dificuldades de acordo com a Apae, assim como diversos outros municípios do país, uma vez que a instituição filantrópica não aceitava deixar de ofertar seus trabalhos na área educacional. Esse problema perdurou no município até o ano de 2018, quando a

Secretaria deixou de fazer parceria com a Sedu para contratação da instituição. A partir de 2019, a instituição passou a ofertar apenas serviços na área de saúde.

Em 2013, com a implantação de mais três salas de recursos e, em 2018, de mais três, a Rede Municipal de Ensino passou a atender a todos os alunos público-alvo da educação especial na própria escola onde estavam matriculados.

O AEE ofertado pela Rede Municipal de Educação de Conceição do Castelo/ES atende às orientações da Sedu. Portanto, é oferecido no contraturno e dividido em três partes, conforme Documento Orientador do Atendimento Educacional Especializado:

[...] 50% da carga horária deverá ser destinada ao atendimento educacional especializado em salas de recursos no contraturno, 33% da carga horária no planejamento e estudo, e 17% da carga horária na atuação junto ao professor da classe comum, em atividade concomitante em sala de aula, podendo atuar na escola de origem e/ou em outra escola da região (ESPÍRITO SANTO, 2013, p. 7).

Para isso, as escolas se organizam após o período de matrículas e rematrículas para que, sabendo o quantitativo, horário de matrícula na classe comum e o ano em que o estudante se encontra, o horário possa ser elaborado com antecedência. Esse processo é importante, pois grande parte dos estudantes fazem acompanhamentos terapêuticos na Apae e outras atividades fora do contexto escolar, e todas precisam ser conciliadas.

O AEE individual ou coletivo é ofertado duas vezes na semana, tendo duração de duas horas cada atendimento. Quando em grupo, os estudantes são divididos por nível de conhecimento e grau de necessidade quanto ao uso de recursos tecnológicos.

A organização do AEE ofertado nas salas de recursos multifuncionais das escolas municipais segue as normas estabelecidas pela Sedu, conforme mostra a tabela que segue:

Tabela 5 — Carga horária de cada tipo de atendimento educacional especializado

PROFESSOR DE AEE POR ÁREA DE DEFICIÊNCIA	DISTRIBUIÇÃO CARGA HORÁRIA - Nº DE ALUNOS			
	10 h semanais	16 h Semanais	25 h Semanais	40 h Semanais
Visual - baixa visão	01	02 a 03	04 a 07	08 a 15
Visual – cegueira		01	02 a 04	05 a 08
Auditiva	01	02 a 03	04 a 08	09 a 15
Intelectual/tgd	01	02 a 03	04 a 08	09 a 15
Altas Habilidades/Superdotação		05 a 10	11 a 20	21 a 30

FORMAS DE ATUAÇÃO DO PROFESSOR DE AEE	DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA/AULAS/PL			
	10 h semanais	16 h Semanais	25 h semanais	40 h Semanais
Atendimento aos alunos na sala de recursos	04 aulas	07 aulas	10 aulas	16 aulas
Planejamento individual e junto ao professor da classe comum	03 PL	05 PL	07 PL	11 PL
Trabalho colaborativo na classe comum	03 aulas	04 aulas	08 aulas	13 aulas

FORMAS DO ATENDIMENTO PROFESSOR DE LIBRAS/INSTRUTOR NO AEE	DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA/Nº DE ALUNOS/PL/AULA			
	10 h semanais	16 h Semanais	25 h semanais	40 h Semanais
Quantidade de alunos	01 a 03	04 a 06	07 a 10	11 acima
Planejamento	03 PL	05 PL	07 PL	11 PL
Quantidade de aula contraturno	07 aulas	11 aulas	18 aulas	29 aulas

Fonte: Sedu (2013).

O AEE funciona como um círculo, onde um momento depende do outro para que o processo traga os efeitos positivos esperados. Dizemos que o momento mais importante é o trabalho colaborativo, pois é quando os professores estão com os alunos na sala de aula comum.

O trabalho colaborativo é o momento em que o professor especializado da educação especial colabora com os professores da sala de aula comum durante algumas aulas. Nesse momento, ele auxilia professores e alunos e aponta situações que precisam ser revistas dentro da sala de aula, pontua itens a serem discutidos e planejados com

os professores e elenca questões que precisam ser trabalhadas com o aluno no AEE (contraturno).

Durante o planejamento com os professores de sala de aula comum, são discutidas as questões observadas durante o trabalho colaborativo e outras situações trazidas pelos professores. A partir dessas discussões, são planejadas as estratégias que serão utilizadas nas aulas seguintes para promoção da equidade necessária para que todos os alunos (com e sem deficiência) possam participar das atividades propostas pelos professores à turma. São repensadas, ainda, estratégias e situações planejadas anteriormente, que necessitam de alterações para melhor atender às especificidades dos estudantes.

No momento do planejamento individual do professor especializado, são consideradas as questões observadas durante o trabalho colaborativo e o que foi concebido durante o planejamento com os professores de sala de aula comum. Assim, são desenvolvidas atividades que auxiliem ao aluno sua participação durante as aulas que serão ofertadas na sala comum, como a utilização de algum recurso tecnológico, o manuseio de algum objeto, conhecimento sobre jogos que serão utilizados, além de atividades que desenvolvam a coordenação motora e as habilidades de forma geral.

O AEE no contraturno é desenvolvido individualmente ou em grupos. O atendimento individual acontece quando a necessidade do aluno é muito específica e diferente das demandas dos demais. Esse é o momento em que são trabalhadas as especificidades de cada aluno de acordo com o que foi observado no trabalho colaborativo e o que foi planejado durante os encontros coletivos e o individual (professor especializado). Dessa forma, procura-se, durante o AEE (contraturno), eliminar previamente as barreiras que poderão surgir durante as aulas.

A cada início de trimestre, a Coordenação de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação realiza os planejamentos trimestrais juntamente com os professores da sala de aula comum e os professores especializados. Os planejamentos têm por objetivo avaliar o trabalho realizado e o desenvolvimento de cada aluno durante o trimestre anterior e traçar as metas que deverão ser alcançadas por alunos e professores durante o novo período. Para isso, é realizado um relatório baseado nas metas anteriores. A partir daí, são traçadas novas metas/objetivos e

algumas estratégias que deverão ser aprimoradas no decorrer no trimestre, considerando o desempenho do aluno e os planejamentos semanais dos professores.

### **7.1.3 Adequação estrutural**

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, por meio do Conselho Deliberativo, publicou a Portaria nº 10, de 13 de maio de 2010, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros para as escolas públicas com matrículas de alunos da educação especial inseridas no Programa Escola Acessível.

De acordo com a portaria, as escolas públicas da educação básica contempladas pelo Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (Seesp/MEC), com matrículas de alunos público-alvo da educação especial no ensino regular, deveriam receber recursos de custeio e capital para implementação de ações de acessibilidade. A exigência para o recebimento é que a Secretaria de Educação tivesse aderido ao Plano de Metas "Compromisso Todos pela Educação" e as escolas tivessem elaborado seu planejamento para implementação do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE - Escola), voltado ao Programa Escola Acessível, no Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (Simec).

Os recursos foram destinados à promoção da acessibilidade e inclusão de alunos público-alvo da educação especial nas classes comuns das escolas regulares e, de acordo com o art. 2º, deveriam ser empregados na:

[...] I - adequação arquitetônica ou estrutural de espaço físico reservado à instalação e funcionamento de salas de recursos multifuncionais; II - adequação de sanitários, alargamento de portas e vias de acesso, construção de rampas, instalação de corrimão e colocação de sinalização tátil e visual; e III - aquisição de mobiliário acessível, cadeira de rodas, material desportivo acessível e outros recursos de tecnologia assistiva (BRASIL, 2010, p. 1).

Por meio dos recursos financeiros advindos da portaria citada, as quatro escolas municipais que foram beneficiadas com as salas de recursos multifuncionais também puderam realizar algumas obras de acessibilidade, como a construção de pequenas rampas para correção de desníveis nos prédios, adequação de banheiros, adequação das salas recursos multifuncionais e aquisição de materiais e tecnologia acessíveis.

Na Escola Municipal de Ensino Fundamental Elisa Paiva, o município adquiriu uma plataforma elevatória com recursos próprios para promover o acesso ao 2º andar de um dos prédios da escola, que possuía apenas escadas.

#### **7.1.4 Auxiliar de sala/estagiários**

Em 2010, o município iniciou um trabalho de auxílio aos professores que possuem, nas salas de aulas comuns, alunos público-alvo da educação especial com grandes comprometimentos. Esses profissionais são, prioritariamente, estudantes do Curso de Pedagogia, contratados como estagiários.

Em 2014, foi criado o cargo de auxiliar de sala, por meio da Lei Complementar nº 072/2014, para atendimento às turmas comuns com matrículas de aluno com deficiência e/ou transtornos globais do desenvolvimento com maiores comprometimentos. Porém, esse profissional é contratado, em sua maioria, para atendimento às necessidades das escolas municipais de educação infantil (zero a três anos).

Os auxiliares de salas que atendem à educação especial e os estagiários possuem como funções: a) auxiliar o(s) aluno(s) nas atividades diárias durante sua permanência na unidade de ensino (atividades em sala de aula, higiene pessoal, alimentação e outras que se fizerem necessárias); b) preparar materiais escritos e recursos necessários à participação do(s) aluno(s) nas atividades propostas no Plano de Aula da professora regente; c) realizar a adaptação de materiais escritos de uso comum: tamanho das letras, relevo, softwares educativos em tipo ampliado, textura modificada etc. de acordo com as necessidades do(s) aluno(s) e com a solicitação do professor; d) organizar, juntamente com os professores regentes (todas as disciplinas), o portfólio do(s) aluno(s), registrando seu desenvolvimento durante o ano letivo; e) desenvolver as habilidades adaptativas do(s) aluno(s): sociais, de comunicação, cuidado pessoal e autonomia; f) oferecer apoio verbal e instrucional para viabilizar a orientação e mobilidade, visando à locomoção independente do aluno; g) apoiar o aluno no sentido de evitar sentimentos de superioridade, rejeição dos demais colegas, sentimentos de isolamento etc.; h) estimular a persistência na tarefa e o engajamento em atividades cooperativas; i) não deixar que o aluno passe por situações embaraçosas quando junto de outros colegas, auxiliando na orientação dos demais

alunos da escola a respeitar suas especificidades; j) não permitir que o aluno com deficiência e/ou transtornos globais do desenvolvimento fique isolado dos pares durante o recreio e em outras atividades; k) manter-se atualizado sobre as legislações vigentes relacionadas com a inclusão de alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento na sala de aula comum da escola regular; l) manter-se atualizado sobre a deficiência e/ou transtorno global do desenvolvimento, apresentada pelo(s) aluno(s) que estiver apoiando.

#### **7.1.5 Transporte escolar para estudantes com deficiência**

No final do ano de 2014, o município recebeu do Governo Estadual dois micro-ônibus adaptados para pessoas com mobilidade reduzida. Esses transportes são equipados com plataformas elevatórias, boxe para acomodação de cadeiras de rodas com seu ocupante ou cão-guia, poltronas com cinto de segurança subabdominal e outros. O objetivo do governo era suprir a falta de transporte acessível, que muitas vezes impedia a frequência dos estudantes com deficiência à escola, portanto os micro-ônibus deveriam transportar os estudantes para as aulas e para o AEE, rural ou urbano.

Com o recebimento dos transportes adaptados, o município fez parceria com a Apae para realizar o transporte dos estudantes com deficiências para a escola regular e para a instituição utilizando as mesmas rotas. Para isso, é feito, até os dias atuais, um roteiro que atenda à demanda das escolas e da Apae. Dessa forma, a Secretaria de Educação cede o transporte e a instituição filantrópica oferece o motorista para realização dos translados.

Os alunos sem grandes comprometimentos, que residem no meio rural, utilizam o transporte escolar comum a todos. Nos dias em que permanecem na escola para realização do atendimento educacional especializado em contraturno, são atendidos com transporte exclusivo após o término do encontro.

#### **7.1.6 Formação continuada**

Buscando a qualidade do ensino ofertados aos público-alvo da educação especial, a Secretaria Municipal de Educação de Conceição do Castelo/ES tem realizado reuniões, planejamentos e formações envolvendo os profissionais da Educação,

principalmente aqueles que trabalham diretamente com os estudantes com deficiências.

Com o objetivo de explicitar alguns desses momentos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, vamos explanar, de forma rápida, três formações ofertadas:

#### *7.1.6.1 Jornada Pedagógica Inclusão-Desafios e Possibilidades: Ampliando Horizontes (2011)*

O evento foi organizado em parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e Apae de Conceição do Castelo. Teve por objetivo desenvolver palestras e atividades que possam auxiliar a todos os profissionais das unidades de ensino do município a adotar práticas pedagógicas voltadas à integração e permanência do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no ambiente escolar.

O evento foi mais um passo dado pela Secretaria de Educação/Apae em busca do oferecimento de informações e subsídios necessários para caminhar rumo a uma verdadeira inclusão nas salas comuns das escolas regulares.

A Jornada Pedagógica iniciou-se com a palestra da Dr<sup>a</sup> Telma Freitas Pimenta, neurologista pediátrica, que falou sobre as diferentes deficiências e TGDs, dando ênfase ao autismo, à síndrome de Asperger e à deficiência intelectual.

Em seguida, a psicóloga clínica Eliane Stedile ministrou uma Palestra Motivacional, esclarecendo a importância da motivação para qualquer profissional, mostrando que entender as razões para desenvolver suas funções é o primeiro passo para se sentir motivado a realizar o trabalho diário.

Após o almoço, a psicóloga Eliane Stedile realizou uma palestra com os auxiliares de serviços gerais, as auxiliares de secretaria e estagiários com o tema: “Saber cuidar: um passo para a inclusão”. Enquanto isso, os professores e auxiliares de sala participaram de estudos de casos reais com a monitoria da coordenadora de formação e acompanhamento à educação especial e a professora especializada (AEE) Mariana Aguiar C. Lima, da Secretaria Municipal de Educação de Vitória/ES.

O evento foi realizado em 23 de maio de 2011 durante todo o dia e contou com a participação de aproximadamente 260 funcionários das unidades de ensino municipal e estadual de Conceição do Castelo.

#### *7.1.6.2 Educação especial: formação continuada para educadores, pedagogos e diretores (2013)*

A formação teve como objetivo geral proporcionar aos profissionais envolvidos no processo ensino-aprendizagem conhecimentos teóricos e práticos acerca do processo de inclusão de alunos público-alvo da educação especial na rede regular de ensino, facilitando a promoção da real aprendizagem. Como objetivos específicos, apresentou: a) promover encontros para debate entre os profissionais da Educação, facilitando a compreensão do processo de inclusão da Rede Municipal de Ensino; b) aguçar, nos educadores, diretores e pedagogos, a curiosidade sobre o trabalho proposto por meio de legislações e autores diversos, para a concretização do processo de inclusão de alunos público-alvo da educação especial; c) oferecer a oportunidade de ouvir e discutir assuntos relacionados com a prática pedagógica nas turmas onde estão inseridos alunos com NEEs; d) proporcionar a oportunidade de realização de atividades que possibilitem a pesquisa e a atualização dos profissionais acerca da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

A Formação Continuada em Educação Especial se desenvolveu de forma semipresencial. Os cursistas tiveram encontros presenciais mensais com carga horária de oito horas e atividades extras dez horas por semana, totalizando 240 horas.

Os encontros presenciais foram desenvolvidos visando ao conhecimento teórico acerca da deficiência física, auditiva, visual, intelectual, múltipla e TGD, a partir de palestras com profissionais qualificados na área de Educação e Saúde. As atividades extras foram deixadas pelos palestrantes de forma a proporcionar acréscimo nos conhecimentos adquiridos e exigir pesquisas e leituras de outros materiais.

A formação continuada teve início em junho de 2013 e foi concluída em outubro do mesmo ano, conforme mostra o quadro a seguir:

Quadro 2 — Palestras referentes aos encontros presenciais – formação continuada (continua)

DIA	TEMA	PALESTRANTE
15-06-2013	<p><b>Palestra: A educação e os desafios diante da diversidade/diferença</b>  <b>Ementa:</b> Aspectos históricos, filosóficos e epistemológicos da escolarização da pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação</p>	Profª Dranda. Giovanne Silva Berger Tonoli
	<p><b>Palestra: Política de Educação Especial – cenário nacional</b>  <b>Ementa:</b> Escolarização de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação</p>	Profª Dranda. Girlene Gobete
20-07-2013	<p><b>Palestra: Currículo escolar na perspectiva da educação inclusiva.</b>  <b>Ementa:</b> Currículo e diversidade – planejamentos e flexibilizações</p>	Prof. Dr. Alexandro Braga Vieira
	<p><b>Planejamentos e flexibilizações: relatos de experiências</b></p>	Professores da Rede Municipal de Ensino
24-08-2013	<p><b>Palestra: As implicações do Atendimento Educacional Especializado para os sistemas de ensino</b>  <b>Ementa:</b> O Atendimento Educacional Especializado e o diálogo com o ensino comum</p>	Profª Drª Denise Meyrelles de Jesus
	<p><b>Palestra: Avaliação dos processos de ensino e aprendizagem escolar</b>  <b>Ementa:</b> Os processos de avaliação em interface com a escolarização de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação</p>	Prof. Dr. Alexandro Braga Vieira

Quadro 2 — Palestras referentes aos encontros presenciais – formação continuada (conclusão)

DIA	TEMA	PALESTRANTE
21-09-2013	<p><b>Palestra:</b> Conhecendo as deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação  <b>Ementa:</b> Abordagem informativa</p>	<p>Equipe da Saúde da Apae de Conc. do Castelo:  fonoaudióloga Cinthya F. Mauro  psicóloga Juzana M. P. Viganor  fisioterapeuta Wélliton Possebon</p>
	<p><b>Palestra: Altas habilidades/superdotação</b>  <b>Ementa:</b> Escolarização do sujeito com deficiência intelectual, TGD, surdez, cegueira, deficiência múltipla e altas habilidades/superdotação: implicações para a gestão pública de educação especial</p>	<p>Profª Drª. Carly Cruz</p>
19-10-2013	<p><b>Palestra: deficiência múltipla e tecnologia assistiva</b>  <b>Ementa:</b> Abordagem sobre a deficiência múltipla e a importância da tecnologia assistiva para o processo ensino aprendizagem.</p>	<p>Fga. Cinthya F. Mauro e professores especializados da Rede Municipal (Clemildes, Raquel e Cláudio)</p>
	<p><b>Palestra: Relação família e escola</b></p>	<p>Psicóloga Juzana M. P. Viganor</p>

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (2013).

#### 7.1.6.3 Formação em serviço: educação especial (2015)

A formação foi direcionada aos professores e pedagogos da Rede Municipal de Educação que trabalham com alunos público-alvo da educação especial, matriculados na Rede Regular de Ensino. Teve por objetivo geral reconhecer o potencial dos alunos público-alvo da educação especial, oferecendo-lhes a oportunidade de acesso aos conteúdos desenvolvidos com os demais alunos da sala de aula por meio das flexibilizações e adaptações necessárias para a real participação e aquisição de conhecimentos. Os objetivos específicos foram: a) compreender o que dizem as atuais

legislações acerca da educação especial na perspectiva da educação inclusiva; b) diferenciar as funções professor x estagiário x professor especializado (AEE); c) conhecer as deficiências dos alunos que se encontram matriculados na Rede Municipal de Educação; d) analisar as potencialidades e limitações dos alunos sob sua (professor/pedagogo/diretor) responsabilidade no ano de 2015, em relação ao avanço do nível acadêmico (diagnóstico); e) promover flexibilizações e adaptações nas sequências didáticas de forma a oportunizar a participação dos EPAEEs nas atividades propostas; f) avaliar as flexibilizações e adaptações propostas a fim de verificar a necessidade de mudanças; g) aprender a se autoavaliar diante do processo de ensino-aprendizagem e da necessidade de construir escolas inclusivas, que possam ir além da ideia de socialização, oferecendo ensino de qualidade para TODOS.

A formação teve formato semipresencial, com carga horária de 33 horas presenciais e 27 horas não presenciais, totalizando 60 horas. Os encontros presenciais aconteceram duas vezes mensais em abril e maio e uma vez mensal a partir do mês de maio, com duração até dezembro do ano de 2015. Os professores participaram em turno inverso ao de trabalho, não sendo obrigatória a participação.

Os encontros tiveram como foco principal a análise dos planejamentos elaborados para a turma em que trabalham, repensando as estratégias e propondo a forma de execução que melhor atenderia às especificidades dos EPAEEs matriculados na turma. Desse modo, a formação priorizou o planejamento das aulas e a prática em sala de sala, possibilitando a elevação do nível acadêmico dos alunos com deficiência e TGD.

#### *7.1.6.4 Educação infantil/educação especial: formação continuada para educadores da educação infantil e especial, pedagogos, diretores e auxiliares de sala/estagiários (2019)*

O objetivo principal da formação foi proporcionar aos profissionais envolvidos no processo ensino-aprendizagem conhecimentos teóricos e práticos acerca dos objetivos da educação infantil e do processo de inclusão de alunos público-alvo da educação especial na Rede Regular de Ensino, facilitando a promoção da real aprendizagem dos estudantes.

Os objetivos específicos foram: a) promover encontros para debate entre os profissionais da Educação, reforçando a compreensão do processo de escolarização na faixa etária da educação infantil, com ênfase, ainda, na inclusão dos alunos com deficiência/TGD nas escolas da Rede Municipal de Ensino; b) aguçar, nos educadores, diretores, pedagogos e auxiliares de sala, a curiosidade sobre o trabalho proposto por meio de legislações e autores diversos, para concretização do ensino de qualidade; c) oferecer aos educadores a oportunidade de ouvir e discutir assuntos relacionados com a prática pedagógica nas turmas onde estão inseridos alunos com deficiência; d) proporcionar a oportunidade de realização de atividades que possibilitem a pesquisa e a atualização dos profissionais acerca da educação infantil e da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

A Formação Continuada em Educação Infantil e Especial se desenvolveu de forma semipresencial. Os cursistas tiveram encontros presenciais com carga horária de três horas e atividades extras com sete horas, em dez encontros que totalizaram cem horas.

Os encontros presenciais foram desenvolvidos visando ao conhecimento teórico acerca da educação infantil e da educação especial a partir de palestras com profissionais qualificados na área de Educação e Saúde. As atividades extras foram determinadas pelos palestrantes.

A formação continuada foi ofertada no período de abril a dezembro de 2019, tendo a seguinte organização:

Quadro 3 — Organização de palestras – formação continuada (continua)

DIA	TEMA
<b>1º Encontro:</b> 10-04-2019	<b>Palestra: A educação infantil e a educação especial ao longo dos últimos anos</b> <b>Ementa:</b> Aspectos históricos, filosóficos e epistemológicos da educação infantil e da escolarização da pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação
<b>2º Encontro:</b> 15-05-2019	<b>Palestra: BNCC na perspectiva da educação infantil e inclusiva</b> <b>Ementa:</b> Currículo e diversidade
<b>3º Encontro:</b> 05-06-2019	<b>Palestra: Sequência didática e flexibilizações</b> <b>Ementa:</b> Abordagem sobre planejamentos

Quadro 3 — Organização de palestras – Formação Continuada (conclusão)

<b>DIA</b>	<b>TEMA</b>
<b>4º Encontro:</b> 17-06-2019	<b>Palestra: Avaliação dos processos de ensino e aprendizagem escolar</b> <b>Ementa:</b> Os processos de avaliação em interface com a educação infantil e com a escolarização de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação
<b>5º Encontro:</b> 03-07-2019	<b>Palestra: A infância e a linguagem</b> <b>Ementa:</b> Abordagem sobre a importância dos estímulos para o desenvolvimento normal da linguagem oral e o impacto das situações emocionais negativas
<b>6º Encontro:</b> 07-08-2019	<b>Palestra: Linguagem oral e linguagem escrita</b> <b>Ementa:</b> Abordagem sobre a relação entre linguagem oral e linguagem escrita (consequências)
<b>7º Encontro:</b> 11-09-2019	<b>Palestra: Sinais de alerta no desenvolvimento infantil</b> <b>Ementa:</b> Aspectos que devem ser observados na criança e a importância dos encaminhamentos precoces/pontos importantes a serem destacados no relatório pedagógico enviado ao profissional da Saúde
<b>8º Encontro:</b> 02-10-2019	<b>Palestra: O desenvolvimento neuropsicomotor e a ludicidade</b> <b>Ementa:</b> Importância do lúdico e das brincadeiras para o desenvolvimento infantil e para o processo de alfabetização (habilidades necessárias para ser alfabetizado)
<b>9º Encontro:</b> 04-11-2019	<b>Palestra: O espaço escolar e o bem-estar das crianças</b> <b>Ementa:</b> Abordagem sobre a importância de o espaço da escola ser um ambiente prazeroso e inclusivo
<b>10º Encontro:</b> 20-11-2019	<b>Apresentação final dos trabalhos</b>  <b>Encerramento</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (2019).

As formações apresentadas foram organizadas em uma proposta de consonância entre palestras e atividades extras envolvendo os temas abordados durante os encontros presenciais e situações reais da sala de aula comum. Dessa forma, os profissionais participantes usavam os conhecimentos adquiridos para planejar ações a serem desenvolvidas com os alunos durante as aulas, tendo sempre como meta a promoção de aulas inclusivas.

## 8 A COLETA DE DADOS E A INTERFERÊNCIA PANDÊMICA

O presente estudo possui, como parte primordial para o atendimento à indagação que o alimenta e dá sentido à pesquisa, a escuta de pessoas que estão fazendo acontecer e, também, aquelas que estão sendo diretamente transformadas, positivamente ou não, pelas políticas públicas de educação especial que atravessam suas vidas.

Nosso ponto de partida trouxe a indagação: quais são as implicações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar nas Políticas de Educação Especial implementadas pela Rede Municipal de Educação de Conceição do Castelo/ES no período de 2008-2021? Para além de compreendermos como a Política Nacional tem implicado as políticas municipais, é de suma importância identificar as consequências dessas ações na vida dos estudantes público-alvo da educação especial. Dessa forma, nosso estudo se tornou uma fonte considerável de dados que, além de trazer um panorama da educação especial em Conceição do Castelo/ES, pôde proporcionar novos debates para o fortalecimento de um processo explicitamente vultoso para os estudantes público-alvo da educação especial.

Para fazermos a escuta dos atores envolvidos nesse processo de inclusão dos estudantes público-alvo da educação especial nas classes comuns das escolas regulares do município, nossa opção foi trabalhar com as entrevistas semiestruturadas. Segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 134),

Em investigação qualitativa, as entrevistas podem ser utilizadas de duas formas. Podem constituir a estratégia dominante para a recolha de dados ou podem ser utilizadas em conjunto com a observação participante, análise de documentos e outras técnicas. Em todas estas situações, a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo.

Portanto nos beneficiamos dessa estratégia como principal forma de compreender os encadeamentos das políticas públicas de educação especial na vida dos estudantes com deficiências das escolas municipais de Conceição do Castelo/ES. A análise de documentos que regulamentam a educação especial também foi parte integrante da pesquisa, entretanto o município resguarda suas ações mais em legislações nacionais e estaduais do que em documentos oficiais próprios.

Os critérios de inclusão dos atores da pesquisa se estabeleceram a partir da relação deles com o processo de inclusão dos estudantes com deficiências nas classes comuns das escolas regulares. Dessa forma, foram convidados os profissionais da educação que atuaram ou ainda atuam na rede municipal a partir de 2008 na Secretaria Municipal de Educação, nas escolas municipais com matrículas de estudantes público-alvo da educação especial ou nas classes comuns com matrículas de alunos público-alvo da educação especial. Como participantes fundamentais, foram convidadas seis famílias de alunos com deficiências e quatro estudantes com deficiência para participar das entrevistas.

A fase de entrevistas deste estudo seria realizada pessoalmente nos locais de trabalho de cada profissional e nas escolas onde os estudantes se encontram matriculados, porém fomos surpreendidos com a pandemia do SARS COV-2, e a Covid-19 nos fez reinventar muitas ações e planos. As escolas passaram a ofertar a educação de forma remota. Alguns alunos tiveram dificuldades para participar devido à falta de internet e/ou de aparelhos tecnológicos para isso.

Porém, mesmo com todas as dificuldades encontradas por professores e estudantes, apenas dois alunos com deficiências da Rede Municipal de Educação de Conceição do Castelo/ES não deram retorno à escola sobre as atividades no início desse processo. Mas, a partir dos trabalhos de busca ativa dos professores, as famílias dos alunos passaram a retirar as atividades na escola e dar os retornos necessários.

Enfim, muitas transformações aconteceram, muitas reinvenções surgiram nesse período de insegurança e desafios. Assim nos desafiamos a pensar nossos estudos sem a presença efetiva dos atores participantes da pesquisa. Conforme Santos (2021, p. 25),

Em cada época histórica, os modos dominantes de viver (trabalho, consumo, lazer, convivência) ou antecipar ou adiar a morte são relativamente rígidos e parecem decorrer de regras escritas na pedra da natureza humana. É verdade que eles vão sendo alterados paulatinamente, mas as mudanças passam quase sempre despercebidas. A irrupção de uma pandemia não se compaginava com tal tipo de mudanças. Exigiu mudanças drásticas. E, de repente, elas tornaram-se possíveis como se sempre o tivessem sido [...].

Para isso nos apoderamos de meios tecnológicos para atingir nossos objetivos e não permitirmos que a pandemia prejudicasse nossos planos. Inicialmente, formulamos as perguntas que seriam direcionadas aos profissionais da educação. Não diferenciamos

os questionamentos de acordo com o cargo/função, pois queríamos compreender como cada um entendia e laborava a questão da inclusão de estudantes público-alvo da educação especial nas classes e escolas comuns do ensino regular. Dessa forma, o secretário municipal de Educação, os chefes do Departamento Educacional, os técnicos educacionais (pedagogos), os professores de sala de aula comum e os professores especializados da educação especial participaram da entrevista respondendo às mesmas perguntas.

Quanto às famílias, nosso interesse foi apreender a visão que tinham em relação ao processo de inclusão de seus(suas) filhos(as) nas classes e escolas comuns e como essas ações modificaram a vida dos estudantes. Para nós, pesquisadores, não basta evidenciar as políticas efetivadas, mas é necessário também registrar suas consequências na vida daqueles que usufruem diretamente das ações implementadas.

Para os estudantes foram elaboradas questões que pudessem evidenciar como veem a escola regular, se percebem mudanças nas suas vidas após a matrícula e o que observam como ponto importante a ser repensado pela escola para melhorar sua aprendizagem.

Após a elaboração das entrevistas, os atores participantes da pesquisa receberam o convite para responder por meio do google forms, exceto os estudantes que, com a melhora dos índices de contágio e de mortes pela Covid-19 e com o retorno das aulas presenciais, participaram da entrevista pessoalmente.

Para os alunos, a entrevista de forma presencial foi importantíssima, uma vez que a realização por meio tecnológico poderia trazer algumas dificuldades, tanto em relação ao manuseio de equipamentos quanto à compreensão das perguntas. Por isso, uma conversa entre eles e o pesquisador, seguindo todos os protocolos de segurança contra a Covid-19, possibilitou coletar informações mais precisas para nosso estudo.

Os atores participantes da pesquisa somam um total de 35 pessoas: 4 secretários municipais de Educação, 2 chefes do Departamento Educacional, 2 técnicos educacionais, 4 professores especializados da educação especial, 13 professores da sala de aula comum, 6 representantes das famílias de alunos com deficiências e 4 estudantes com deficiências.

## **9 OS IMPACTOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO**

Analisando as políticas de educação especial implementadas pelo município de Conceição do Castelo/ES, percebemos que a PNEE/2008 teve grande influência nas ações realizadas. Até sua publicação, a educação especial se desenvolvia na Apae, tendo poucas matrículas de estudantes com deficiência nas classes comuns do ensino regular. Não existia na Secretaria de Educação apoio às escolas vinculado a essa modalidade.

Com a publicação da Política Nacional de Educação Especial, movimentos começaram a acontecer em prol da inclusão de alunos com deficiências nas escolas regulares. Dessa forma, foi criada a Coordenação de Educação Especial, as salas de recursos multifuncionais determinadas pelo Governo Federal foram instaladas e organizadas, o Atendimento Educacional Especializado foi iniciado, o transporte escolar direcionado aos estudantes público-alvo da educação especial foi implantado, adequações estruturais foram realizadas e formações na área de educação especial foram ofertadas.

A Política Nacional de Educação Especial trouxe, inicialmente, muitas incertezas, principalmente, pelo fato de a comunidade, de forma geral, acreditar na crença histórica de que somente a instituição filantrópica tinha condições de atender a tal público. Aliado a isso, vinha a insegurança dos profissionais da educação quanto a saber trabalhar com os estudantes com deficiências nas salas comuns das escolas regulares. Ramos e Vieira (2018, p. 3) corroboram essa constatação quando se aproximam do conceito de razão indolente do sociólogo Sousa Santos:

Diante desse cenário, a razão indolente cria a ideia de que estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação são ineducáveis e sem condições de serem envolvidos nos currículos escolares, restando vivenciar experiências voltadas à convivência/sociabilidade social. Muitas vezes, o estudante demonstra processos de aprendizagem significativos, mas, por não se enquadrar no padrão reconhecido, a razão indolente produz no professor o sentimento de não saber ensinar esse sujeito e legitimar o que ele produziu em termos de conhecimento, nos momentos de avaliação da aprendizagem.

Este sentimento de não saber ensinar o estudante com deficiência esteve fortemente presente durante alguns anos que sucederam à PNEE/2008, mas ainda perdura em

algumas situações dentro das escolas, porém de uma forma mais discreta e menos discriminatória.

Portanto, mesmo após anos da publicação da Política Nacional de Educação Especial e de ações efetivadas em prol da inclusão dos estudantes com deficiências no ensino regular, ainda “[...] precisamos, constantemente, lançar um olhar sensível para as salas de aula comuns” (RAMOS; VIEIRA, 2018). Afinal, estamos conseguindo assegurar a matrícula, o acesso estrutural e a permanência do público-alvo da educação especial nas escolas regulares da educação básica, mas, mesmo com todas as ações pedagógicas que foram e estão sendo concretizadas, o acesso ao aprendizado de qualidade que possibilite a matrícula no ensino superior ainda é bastante questionável.

Dessa forma, reportamo-nos novamente a Ramos e Vieira (2018, p. 4) para dizer que,

Pautados nas ideias de Sousa Santos (2006, 2007), entendemos que uma escola de qualidade é aquela que aposta na educabilidade do estudante; não abre mão de inseri-lo no círculo do humano; apropria-se dos processos de ensino como uma possibilidade de reversão dos processos desiguais de participação na vida em sociedade; pressupõe a garantia de ensino para todos os alunos, independentemente de suas condições econômicas, familiares, psíquicas ou culturais; nutre um compromisso ético para possibilitar meios ao estudante de visibilizar sua produção cultural, ofertando oportunidades de acesso a outras experiências; faz emergir alternativas para que os elementos que buscam subjugar os alunos à condição de sujeitos com poucas sinalizações de transformação de seus contextos vividos sejam substituídos por um pensamento crítico e resistente às desigualdades tão naturalizadas pela racionalidade moderna; assume a diversidade como uma rica possibilidade de crescimento humano e não como um elemento que dificulta o trabalho de escolarização do estudante.

Na construção dessa escola de qualidade e inclusiva, ações ainda necessitam serem efetivadas, principalmente objetivando a aprendizagem. Nesse sentido, é primordial que as políticas públicas não privilegiem apenas o acesso e a permanência na educação básica, mas também ofereçam condições para que os estudantes público-alvo da educação especial possam ingressar no ensino superior com conhecimentos suficientes para se graduar nos cursos que escolherem.

A Política Nacional de Educação Especial de 2008 propiciou aos municípios os passos iniciais dessa nova história, porém a maioria deles permaneceu nesses primeiros passos, e muitos não conseguiram atingir nem mesmo os objetivos traçados por ela.

Entretanto, é preciso que outros passos sejam dados, que novas políticas sejam implementadas pelos municípios para que esse processo seja progressivo e concreto.

Em Conceição do Castelo/ES, percebemos que a PNEE/2008 foi primordial para a superação de obstáculos e crenças que impediam que a sociedade, de forma geral, compreendesse a importância da inclusão dos alunos com deficiências nas escolas regulares. A Política Nacional foi construindo, aos poucos e à força, uma nova concepção de educação no município e mostrando que as escolas e os profissionais da educação têm condições e preparo para ensinar TODOS os estudantes, independentemente de suas especificidades.

A partir do aceite dos atores participantes da pesquisa, o link para responder à entrevista foi encaminhado aos profissionais da educação e às famílias. Todos os envolvidos são parte integrante do processo de inclusão de estudantes com deficiências nas classes e escolas comuns do ensino regular do município de Conceição do Castelo/ES.

Diante disso, buscamos entender o que os profissionais da educação conhecem e pensam sobre as políticas de educação especial que trazemos a seguir.

### 9.1 O OLHAR DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Para compreendermos a visão dos profissionais da educação sobre o processo de inclusão escolar, elaboramos perguntas diretamente relacionadas com o que entendiam sobre o assunto quando atuaram na rede municipal, os conhecimentos que traziam sobre educação especial e as políticas implementadas pelo município. Inicialmente, foram indagados sobre a função e o cargo que exerceram ou exercem no município e o ano em que prestaram esse serviço. Em seguida, responderam às seguintes perguntas: quando ocupou um dos cargos citados no período 2008/2021, qual a visão que você tinha sobre a educação especial e o processo de inclusão de alunos com deficiência nas classes comuns da educação básica? Nesse período, você conheceu a Política Nacional de Educação Especial/2008 e a vivenciou no município de Conceição do Castelo/ES? Quais Políticas Públicas de Educação Especial foram implementadas na Rede Municipal de Ensino de Conceição do Castelo/ES, considerando o período de 2008/2021? Quais as maiores dificuldades que você encontrou para desenvolver seu trabalho dentro de uma perspectiva

inclusiva de Educação (considere sua compreensão acerca de inclusão, a visão dos colegas de trabalho, a posição dos seus superiores na hierarquia educacional, a relação com as famílias, dentre outros); com base nas Políticas Públicas Nacional, Estadual e Municipal acerca da educação especial, você acredita que as políticas implementadas em Conceição do Castelo/ES trouxeram benefícios significativos para os estudantes público-alvo da educação especial? Argumente a respeito.

A primeira pergunta trazida na entrevista se referia à visão que tinham sobre a educação especial e o processo de inclusão de alunos com deficiências nas classes comuns da educação básica. Percebemos, então, que as respostas se dividem entre uma compreensão mais voltada para a socialização dos alunos e uma visão mais atual sobre o processo de inclusão escolar. Provavelmente, essas respostas refletem o período em que as pessoas iniciaram o contato com esse processo nas escolas regulares, uma vez que, após 2008, um longo caminho de conscientização e aceitação teve que ser trilhado para chegarmos ao grau de compreensão que temos hoje, apesar de muitos profissionais ainda insistirem em não perceber os progressos da inclusão escolar na vida dos estudantes e da sociedade, de forma geral.

Na resposta de um dos profissionais, conseguimos ver que, ao começar a atuar com alunos público-alvo da educação especial, ele entendia que “[...] o aluno com deficiência deveria ser matriculado na Apae, mas, dependendo da sua necessidade, poderia precisar frequentar também a escola regular para ter socialização” (PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO 16, 2022, p.2). Ou seja, a escola comum o ajudaria a se socializar com outras pessoas, mas não se preocupava com a aprendizagem dos estudantes com deficiência.

Um(a) profissional menciona que atuava na Apae e por isso, inicialmente, acreditava que os estudantes com deficiências deveriam permanecer na instituição:

Confesso que, no início, como atuava dentro da Apae, acreditava que lá seria o melhor espaço para o aluno com deficiência. Porém, depois que tive a oportunidade de ir trabalhar no AEE da escola comum essa minha opinião mudou por completo, pois percebi, o quanto é importante para o desenvolvimento desse aluno a sua integração na sala regular. O quanto o aluno tem a oportunidade de mostrar suas habilidades (PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO 22, 2022, p. 2).

Percebemos, na resposta desse(a) profissional, como a crença de que somente a Apae tinha conhecimentos e condições para trabalhar com os alunos com deficiências era arraigada na sociedade, até mesmo entre os próprios profissionais da educação.

São as epistemologias do Sul que, ao longo dos últimos séculos sobreviveram ao epistemicídio, à desvalorização de saberes e ao silenciamento produzido pelas epistemologias do Norte, e que hoje continuam a valorizar e validar os conhecimentos nascidos na luta contra o sofrimento injusto causado pelo capitalismo, colonialismo e patriarcado [...] (SANTOS, 2021, p. 265).

Conforme Santos (2021) lembra, os conhecimentos das pessoas tidas como inferiores são desvalorizados à medida que elas são deixadas às margens da sociedade. Portanto, aproximando-nos de seus conceitos, podemos dizer que as pessoas com deficiências eram tidas até recentemente como aquelas sem condições de aprender, assim não se justificava estarem matriculadas no mesmo ambiente daquelas consideradas “normais”. Dessa forma, essas ideologias eram inculcadas na sociedade e somente a partir de muitas lutas contra o capacitismo e o pensamento capitalista foram alcançadas algumas conquistas, entre elas, o PNEE/2008, que está possibilitando reconhecer o potencial que a inclusão escolar pode oferecer à sociedade.

Os profissionais da educação também tiveram que buscar conhecimentos e mostrar a si mesmos e à sociedade que são capazes de ensinar a todos os alunos, independentemente de suas especificidades. Isso fica claro na fala do(a) profissional da educação quando diz que sua opinião mudou quando foi trabalhar na escola regular e percebeu o quanto o aluno pode mostrar suas habilidades quando está integrado à sala comum do ensino regular.

Essa busca por conhecimentos necessários para aprender a fazer acontecer uma inclusão verdadeira é citada por outro(a) profissional da educação, quando alega que “[...] os alunos especiais nos enchiam de amor puro ao passo que nos levava a estudar, aprender e buscar sempre mais para melhor atendê-los em suas especialidades e necessidades” (PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO 8, 2022, p. 2).

Portanto, desde a publicação da PNEE/2008, quando as políticas públicas em prol da inclusão de estudantes público-alvo da educação especial começaram a movimentar o meio educacional, os profissionais da educação foram se apropriando de novos

conceitos e conhecimentos e transformando o espaço, até então frequentado por estudantes condizentes com os padrões do Norte (eurocêntricos), em locais onde a diversidade se faz cada vez mais presente (SANTOS, 2007).

Porém a pesquisa nos mostra que esse processo não foi fácil, conforme explicita outro profissional da educação ao declarar que

[...] assumir uma sala de aula com a presença de alunos especiais nesse período era um tanto desafiador, pois não tinha preparação nenhuma. Minha graduação não me proporcionou nada nesse sentido. Me sentia insegura e despreparada (PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO 18, 2022, p. 2).

De fato, as graduações demoraram para ofertar disciplinas que contribuíssem com o processo de formação de professores, quando se fala em educação especial. Entretanto, mesmo após a inserção de disciplinas sobre diversidade e inclusão nas formações iniciais para professores, não há como questionarmos a importância de políticas públicas que favoreçam a oferta de formação continuada, uma vez que necessitamos formar profissionais que articulem teoria e prática que reflitam em ações inclusivas na prática pedagógica dentro da sala de aula.

[...] na formação inicial e continuada o desafio é forjar um professor que assuma a articulação teoria e prática como o motor de seu trabalho na escola. Essa articulação traz contribuições para o trato com o conhecimento em sala de aula, a constituição de práticas pedagógicas inclusivas e novos direcionamentos para a avaliação, relacionando essa construção ao percurso de cada aluno (RAMOS; VIEIRA, 2012, p. 58).

Portanto, é a partir das experiências vivenciadas em sala de aula e nessa articulação entre conhecimentos teóricos e práticos, que “[...] os professores poderão traduzir conhecimentos, experiências e práticas já construídas com outras que emergirão a partir da reflexão-ação das questões presentes no cotidiano [...]” (RAMOS; VIEIRA, 2012, p. 58).

Ao serem perguntados se conheciam a PNEE/2008 e se a vivenciaram no município de Conceição do Castelo/ES no período em que trabalharam com estudantes público-alvo da educação especial, 83,3% dos profissionais da educação responderam que sim.

Sobre as políticas de educação especial implementadas no período em que atuaram na Rede Municipal de Educação do município, todos os entrevistados citaram as salas de recursos multifuncionais, o AEE, o transporte escolar, os planejamentos

específicos da educação especial, as adequações estruturais dos prédios e as formações continuadas.

Porém uma resposta nos chamou a atenção: “[...] em 2018, aconteceu um marco importante. Foi quando o AEE desenvolvido na Apae de Conceição do Castelo se encerrou e todos os alunos ingressaram nas salas comuns de ensino” (PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO 19, 2022, p.2). Esse marco a que se refere esse(a) profissional é o fim da parceria com o Governo do Estado para contratação dos serviços de AEE pela Apae. Com isso os alunos que, ao contrário do que disse o profissional, já se encontravam matriculados nas classes comuns do ensino regular e realizavam o AEE na Apae ou na escola e na Apae, passaram a receber esse atendimento somente na escola regular.

Realmente é um marco para o município, uma vez que muitos ainda não conseguiram desvincular o AEE das Apaes devido à grande resistência das instituições filantrópicas e da sociedade de forma geral. Isso acontece devido à história da instituição que se constituiu ao longo dos anos como a única capaz de ensinar as pessoas com deficiências, fazendo com que a aceitação do público-alvo da educação especial nas escolas regulares se tornasse mais difícil. Além disso, os próprios governos municipais e estaduais continuam contemplando tais instituições em suas políticas públicas educacionais, fortalecendo ainda mais o estigma de que estão nelas os profissionais capacitados para trabalhar com os estudantes com deficiência.

Aproximando-nos dos conceitos de Santos (2007), podemos dizer que transformar esse pensamento culturalmente enraizado na sociedade, provando que a escola regular é o lugar mais adequado para promover a escolarização de todos os alunos, independentemente de suas especificidades e necessidades individuais, é utilizar a ecologia de saberes para reconhecer que outras possibilidades existem, outros conhecimentos estão à nossa volta e podem ser desfrutados para beneficiar essa parte menosprezada pela cultura hegemônica.

Assim, num processo de aprendizagem conduzido por uma ecologia de saberes, é crucial a comparação entre o conhecimento que está a ser aprendido e o conhecimento que nesse processo é esquecido e desaprendido. A ignorância só é uma forma desqualificada de ser e de fazer quando o que se aprende vale mais do que o que se esquece (SANTOS, 2007, p. 25).

Portanto, as instituições filantrópicas devem ser parceiras do processo de inclusão, pois os conhecimentos por elas adquiridos ao longo dos anos não devem ser desqualificados, mas somados às novas formas de pensar e de concretizar o processo educacional. A inclusão escolar dos estudantes com deficiências nas classes comuns das escolas regulares não deve, ou pelos menos não deveria, se tornar uma competição com as Apaes, entretanto, infelizmente, isso vem acontecendo em diversos municípios brasileiros. “A utopia do interconhecimento é aprender outros conhecimentos sem esquecer os próprios” (SANTOS, 2007, p. 25), portanto a luta por uma educação para todos, respeitando a igualdade de direitos, em muitos aspectos, ainda configura esse sonho.

Dentre as maiores dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação para desenvolver seus trabalhos dentro de uma perspectiva inclusiva, soou-nos como um alerta o argumento de um(a) dos(das) participantes:

[...] As maiores dificuldades se deram, justamente, no meio técnico da Secretaria Municipal de Educação, visto que parte da equipe não compreendia (ou aparentava não compreender), a relevância do tema, rotulando, por deveras, o público-alvo dessa política educacional. Outro desafio ocorreu com a gestão da Apae do município que, em detrimento de outras parcerias relevantes firmadas com o município, tentou, em diferentes momentos [...], a ‘transferência’ dos alunos com um foco, a meu ver, voltado muito mais para o aspecto financeiro do que para a qualidade do ensino e a efetiva inclusão, nos moldes da legislação específica (PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO 1, 2022, p. 3).

O primeiro desafio citado nos remete à Alves (2014), um dos trabalhos que escolhemos para analisar e nos apoiar nesta pesquisa. A autora traz, em seu estudo realizado pela Universidade Estadual de Campinas, a problemática da falta de articulação existente entre os diferentes setores da Secretaria Municipal de Educação e o Núcleo de Políticas Públicas para Inclusão. Uma situação que dificulta a concretização de ações que atendam às demandas que surgem com a Política Nacional de Educação Especial.

O segundo desafio citado se refere às dificuldades vivenciadas por muitos municípios brasileiros, mas que Conceição do Castelo/ES, apesar de muitas resistências, principalmente pela questão financeira, conforme citado pelo profissional acima, conseguiu superar e trazer o AEE para a escola regular. Assim os estudantes passaram a realizar somente os atendimentos terapêuticos na Apae.

Esses desafios mencionados nos remete a Santos (2002), uma vez que ignoramos as necessidades atuais e “[...] reduzimos o tempo presente a um instante fugaz entre o que já não é o que ainda não é [...]” (SANTOS, 2002, p. 9). Com isso, menosprezamos aquilo que é contemporâneo.

Portanto, Santos (2002, p. 9) frisa a importância de ampliar o presente para valorizar a riqueza existente nele:

A dilatação do presente [...] assenta em dois procedimentos que questionam a razão metonímica nos seus fundamentos. O primeiro consiste na proliferação das totalidades. Não se trata de ampliar a totalidade proposta pela razão metonímica, mas de fazê-las coexistir com outras totalidades. O segundo consiste em mostrar que qualquer totalidade é feita de heterogeneidade e que as partes que a compõem têm uma vida própria fora dela. Ou seja, a sua pertença a uma dada totalidade é sempre precária, quer porque as partes, além do estatuto de partes, têm sempre, pelo menos em latência, o estatuto de totalidade, quer porque as partes emigram de uma totalidade para outra.

Sendo assim, evidencia-se a necessidade de que a Equipe à frente da Educação do município compreenda que a educação especial não deve ser independente do processo educacional, mas parte importante de uma totalidade. Essa totalidade é formada por uma diversidade que precisa ser valorizada e respeitada no contexto de uma educação que seja, efetivamente, inclusiva. Dessa forma, estaremos nos contrapondo à razão metonímica, que busca valorizar os padrões homogêneos, inferiorizando e reduzindo o presente para manter a cultura eurocêntrica intacta.

A ausência de uma equipe de educação especial também é tida como um desafio para a inclusão escolar no município pesquisado. Hoje a Secretaria de Educação conta com apenas uma pessoa que assume a função de Coordenação da Educação Especial, mas não existe uma equipe para apoiar e auxiliar o trabalho das escolas.

A dificuldade muitas vezes vem pela falta de uma equipe multiprofissional que ajude na atuação com os alunos, pois para trabalhar a singularidade da criança em meio a tantas outras crianças é necessário ter claro as potencialidades e dificuldades da deficiência de forma global do aluno (PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO 2, 2022, p. 3).

A observação da profissional é legítima quanto à necessidade de uma equipe que apoie e trabalhe conjuntamente, porém nos remete também ao que Santos (2007) denomina de razão eurocêntrica ou indolente, que, segundo Ramos e Vieira (2018, p. 3),

É uma racionalidade que se mostra audaciosa, preguiçosa e incapaz de interpretar um mundo repleto de experiências e de produzir novas ideias/alternativas para os desafios que emergem no tecido social, constituindo a sensação de que muitos desafios são insuperáveis/intransponíveis.

A heterogeneidade na sala de aula possibilita a aquisição de novos conhecimentos e enriquece o contexto das experiências. Portanto, essa premissa de que a diversidade é um obstáculo para o aprendizado dos estudantes é uma herança do pensamento eurocêntrico que precisa ser desconstruída para não permitir que os estudantes com deficiências vivenciem o que Santos (2019) chama de exclusão não abissal. Ou seja, os alunos estão incluídos na sala de aula comum das escolas regulares, porém continuam excluídos das atividades e dos conhecimentos ensinados.

É compreensível que, para “quebrar” esse paradigma eurocêntrico, os profissionais necessitem de apoio que os levem a compreender que as diferentes experiências e especificidades fazem parte do cotidiano da sala de aula e que cada um aprende no seu tempo, mas necessita que a equidade exista na prática pedagógica. Assim, o conhecimento será democratizado e absorvido por todos, independentemente, de suas deficiências ou não.

Outros desafios também são destacados, como a resistência de alguns profissionais e famílias, a superproteção de alguns pais, a falta de espaço adequado para receber os alunos com deficiências, o desconhecimento sobre o assunto e a lacuna deixada pelas graduações sobre a educação especial. Porém, dentre as dificuldades encontradas e os desafios a serem enfrentados, “[...] quem muito contribui é a professora especializada que dá suporte em sala e no contraturno” (PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO 13, 2022, p.3).

O apoio da professora especializada (profissional de educação especial responsável pelo AEE) é fundamental para que os professores possam planejar suas aulas considerando as necessidades e as potencialidades dos estudantes com deficiências. Durante os planejamentos semanais, as estratégias/metodologias são discutidas e pensadas para que os alunos público-alvo da educação especial possam participar das aulas de forma igualitária. Caso os alunos necessitem utilizar algum recurso, a professora de AEE ensina como utilizá-lo com antecedência, durante o atendimento no contraturno. Desse modo, é promovida a equidade para que aconteçam formas

diferentes para se alcançar o conhecimento, pois o conteúdo trabalhado é o mesmo para todos.

Desse modo, a professora especializada se faz muito importante no processo de inclusão, pois é uma parceira dos professores de sala de aula comum. Juntos, promovem possibilidades que reduzem barreiras e possibilitam a redução da exclusão no ambiente escolar.

Ao perguntarmos se os(as) profissionais da educação acreditam que as políticas implementadas em Conceição do Castelo/ES, a partir da PNEE/2008, trouxeram benefícios significativos para os estudantes público-alvo da educação especial, todos os participantes foram unânimes ao responderem que sim. Complementaram dizendo que os avanços na aprendizagem e na interação social, dentro e fora da escola, foram relevantes para os estudantes público-alvo da educação especial: “[...] os alunos tiveram a oportunidade de conhecer outro ambiente de ensino aprendizagem. Ter contato com outros alunos. Conhecer novas pessoas, se socializar com a sociedade em geral” (PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO 18, 2022, p. 3).

Nessa relação com outros espaços e outros indivíduos, os estudantes com deficiência, assim como todas as outras pessoas vão desenvolvendo habilidades e condutas culturais, que propiciam a transformação de si mesmas e da própria realidade. Pantaleão (2010, p. 6) diz que a escola

[...] Deve ser assumida como princípio de espaço público, que só existe se seus atores incorporarem, no dia a dia, os princípios que a inspiram. A constituição dos processos de gestão que se estabelece nesse lugar está vinculada e imbricada na relação com o ‘Outro’, pois nessa relação acontecem diferentes processos de apropriação do legado do grupo cultural (sistemas de representação, formas de agir, de pensar, de controlar as emoções, de construir relações éticas, etc.) [...].

Aproximando-nos dos pensamentos de Santos (2007), podemos dizer que, ao possibilitarmos aos estudantes com deficiências a oportunidade de estar nessa relação com o outro, tendo uma vida social mais ativa, e adquirir conhecimentos acadêmicos, estamos fazendo emergir ecologias que se contrapõem às monoculturas historicamente construídas pela hegemonia cultural.

Segundo Santos (2002, p. 17),

[...] Comum a todas [...] (as) ecologias é a ideia de que a realidade não pode ser reduzida ao que existe. Trata-se de uma versão ampla de realismo, que inclui as realidades ausentes por via do silenciamento, da supressão e da marginalização, isto é, as realidades que são ativamente produzidas como não existentes.

Portanto, ao garantir a inclusão dos estudantes com deficiências nas classes comuns do ensino regular, estamos possibilitando a visibilidade dessa clientela, retirando-a do posto de não existente na qual, durante anos, permaneceu como consequência de uma cultura excludente construída ao longo de nossa história.

Um(a) profissional da educação explicita com objetividade como se deu esse processo no município:

[...] garantir o cumprimento das leis estabelecendo algumas metas sempre foi o objetivo da educação especial no município. O direito foi sendo exposto e, aos poucos, está sendo garantido. A educação inclusiva é um direito inalienável de cada ser humano, e isso as famílias e todos os envolvidos agora sabem. Isso significa que não podem ser recusados nem pela família nem pela escola. Aliás, se esse direito não for cumprido, sabem que precisam procurar a Secretaria de Educação. Não havendo encaminhamento, acionar aos demais órgãos competentes. Apesar de sabermos que os nossos alunos especiais são pessoas distintas umas das outras, a equipe pedagógica e os professores lutam para que o processo escolar os torne sempre melhores, seja na aprendizagem, seja na interação com os demais alunos (PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO 14, 2022, p.3).

O profissional traz a afirmativa de que o município de Conceição do Castelo/ES busca cumprir as normas estabelecidas pelas legislações que regem a educação especial e assegura que todos os envolvidos, inclusive as famílias, sabem. Carvalho e Silva (2017, p. 10) falam sobre a necessidade de se conhecer a política de educação especial e de se consolidar prática social eficaz para se estabelecer a inclusão em todos os espaços da sociedade:

Desta forma, observa-se a necessidade de conhecimento sobre a política de educação inclusiva, os seus determinantes e suas práticas, para que assim constitua-se um processo de inclusão eficaz e que englobe todos. Em contrapartida nota-se a necessidade de consolidar uma prática social que encoraje escola, família e alunos a reverem comportamentos e crenças, permitindo uma facilitação entre a articulação de programas e políticas (SILVEIRA; ENUMO; ROSA, 2012), estabelecendo, assim, uma inclusão não apenas educacional, mas também social, garantindo as necessidades dos alunos.

Portanto, a partir do conhecimento se torna mais fácil assegurar a garantia dos direitos das pessoas com deficiências, sendo possível a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Outro(a) profissional faz uma menção que complementa a citada, expondo as preocupações que fizeram parte do início do processo de inclusão dos estudantes público-alvo da educação especial nas salas e escolas comuns do ensino regular:

[...] com o tempo os alunos passaram devagarzinho a ocupar o seu espaço e aprenderam (famílias, professores e demais funcionários) a respeitá-los. Houve a preocupação dentro da sala de aula e do espaço escolar em inseri-los realmente, preparando atividades, discutindo como deveriam ser ministradas (as aulas) perante cada caso/limitação do aluno. Quanto à resistência, não foi por parte dos colegas de sala de aula, porque com eles nunca houve resistência, tampouco preconceito ou discriminação, mas por famílias que não queriam aceitar, por profissionais envolvidos, aliás, os colegas protegiam e cuidavam, havendo, inclusive, disputa nesse cuidar (PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO 3, 2022, p.3).

Podemos nos reportar à ecologia do reconhecimento de Santos (2007) para dizer que, ao promover a inclusão dos estudantes com deficiências nas classes comuns do ensino regular e ter com eles a preocupação de que sejam inseridos no contexto pedagógico, o município está proporcionando a esse estudante a possibilidade de sair de uma monocultura que naturaliza as diferenças para adentrar em um espaço que não o inferioriza.

Ao propor uma educação que atenda às especificidades de cada estudante, eliminaremos obstáculos e, dessa forma, “[...] as diferenças que permanecerem [...] são as que valem” (SANTOS, 2007, p 35).

É perceptível, nas respostas dos profissionais da educação do município de Conceição do Castelo/ES, como o processo de inclusão escolar foi acontecendo a partir de 2008. Ficam evidentes as dificuldades iniciais desse processo e as transformações e avanços na educação dos estudantes com deficiências. Avanços esses que estão possibilitando aos alunos público-alvo da educação especial atravessar a linha abissal, saindo da impossibilidade de estarem nas classes e escolas comuns para uma realidade onde se inserem.

Porém, existe a preocupação, por parte de alguns profissionais, de não permitir que as conquistas alcançadas até o momento sejam perdidas. As políticas públicas necessitam caminhar para novas ações que deem continuidade ao que foi construído até agora, ações estas que continuem permitindo que os estudantes público-alvo da educação especial atravessem a linha abissal e que não sofram pela exclusão não abissal. Afinal, se esse estudante deixa de sofrer uma exclusão abissal por estar

matriculado e frequentando a escola regular, mas permanece sem conseguir receber educação de qualidade, passa a sofrer uma exclusão não abissal, situação muitas vezes não percebida, conforme explicita Santos (2019, p. 46):

A dominação moderna é um modo global da articulação das exclusões abissais e não-abissais, uma articulação que é, por um lado, desigual, uma vez que varia de acordo com as sociedades e os contextos, e, por outro, ao nível global, combinada. Na sequência do colonialismo histórico, o caráter impreciso da linha abissal e a consequente dificuldade de reconhecer os dois tipos de exclusão deve-se ao fato da ideologia da metropolitanidade, bem como toda a aparelhagem jurídica e política que a acompanha pairar sobre o mundo da sociabilidade colonial como o fantasma de um paraíso prometido, mas ainda não perdido.

Portanto, trata-se de uma inquietação legítima por parte dos profissionais, pois o município implementou políticas a partir da PNEE/2008 que possibilitaram retirar um grupo de estudantes da segregação educacional e não pode permitir que essas conquistas se percam em meio às crenças já suplantadas. O(a) profissional, ao expor essa preocupação, explicita:

Contudo, esse caminho é contínuo. A singularidade de cada caso e as peculiaridades existentes, sobretudo quando se trata da contratação de profissionais, exigem que a atenção para a educação especial seja constante, ininterrupta. Caso contrário, anos de trabalho e dedicação podem se perder em questão de semanas, cuja recuperação, caso isso ocorra, demandaria excessivo dispêndio de tempo e de recursos financeiros e humanos. Logo, é necessário um olhar atento tanto do gestor quanto de todos os atores envolvidos no processo [...] (PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO 1, 2022, p.3).

No decorrer das respostas dos profissionais da Educação de Conceição do Castelo/ES, percebemos que o processo de inclusão escolar dos alunos com deficiências se inicia de forma tímida, enfrentando muitos obstáculos e resistências, mas foi se constituindo em um trabalho de muita responsabilidade. Porém, destacamos que a continuidade desse trabalho precisa ser efetiva, independente das políticas nacionais e estaduais.

Corroborando esse sentimento de que houve avanços importantes para a inclusão escolar dos estudantes com deficiências no município, mas que ainda necessitamos avançar mais nesse processo, Santos (2007, p. 39) nos propõe o “[...] ainda não [...]”, para pensarmos que entre o nada e o tudo existe aquilo que está emergindo. Portanto, muitas ações estão sendo concretizadas e outras ainda serão. Dessa forma, não desistindo de nosso trabalho, novas políticas poderão surgir e se efetivar, tornando a inclusão verdadeiramente efetiva nas escolas do município.

A constituição de uma equipe de educação especial na Secretaria de Educação é um ponto importante a ser discutido, uma vez que apenas uma pessoa responsável impede a implementação de novas ações e de um apoio mais efetivo dentro das escolas, junto com os profissionais que atuam diretamente com os alunos. Além disso, dificulta a oferta de formação continuada que provoque reflexões acerca dos contextos constituídos no fazer pedagógico dos professores com os estudantes.

## 9.2 O OLHAR DAS FAMÍLIAS

Foram convidadas a participar da pesquisa, por meio de entrevistas, seis famílias de estudantes público-alvo da educação especial matriculados na sala comum do ensino regular nos anos de 2017, 2018 e 2019, com idades de um a quatro anos, portanto, na educação infantil.

Com o objetivo de compreender a visão das famílias em relação ao processo de inclusão escolar dos estudantes com deficiência, foram realizadas 12 perguntas: as três primeiras se referiam ao ano de matrícula do aluno, sua idade e o ano correspondente à etapa em que se matriculou. Queríamos saber: onde o filho estava estudando anteriormente ao processo de inclusão; a reação dos pais ao matricularem seu(sua) filho(a) na escola regular; as mudanças que ocorreram na vida do(a) estudante e da família; as transformações comportamentais na vida do estudante; se a família conhece a PNEE/2008 e quais os direitos garantidos que ela percebe que a escola está ofertando ao filho(a); se a escola inclui o(a) filho(a) nas apresentações, passeios culturais, gincanas, jogos e outros eventos promovidos durante o ano letivo; se o(a) filho(a) gosta de participar das atividades culturais promovidas pela escola; se a família se sente satisfeita com a educação e com os apoios ofertados pela escola regular; e se a família sente ser importante a matrícula do(a) filho(a) na escola regular.

Ao serem perguntados se os(as) filhos(as) frequentaram a sala de alfabetização da instituição filantrópica antes de serem matriculados na escola regular, seis famílias (66,7%) responderam que eles foram matriculados diretamente na escola regular, e apenas duas famílias (33,3%) responderam que os filhos foram alfabetizados na instituição antes de serem matriculados na escola.

Quando questionados se sentiram segurança ao matricular os filhos na escola regular, apenas uma família (16,7%) respondeu negativamente, argumentando que ficou muito

preocupada com a aceitação do(a) filho(a), com a metodologia utilizada pela escola e com a segurança física da criança. As outras cinco famílias (83,3%) afirmaram que se sentiram seguras, pois foram muito bem recebidas pela escola e sabiam da importância desse processo para o desenvolvimento dos(as) filhos(as). Isso fica claro na fala de uma das famílias quando responde: “Sim, porque é muito importante para seu desenvolvimento cognitivo, comportamental e motor” (FAMÍLIA 6, 2022, p.2).

A insegurança demonstrada por algumas famílias é legítima, uma vez que estão levando suas crianças para um ambiente novo e, até o momento, desconhecido. Segundo Lima e Rosa (2020, p.11),

Ao analisar as respostas das famílias, foi possível observar preocupações com o preconceito, com a falta de conhecimento da sociedade sobre as PcD, o despreparo da sociedade para conviver com as diferenças, e a falta de acessibilidade para que seus filhos tenham autonomia. No entanto, mesmo demonstrando essas preocupações, as famílias, representadas pelas mães dos alunos nas respostas, ainda acreditam na perspectiva da educação inclusiva como um caminho acertado.

Assim como na pesquisa realizada pelos autores citados, os pais do município de Conceição do Castelo/ES também demonstraram insegurança, mas se apoiaram na recepção que tiveram na escola e na importância da escolarização dos filhos(as) para confiarem no sucesso desse novo processo.

Em relação às mudanças positivas na vida dos filhos(as) com a inclusão nas classes comuns da escola regular, 100% das famílias responderam que essas mudanças ocorreram e citaram aspectos em que foram perceptíveis: melhor socialização/interação, mais autonomia, prazer em estar junto de todos, mais aprendizado, mais facilidade no processo de alfabetização e melhoria no desenvolvimento geral. Uma das famílias enfatizou outros pontos importantes: “[..] o comportamento muda sim... Ela percebeu que estava em outro ambiente, pessoas novas. Mais alegre, pois havia o ônibus. As crianças já são maiores. Ela passou a se comunicar melhor. Escola maior.... tudo muda” (FAMÍLIA 5, 2022, p.2). A mudança para um espaço maior, com pessoas diferentes e a possibilidade de utilização do transporte trouxe entusiasmo para a criança.

Diante das constatações realizadas pelas famílias de que a inclusão possibilitou mudanças positivas para o desenvolvimento comportamental e cognitivo dos alunos,

reportamo-nos à Sanches (1996, p. 29) para frisar a importância de novas experiências e das relações sociais para chegar ao que se pretende.

[...] perdermos/ganhamos algum tempo a tentar descobriremo-nos, tentando encontrar mesmo ali como é que cada um chega ao 'produto' que pretendia? A explicação bem pormenorizada do caminho percorrido por cada um poderá abrir outros tantos caminhos a tantos outros que ajudaram a aventura da 'descoberta'. Hoje em dia, há que valorizar e aprender o como se chega ao saber mais do que o próprio saber.

A inclusão vem ao encontro de novas possibilidades para aquisição de conhecimentos. Todos os apoios disponibilizados e vivências proporcionadas para superação dos obstáculos fazem parte dessa nova e importante aventura de descobertas.

Quando perguntados sobre a Política Nacional de Educação Especial, duas famílias (33,3%) responderam não conhecer, enquanto as demais disseram que conhecem e que, com ela, os(as) filhos(as) passaram a ter os direitos educacionais garantidos, recebendo auxílio de um acompanhante quando necessário, AEE, adaptação de materiais, e outros apoios “[...] considerando as suas características e necessidades especiais” (FAMÍLIA 3, 2022, p. 3).

Conhecer a PNNE/2008 é importante para inteirar-se dos direitos por ela assegurados e compreender como se concretiza o processo de inclusão no âmbito escolar. O documento traz, como objetivos, a orientação aos sistemas de ensino quanto à garantia do acesso dos estudantes com deficiências e altas habilidades/superdotação com “[...] participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino [...]” (BRASIL, 2008, p. 14). Para isso, traz a educação especial como modalidade de ensino que deve transversalizar todas as outras modalidades e estar presente em todos os níveis da educação. Além disso, assegura o AEE, a formação de professores para o AEE e para a inclusão, a participação das famílias, assim como a acessibilidade arquitetônica, nos transportes, mobiliários, comunicações e informação, além da articulação intersetorial (BRASIL, 2008).

Essas orientações vieram, finalmente, esclarecer o que significa o “[...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência [...]” (BRASIL, 1988, p. 124) trazido pela Constituição de 1988 no art. 208, III.

Chama-nos a atenção a resposta de uma família quando coloca que “[...] toda criança especial tem direito à Escola Regular, se tiver condições de se inserir” (FAMÍLIA 5, 2022, p. 2). Esse pensamento nos mostra que ainda existe desconhecimento de que TODOS os estudantes têm direito à inclusão nas classes e escolas regulares e remete ao que Santos (2007, p. 32) nomeia como monocultura da produtividade, quando “[...] tudo o que não é produtivo [...] é considerado improdutivo ou estéril [...]”, ou seja, somente são valorizadas as pessoas que produzem. Nesse caso, o estudante com deficiência é visto como aquele que não conseguirá se desenvolver, não contribuirá com bons resultados, portanto não precisa/deve estar matriculado na escola regular.

Quando perguntadas sobre a participação dos(as) filhos(as) nas atividades culturais e sociais promovidas pela escola, 100% das famílias responderam que os estudantes com deficiência sempre foram incluídos em tais atividades e que gostam/gostavam de participar.

Quanto à educação e aos apoios ofertados pela escola regular aos(as) filhos(as), as famílias demonstraram satisfação. Isso fica claro em algumas respostas como: “[...] a equipe escolar se mostra sempre disposta a nos ajudar em relação ao processo escolar. Seja ele a fase de adaptação ou alfabetização. Em todos os processos recebemos um bom apoio da escola” (FAMÍLIA 3, 2022, p. 3) e “[...] porque a escola oferece e dá um suporte dentro dos parâmetros que ele precisa” (FAMÍLIA 6, 2022, p. 3).

Reforçamos os dizeres das famílias quanto à satisfação em relação à qualidade do ensino ofertado aos estudantes com deficiência, trazendo a fala de Martins (2010, p. 24):

Uma escola que se diz inclusiva está aberta às diferenças, mas, acima de tudo, utiliza-se da ‘desconstrução’ de uma prática de exclusão e aceita que os alunos sejam ímpares, singulares. Não nos parece ético colocar um aluno com necessidade especiais numa sala de aula regular e deixá-la lá”.

As respostas das famílias demonstram que as escolas do município pesquisado estão desenvolvendo ações para que seus direitos de aprender sejam garantidos e para que seus filhos não sejam deixados na sala regular sem os apoios necessários.

Corroborando essa constatação, Santos (2007) nos fala sobre a produção de ausências por meio da “improdutividade”. Isso nos remete ao histórico de exclusão

dos estudantes com deficiência devido ao pensamento eurocêntrico de que são incapazes de ser produtivos, de aprender. Porém, quando as escolas desenvolvem seus fazeres pedagógicos considerando as especificidades e as pluralidades existentes em suas salas de aulas e, para isso, usam a equidade para possibilitar o acesso de todos aos conhecimentos, estão fazendo acontecer a ecologia da produtividade, estão provando que todos são produtivos.

Mas é necessário atentar para o fato de que poucas famílias conhecem, realmente, as legislações vigentes acerca dos direitos das pessoas com deficiência, seja nas escolas, seja na sociedade em geral. Portanto, a satisfação dos responsáveis pelo que é ofertado para seus(suas) filhos(as) nos espaços escolares não deve, de forma alguma, privá-los de melhorias que o município pode realizar. Afinal, ainda temos um caminho longo para percorrermos até que a inclusão se concretize verdadeiramente no município e nas demais esferas federativas.

### 9.3 O OLHAR DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS

Discutir sobre as políticas públicas de educação especial e não ouvir os principais atores desse processo deixaria nosso trabalho incompleto. Por isso convidamos quatro estudantes com deficiência para participar da entrevista: um matriculado no infantil VI (5 anos), dois matriculados no 1º ano do ensino fundamental (6 anos) e uma matriculada no 4º ano do ensino fundamental (9 anos). Os estudantes serão apresentados somente pela letra inicial de seus nomes para garantir o sigilo de suas identidades.

O estudante E. tem cinco anos e nasceu com paralisia cerebral que atingiu seus membros inferiores, por isso possui dificuldades de locomoção, necessitando de andador e cadeira de rodas. A deficiência comprometeu, ainda, o movimento das mãos de forma leve, por isso mexe com as mãos com uma sutil dificuldade, mas não comprometeu o intelecto, ou seja, não apresenta atraso no aprendizado. Gosta muito de estudar e realizar as atividades propostas pelos professores.

M. tem seis anos e, também, nasceu com paralisia cerebral que comprometeu os membros inferiores e, de forma leve, os movimentos das mãos. Portanto, necessita de apoio para se locomover e realiza os movimentos manuais com um pouco menos de desenvoltura, mas não apresenta dificuldades de aprendizagem. No dia da

entrevista, estava muito animada, dizendo que estava se sentindo importante e que deixaria a mãe muito orgulhosa por participar da pesquisa.

L. tem seis anos e nasceu com paralisia cerebral, que atingiu seus membros inferiores e superiores, e com uma síndrome rara chamada DDX3X. Essa síndrome está relacionada com deficiências intelectuais, convulsões, autismo, baixo tônus muscular, anormalidades do cérebro e desenvolvimento físico mais lento. L. utiliza cadeira de rodas, necessita de auxílio para se alimentar, faz uso de fraldas e se expressa por meio de gestos e expressões faciais. Compreende o que falamos e responde às perguntas, porém, muitas vezes responde somente quando perguntada pela auxiliar de sala/cuidadora, que faz parte de sua vida escolar há seis anos.

Os três alunos estudam na classe comum do ensino regular e estão matriculados no turno vespertino. Recebem apoio pedagógico e para as atividades da vida diária por meio de auxiliares de sala/cuidadoras durante todo o período em que permanecem no ambiente escolar e no transporte. Pelo AEE, recebem apoio pedagógico durante as aulas e no contraturno.

A. nasceu com surdez profunda, mas a família optou por não fazer a cirurgia para implante coclear. A menina foi matriculada na rede regular de ensino na educação infantil com quatro anos. Hoje se encontra cursando o quarto ano do ensino fundamental. É muito inteligente e se comunica na Língua de Sinais. Ela está aprendendo por meio dos serviços ofertados pela escola e se socializa com facilidade. Apresenta dificuldades na alfabetização por ainda estar em processo de aprendizagem na Libras, uma vez que a família não adota a língua para se comunicar com a menina nos espaços extraescolares.

Conforme a legislação vigente, A. recebe os serviços de AEE na área da deficiência auditiva, os serviços de instrutor de Libras e do intérprete de Libras.

Dias antes da entrevista com os estudantes, a pesquisadora contactou as famílias, que autorizaram, por escrito, a execução da conversa com seus filhos. Dessa forma, a solicitação de visitas às escolas foi realizada para que esse momento pudesse acontecer no local onde os alunos estão matriculados.

As entrevistas foram realizadas individualmente, porém E. não se sentiu à vontade para conversar sozinho com a pesquisadora. Então, decidimos nos sentarmos em grupo com os três estudantes da educação infantil para conversar juntos e deixá-los mais descontraídos e tranquilos.

Para que as entrevistas fluíssem melhor, participaram desse momento a professora de educação especial e a auxiliar de sala/cuidadora de aluna L. Assim, foi possível uma comunicação mais efetiva com os estudantes.

Com a aluna A., que cursa o ensino fundamental em outra escola do município, a entrevista aconteceu, individualmente, com a presença da intérprete de Libras em outro dia, que foi previamente marcado junto com a escola e a família.

Durante a entrevista com os alunos matriculados na educação infantil, ao serem perguntados se gostam da escola onde estudam, todos responderam rapidamente que sim. M. e L. acrescentaram que o que mais gostam na escola é o pátio de areia, enquanto E. prefere as atividades com massinha.

Ao serem perguntados sobre o que não gostam na escola, as respostas foram diversificadas. M. respondeu que não gosta de escrever, L. disse, com o apoio da auxiliar de sala/cuidadora, que não gosta dos momentos em que se concentram um maior número de pessoas, pois prefere ficar mais sozinha. Enquanto isso, E. nos surpreendeu dizendo que não gosta dos dias que não tem aula, pois adora estudar.

Perguntados se participavam de todas as atividades propostas pelos professores, E. respondeu que sim; M. disse que não, pois, às vezes, fica com sono, mas que agora está usando o notebook para realizar as atividades, então, está mais animada; e L. não respondeu. Dessa forma, a auxiliar de sala/cuidadora e a professora responderam que ela não realiza todas as atividades propostas.

Ao serem perguntados se sentem dificuldades para realizar as atividades, E. e M. responderam que não. Somente L. disse que sim. Nesse momento, a professora e a auxiliar esclareceram que E. e M. realizam as atividades sem dificuldades, mas, nas atividades de recorte, às vezes, necessitam do apoio da tesoura adaptada. E L. precisa de mais adequações e recursos.

É interessante perceber que os alunos que recebem o apoio necessário para realização e participação nas atividades propostas não percebem suas dificuldades. Ou seja, se a escola consegue promover equidade entre os alunos, todos participam das mesmas atividades e aprendem da mesma forma. Ao contrário do que muitos ainda pensam, as crianças com deficiência não se sentem inferiorizadas, mas parte do mesmo processo.

Esse apoio adequado, de forma a promover equidade ainda está em processo de construção com a estudante L. que, por possuir um comprometimento maior, os profissionais se encontram na fase de descobertas das possibilidades para que a aluna consiga compreender melhor os comandos e se expressar com mais eficiência. O objetivo principal no momento está sendo a promoção da comunicação entre a aluna e os demais. Para isso, estão sendo trabalhados os movimentos para apontar o que deseja, as expressões faciais e a introdução da pasta de comunicação alternativa. Como o desenvolvimento geral da aluna é mais lento, o processo de alfabetização de L. também deverá obedecer a esse tempo, que é próprio dela. Porém, os profissionais se esforçam para que ela participe de todas as atividades juntamente com os colegas.

Ao serem perguntados sobre o que gostam de fazer fora do espaço escolar, E. respondeu que gosta de ir à fazenda, na roça tomar banho de piscina, à casa da vovó, ao shopping e à lanchonete. M. falou que vai ao médico e depois passa na lanchonete e no shopping, também gosta de ir à casa da vovó, à pracinha e à firma do papai. E L. disse (com auxílio de imagens) que gosta de ir à pracinha, à igreja e a festas.

Com essa pergunta, percebemos que os estudantes com deficiências estão ativos na vida social, participando da escola, mas também de encontros familiares, igrejas, passeios, festas... Não estão mais segregados, escondidos, mas estudando e se divertindo como qualquer outra criança.

Constatamos, portanto, que os estudantes com deficiências estão deixando esse lugar de inferioridade e não existência imposto pelas monoculturas, para ocupar os espaços que as ecologias lhes proporcionam (SANTOS, 2007). Com isso, estamos fazendo do presente um momento de transformação e de visibilidade, conforme cita Santos (2007, p. 26):

Em nosso conceito, o presente é um momento, mas é um momento, entre o passado e o futuro, no qual vivemos sempre; nunca vivemos no passado nem no futuro. Então esse conceito de razão metonímica contrai o presente porque deixa de fora muita realidade, muita experiência, e, ao deixá-las de fora, ao torná-las invisíveis, desperdiça a experiência.

Esse presente vivenciado pelos estudantes com deficiência hoje nos mostra o quanto estamos avançando no processo de inclusão escolar e o quanto ainda precisamos ampliar e valorizar essas oportunidades. É necessário focar nesse momento entre passado e futuro para sabermos ampliar, com competência, o futuro (SANTOS, 2007).

Por último, perguntamos aos estudantes o que pensam que a escola deveria melhorar para que tenham uma educação com mais qualidade (a pergunta foi realizada com uma linguagem acessível à idade dos entrevistados). E., M. e L. responderam que gostariam que a escola tivesse um parquinho (a escola passou por ampliação e por isso foi preciso retirar os brinquedos).

A professora de educação especial e a auxiliar de sala/cuidadora lembraram sobre a importância de adquirir brinquedos adaptados para cadeirantes, uma vez que os três estudantes são usuários de cadeiras de rodas e poderiam aproveitar melhor o parquinho. Falaram que para L., principalmente, é importante a instalação de barras de apoio em alguns locais da escola para auxiliar na sua locomoção.

No dia da entrevista com a aluna A., que possui deficiência auditiva, fomos muito bem recebida na escola pela aluna que se mostrou à vontade para conversar. Muito simpática e atenciosa, respondeu a todas as perguntas sem nenhum problema.

Iniciando a conversa, A. respondeu que tem nove anos e cursa o 4<sup>o</sup> ano do ensino fundamental. Quando perguntada se gostava da escola onde estudava, ela respondeu rapidamente que sim e que gostava muito de escrever, brincar no pátio e no parquinho. Questionada sobre o que não gostava, ela disse que não gostava de copiar as atividades do livro.

Quando perguntamos se participava de todas as atividades que os professores proporcionam à turma, A. afirmou que sim. Indagada se apresenta alguma dificuldade para realizar as atividades, ela disse que sim e relatou que, por usar a Libras, possui dificuldades nas aulas de Língua Portuguesa.

Ao ser questionada sobre quais auxílios recebe para superar a dificuldade citada, A. respondeu que a intérprete de Libras a ajuda na superação da dificuldade apresentada.

A resposta da aluna nos mostra que a ausência da língua de sinais no meio familiar, desde pequena, traz consequências para o processo de alfabetização, uma vez que a criança precisa compreender a primeira língua (Libras) para, então, se alfabetizar com segunda (Língua Portuguesa).

Conforme cita Botelho (2005, p.112), “A língua de sinais é concebida como a língua materna de pessoas surdas, e a educação bilingue propõe a exposição a ela o mais cedo possível, de modo a oportunizar o desenvolvimento dos processos cognitivos e de linguagem [...]”.

Diante desses casos de ausência da Libras, o mais cedo possível a escola necessita desenvolver ações para a língua estar presente na escola da forma mais ampla possível, assim, será possível amenizar os danos e conseguir a educação bilingue da criança surda.

Perguntamos ainda se a aluna passou a gostar de frequentar outros lugares além da escola depois que começou a estudar, e ela respondeu que sim. Gosta de ir à igreja, na casa dos avós, na pracinha e que gosta de brincar com o cachorro. Acrescentou ainda, que vai às consultas médicas, quando necessário.

Por fim, questionamos sobre o que A. gostaria que tivesse na escola para que sua educação se efetivasse com mais qualidade, e ela respondeu que seria bom se tivesse computador. A intérprete de Libras esclareceu que o laboratório estava necessitando ser renovado e por isso foi desativado.

Ouvir a parte mais diretamente relacionada com as políticas de educação especial foi de suma importância para nossa pesquisa, pois, por meio das falas e do entusiasmo dos estudantes, pudemos perceber o quanto é valoroso o processo de inclusão e o quanto contribui para a promoção de pessoas ativas na sociedade. Pessoas que há pouco tempo estariam segregadas em uma instituição ou em seus lares, escondendo toda a capacidade e habilidade que possuem, para além da deficiência.

Os estudantes entrevistados, em nenhum momento, citaram problemas relacionados com a socialização e interação com outros alunos. Inclusive, a aluna A. disse que ajuda os colegas que apresentam dificuldades nas atividades e todos disseram que gostam de brincar no pátio com os colegas, exceto L., que prefere ficar sozinha. Isso nos confirma que a inclusão traz benefícios não somente aos alunos com deficiência, mas também para a sociedade em geral, uma vez que as crianças crescem aprendendo que todos somos iguais, mas cada um possui a sua peculiaridade.

É essa peculiaridade que as políticas públicas precisam atender para que as escolas consigam promover a equidade necessária para que todos aprendam e recebam educação de qualidade.

## 10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de inclusão de estudantes público-alvo da educação especial nas classes e escolas comuns das redes de ensino de todo o Brasil vem caminhando a passos lentos. Essa morosidade, certamente, promove uma defasagem escolar e um irreparável prejuízo intelectual e profissional para muitas pessoas com deficiências que poderiam gozar de oportunidades que lhes são furtadas quando a escola deixa de prestar seu papel com a expertise que deveria ter com todos os alunos.

Por isso, ao adentrarmos o espaço da universidade para cursar o Mestrado, procuramos pesquisar com seriedade e compromisso as implicações da Política Nacional de Educação Especial nas políticas implementadas pelo município de Conceição do Castelo/ES, assim como os reflexos dessas ações na vida escolar e social dos estudantes com deficiências.

É importante salientar que estamos diretamente relacionada com a atuação no município em relação a essa modalidade, uma vez que atuamos há mais de uma década na Coordenação Municipal de Educação Especial. Isso é um fator que explica grande parte do interesse pelo assunto, pois avaliar as ações desenvolvidas em prol da qualidade do ensino ofertado aos estudantes com deficiências é fundamental para alavancar novas discussões e promover novas políticas que acelerem o processo de inclusão nas escolas municipais.

Devido a essa compreensão discriminatória da sociedade capitalista, os estudantes com deficiência passaram anos de sua história nas instituições filantrópicas, que prestam um serviço de grande relevância para pessoas com deficiências, mas com isso esses alunos deixaram de estar nas escolas regulares, sendo segregados por anos afins. Portanto, faz-se necessário analisar as políticas públicas de inclusão para que esses estudantes estejam matriculados e tendo acesso ao conhecimento prudente que lhes garanta vida decente (SANTOS, 2006).

No decorrer da pesquisa, identificamos que algumas questões apontadas foram solucionadas em Conceição do Castelo/ES. A estrutura física das escolas vem sendo adequada à medida que reformas são realizadas, ainda sendo um desafio para duas

escolas do interior, que são muito antigas e sem espaço para ampliação, o que dificulta a construção de rampas e/ou banheiros adaptados.

Quanto à compreensão dos profissionais em relação à importância da inclusão, percebemos, por meio das entrevistas, que, ao longo dos anos, essa visão foi se aprimorando e o direito da inclusão escolar dos alunos com deficiências passou a ser visto como importante na promoção de uma educação de qualidade para todos. Mas, em relação às políticas públicas, ainda percebemos a necessidade de aprimoramento e efetivação para se mostrarem mais eficientes na prática.

O ensino comum paralelo ao ensino especial nas instituições filantrópicas é um grande desafio para os municípios, pois envolve, além das questões historicamente construídas em relação a elas, questões financeiras que acabam por abalar a sociedade de forma geral, isso devido à visão romantizada que se tem sobre a instituição. No ano de 2019, o município de Conceição do Castelo/ES conseguiu, em acordo com a Apae, ofertar o AEE somente nas escolas regulares do município, ficando a instituição com os tratamentos da área da saúde.

A contratação de estagiários para suprir a necessidade de cuidador que, no caso do município pesquisado, é o auxiliar de sala, é outra situação recorrente que necessita ser revista. Entretanto, assim como todos os municípios argumentam, é uma forma de reduzir gastos com pessoal e, conseqüentemente, com a folha de pagamento, o que, para localidades pequenas, é importante devido ao reduzido percentual de arrecadação. Porém, não podemos dizer que essa justificativa seja plausível, uma vez que causa danos à educação dos estudantes com deficiências.

A ausência de sintonia entre os setores da Secretaria de Educação também foi citada por um profissional da Educação como prejudicial ao processo de inclusão dos estudantes público-alvo da educação especial nas classes e escolas comuns. O município não possui equipes direcionadas a cada etapa da educação, mas uma pessoa que coordena cada uma. Apesar de trabalharem juntas, ainda falta uma sintonia maior entre elas, e um conhecimento mais aprofundado em relação à educação especial, uma vez que os estudantes dessa modalidade fazem parte de cada etapa da educação.

Em se tratando das documentações, percebemos que a Secretaria Municipal, apesar de jurisdicionada pela Secretaria de Estado da Educação, promove de forma insuficiente a regulamentação de suas ações, não produzindo documentos referentes às políticas efetivadas. Com isso a maioria dos documentos se limita aos publicados nacionalmente ou pelo Estado.

Notamos as ações como impostas por superiores. Existem e são implementadas exigências legais, mas precisamos avançar com esse pensamento um tanto medíocre e defender os direitos dos estudantes com deficiência como importantes para formarmos uma sociedade mais justa, igualitária... democrática.

Portanto, o município pesquisado necessita tornar as políticas públicas de educação especial mais efetivas e avançar em novas ações que considerem as necessidades dos estudantes matriculados em sua rede de ensino.

Entendemos, ainda, que o município precisa compor equipes para desempenhar as funções relacionadas com cada etapa da educação básica, não somente a educação especial, pois com apenas uma pessoa responsável se torna difícil o trabalho de apoio aos profissionais da educação que se encontram nas escolas. Além disso, criar sintonia entre esses profissionais e as etapas que coordenam é primordial para as políticas se efetivarem eficazmente, uma vez que o público-alvo é o mesmo.

A satisfação das famílias em relação à garantia dos direitos é um ponto positivo, que nos mostra que o município atende aos dispostos nas legislações, porém as ações precisam se tornar mais efetivas na prática. E caminhar para novos avanços.

Os estudantes com deficiência nos mostraram que o município segue a direção correta e que o processo de inclusão tem contribuído para o desenvolvimento integral desses alunos, refletindo positivamente na vida escolar, familiar e social. Porém, algumas dificuldades apresentadas demonstram que ajustes precisam ser feitos e que novas ações precisam minimizar ou extinguir tais problemas.

Ao finalizarmos nosso estudo, observamos que os desencadeamentos da PNEE/2008 no município de Conceição do Castelo/ES, apesar de lentos, estão se mostrando assertivos e vêm contribuindo significativamente para que os estudantes público-alvo da educação especial se sintam incluídos nos espaços escolares da Rede Municipal

de Educação. Além disso, as ações em prol da inclusão têm refletido na vida familiar e social dos alunos, tornando-os mais ativos e participativos para além dos muros escolares.

Porém, evidenciamos a necessidade de tornar as ações implementadas pelo município mais efetivas para os alunos, uma vez que dificuldades foram apresentadas pelos entrevistados. Além disso, é necessário ultrapassar o disposto nas legislações e avançar com novas ações que alavanquem o processo de inclusão na Rede Municipal de Ensino, observando as peculiaridades dos estudantes conceiçoenses.

## REFERÊNCIAS

A CIDADE: História do município. **Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo**. Disponível em: <https://www.conceicaodocastelo.es.gov.br/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

A GAZETA. **Espírito Santo tem mais de 50 mil alunos fora da sala de aula. Reportagem Especial**. Vitória, 10 mar. 2018. Disponível em <https://www.agazeta.com.br/es/gv/espírito-santo-tem-mais-de-50-mil-alunos-fora-da-sala-de-aula-0318>. Acesso em: 5 jul. 2021.

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso em educação? **Revista da Faeeba: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**. n.19, p. 19-28, 2002.

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação de surdos: ideologias e práticas pedagógicas**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2005.

BRASIL. [Constituição (1967)]. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm). Acesso em: 1 ago. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Brasília: Assembleia Nacional Constituinte, 1934.

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946**. Brasília: Assembleia Constituinte, 1946.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Unesco, 1994.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado. Brasília, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 72.425, de 3 de julho de 1973**. Cria o Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp). Brasília, 1973.

BRASIL. Decreto o nº 5. 296, de 2 de dezembro de 2004. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 3 dez. 2004.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. Resolução nº 10, de 13 de maio de 2010. Dispõe sobre a transferência de recursos financeiros, nos moldes e sob a égide da Resolução nº 3, de 1º de abril de 2010, para as escolas públicas com matrículas de alunos da educação especial inseridas no Programa Escola Acessível e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Seção 01, Brasília, 14 maio 2010. Seção 1.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão. Estatuto da Pessoa com Deficiência baseado na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186/08. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Capítulo Educação.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 27 dez. 1961. Seção 1.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. **Diário Oficial da União**. 12 ago. 1971. Seção 1.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 dez. 1996. Seção 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 09, de 2 de abril de 2009. Fixa diretrizes para os novos planos de carreira e de remuneração para o magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Diário Oficial da União**. 29 maio 2009. Seção 01.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência. Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Manual de Orientação**: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais. Brasília, 2010.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Brasília: Câmara dos Deputados. Série Legislação, Brasília, 2014.

CARVALHO, Beatriz Girão Enes; SILVA, Naiane Cristina. Compreendendo o processo de inclusão escolar no Brasil na perspectiva dos professores: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 23, n. 2, p. 293-308, abr./jun.

2017.

**CONSELHOS Municipais:** o que são e como funcionam. Todos pela Educação. 19 fev. 2018. Disponível em <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/perguntas-e-respostas-o-que-sao-e-como-funcionam-os-conselhos-municipais-de-educacao/>. Acesso em: 27 jul. 2021.

ESPÍRITO SANTO. Governo do Estado do Espírito Santo. Secretaria de Estado da Educação. **Documento Orientador ao Atendimento Educacional Especializado na Rede Estadual de Ensino do Espírito Santo**. Vitória. 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Gustavo Bruno Bicalho. Nucleação das escolas rurais. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancelli; VIEIRA, Livia Maria Fraga. **Dicionário:** trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

LIMA, Simone Mazureki Soares de; ROSA, Cláudio Adão da. **O olhar das famílias sobre os caminhos da inclusão escolar:** repositório do Instituto Federal de Santa Catarina. Canoinhas, 2020.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A educação especial no Brasil:** da exclusão à inclusão escolar. Instituto Paradigma. 25 mar. 2011. Disponível em: <https://iparadigma.org.br/biblioteca/a-educacao-especial-no-brasil-da-exclusao-a-inclusao/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

MARTINS, Ines de Oliveira Ramos. Ivo viu... ou a professora viu Ivo? O ensino em multiníveis como possibilidades para a prática pedagógica na perspectiva da inclusão. In: JESUS, Denise Meyrelles; SÁ, Maria das Graças Carvalho Silva de (org.). **Políticas, práticas pedagógicas e formação:** dispositivos para a escolarização de alunos(as) com deficiência. Vitória: Edufes, 2010. p. 233-258.

MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Dados abertos**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/dados>. Acesso em: 30 jun. 2021.

PANTALEÃO, Edson. Dilemas no cotidiano escolar: implicações nos processos de inclusão, formação, continuada e constituição profissional. In: JESUS, Denise Meyrelles; SÁ, Maria das Graças Carvalho Silva de (org.). **Políticas, práticas pedagógicas e formação:** dispositivos para a escolarização de alunos(as) com deficiência. Vitória: Edufes, 2010. p. 51-80.

PATO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar:** histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

RAMOS, Ines de Oliveira; VIEIRA, Alexandro Braga. Diálogos de Sousa Santos, educação especial e currículo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, jan./mar. 2018.

RAMOS, Ines de Oliveira; VIEIRA, Alexandro Braga. Formação continuada de professores no contexto da inclusão escolar: diálogo com os desafios e as possibilidades da escola. In: ALMEIDA, Mariangela Lima de; RAMOS, Ines de Oliveira (org.). **Diálogos sobre práticas pedagógicas inclusivas**. Curitiba: Appris, 2002. p. 55-70.

SANCHES, Isabel Rodrigues. **Necessidades educativas especiais e apoios e complementos educativos no cotidiano do professor**. Porto: Porto, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 78, p.3-46, out. 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237-280, out. 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. CV e nota biográfica. **Currículo Vitae**. Disponível em: [boaventuradesousasantos.pt/pages/pt/cv-e-nota-biografica.php#:~:text=Boaventura%20de%20Sousa%20Santos%20nasceu,da%20Universidade%20de%20Wisconsin-Madiso](http://boaventuradesousasantos.pt/pages/pt/cv-e-nota-biografica.php#:~:text=Boaventura%20de%20Sousa%20Santos%20nasceu,da%20Universidade%20de%20Wisconsin-Madiso). Acesso em: 5 jul. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Tradução de Mouzar Benedito. São Paulo: Ed. Boitempo, 2007.

ZANDONADI, Fernanda. Ensino fundamental de Conceição do Castelo atinge nota 6,5 e supera meta do Ideb para 2021. **Aqui Notícias**. 21 set. 2020. Disponível em: <https://www.aquinoicias.com/2020/09/ensino-fundamental-de-conceicao-do-castelo-atinge-nota-65-e-supera-meta-do-ideb-para-2021/>. Acesso em: 22 jul. 2021.

**APÊNDICES**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM  
EDUCAÇÃO**

**APÊNDICE A — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)  
(PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO)**

Prezado(a) Sr/Sra,

Estamos convidando-o(a) para participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada **Implicações da Política Nacional de Educação Especial na construção de políticas públicas para os alunos com deficiência da Rede Municipal de Conceição do Castelo/ES.**

Essa pesquisa está sendo realizada pela mestranda Maria Rosania Stofel e por sua orientadora – Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ines de Oliveira Ramos. Está vinculada ao Programa de Pós-graduação de Mestrado Profissional em Educação (PPGMPE) do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

A pesquisa tem por objetivo geral compreender criticamente as implicações da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar nas Políticas de Educação Especial implementadas pela Rede Municipal de Educação de Conceição do Castelo/ES, no período de 2008-2021.

Se o Sr/Sr<sup>a</sup> conceder sua autorização para fazer parte da pesquisa, deverá responder à presente entrevista, a ser realizada por meio do google forms, no qual estará disponível este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para ser aceito antes do início da entrevista e será entregue pessoalmente, em formato impresso, assinado e rubricado em todas as páginas pela pesquisadora. A pesquisa contém sete perguntas e está prevista para um tempo médio de 15 minutos.

Destacamos que é seu direito ser devidamente esclarecido(a) sobre a pesquisa e o senhor/a tem total liberdade para decidir participar e, também, para desistir da pesquisa em qualquer momento, sem prejuízos. Para amenizar os riscos provenientes dos ambientes virtuais e assegurar o direito à privacidade e à confidencialidade das suas informações pessoais, todos os dados serão salvos em dispositivos eletrônicos locais e apagados dos ambientes virtuais após o término das entrevistas. Além disso, garantimos ao(à) participante acesso aos resultados dos estudos por meio do seminário que será realizado como Produto Educacional ao fim do estudo e por produções que serão publicadas.

Esclarecemos que sua participação envolve um nível de risco mínimo, como possibilidade de cansaço, estresse ou constrangimento durante a entrevista. De qualquer maneira, de forma a impedir esses riscos, informamos que o(a) participante poderá, em qualquer momento da entrevista, solicitar esclarecimentos à pesquisadora sobre as questões, não responder a perguntas que considere desconfortáveis ou mesmo interromper a entrevista.

Consideramos que esta pesquisa é de grande relevância na investigação sobre as implicações da política nacional de educação especial nas políticas municipais assim como o impacto na escolarização e na vida dos estudantes com deficiência. Desse modo, os potenciais benefícios em participar da pesquisa envolvem, diante do cotidiano escolar da educação especial/inclusiva, a intenção de proporcionar espaços de vivências, criando a conversa/debate sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva com vista ao entendimento de concretizar ações nessa modalidade do ensino comum.

Os dados coletados serão analisados pela pesquisadora e sua orientadora e os resultados serão divulgados por meio do PPGMPE/Ufes ou ainda publicados em revistas científicas nacionais e internacionais, sem a identificação dos(as) participantes(s).

Caso queira tirar dúvidas ou solicitar informações, entre em contato com a pesquisadora Maria Rosania Stofel, pelo telefone (28) 9-9886-7716 ou pelo e-mail [rosaniastofel@gmail.com](mailto:rosaniastofel@gmail.com). Em caso de denúncias ou intercorrências na pesquisa, o Comitê de Ética em Pesquisa da Ufes poderá ser acionado pelo telefone (27) 3145-

9820, pelo e-mail cep.goiabeiras@gmail.com, pessoalmente ou pelo correio, no seguinte endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 – Campus Universitário, sala 7 do Prédio Administrativo do CCHN, Goiabeiras, Vitória/ES, CEP 29075-910.

Declaro que fui informado(a) e esclarecido(a) verbalmente sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que, voluntariamente, aceito participar deste estudo. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinado pela pesquisadora e por mim e rubricada em todas as páginas.

Conceição do Castelo-ES, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

---

Participante da pesquisa

---

Pesquisadora



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM  
EDUCAÇÃO**

**APÊNDICE B — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)  
(FAMÍLIAS)**

Prezado(a) Sr/Sra,

Estamos convidando-o(a) para participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada **Implicações da Política Nacional de Educação Especial na construção de políticas públicas para os alunos com deficiência da Rede Municipal de Conceição do Castelo/ES.**

Essa pesquisa está sendo realizada pela mestranda Maria Rosania Stofel e por sua orientadora – Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ines de Oliveira Ramos. Está vinculada ao Programa de PósGraduação de Mestrado Profissional em Educação (PPGMPE) do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

A pesquisa tem por objetivo geral compreender criticamente as implicações da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar nas Políticas de Educação Especial implementadas pela Rede Municipal de Educação de Conceição do Castelo/ES, no período de 2008-2021.

Se o Sr/Sr<sup>a</sup> conceder sua autorização para fazer parte da pesquisa, deverá responder à presente entrevista, a ser realizada por meio do google forms, no qual estará disponível este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para ser aceito antes do início da entrevista e será entregue pessoalmente, em formato impresso, assinado e rubricado em todas as páginas, pela pesquisadora. A pesquisa contém 11 perguntas e está prevista para um tempo médio de 20 minutos.

Destacamos que é seu direito ser devidamente esclarecido(a) sobre a pesquisa e o Senhor/a tem total liberdade para decidir participar e, também, para desistir da pesquisa em qualquer momento, sem prejuízos. Para amenizar os riscos provenientes dos ambientes virtuais e assegurar o direito à privacidade e à confidencialidade das suas informações pessoais, todos os dados serão salvos em dispositivos eletrônicos locais e apagados dos ambientes virtuais após o término das entrevistas. Além disso, garantimos ao(à) participante acesso aos resultados dos estudos por meio do seminário que será realizado como Produto Educacional ao fim do estudo e por produções que serão publicadas.

Esclarecemos que sua participação envolve um nível de risco mínimo, como possibilidade de cansaço, estresse ou constrangimento durante a entrevista. De qualquer maneira, de forma a impedir esses riscos, informamos que o(a) participante poderá, em qualquer momento da entrevista, solicitar esclarecimentos à pesquisadora sobre as questões, não responder a perguntas que considere desconfortáveis ou mesmo interromper a entrevista.

Consideramos que esta pesquisa é de grande relevância na investigação sobre as implicações da política nacional de educação especial nas políticas municipais assim como o impacto na escolarização e na vida dos estudantes com deficiência. Desse modo, os potenciais benefícios em participar da pesquisa envolvem, diante do cotidiano escolar da educação especial/inclusiva, a intenção de proporcionar espaços de vivências, criando a conversa/debate sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva com vista ao entendimento de concretizar ações nessa modalidade do ensino comum.

Os dados coletados serão analisados pela pesquisadora e sua orientadora e os resultados serão divulgados por meio do PPGMPE/Ufes ou ainda publicados em revistas científicas nacionais e internacionais, sem a identificação dos(as) participantes(s).

Caso queira tirar dúvidas ou solicitar informações, entre em contato com a pesquisadora Maria Rosania Stofel, pelo telefone (28) 9-9886-7716 ou pelo e-mail [rosaniastofel@gmail.com](mailto:rosaniastofel@gmail.com).

Em caso de denúncias ou intercorrências na pesquisa, o Comitê de Ética em Pesquisa da Ufes poderá ser acionado pelo telefone (27) 3145-9820, pelo e-mail cep.goiabeiras@gmail.com, pessoalmente ou pelo correio, no seguinte endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 – Campus Universitário, sala 7 do Prédio Administrativo do CCHN, Goiabeiras, Vitória/ES, CEP 29075-910.

Declaro que fui informado(a) e esclarecido(a) verbalmente sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que, voluntariamente, aceito participar deste estudo. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinado pela pesquisadora e por mim e rubricada em todas as páginas.

Conceição do Castelo/ES, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_

---

Participante da pesquisa

---

Pesquisadora



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM  
EDUCAÇÃO**

**APÊNDICE C — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Prezado(a) Sr/Sra,

Estamos convidando seu(sua) filho(a) para participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada **Implicações da Política Nacional de Educação Especial na construção de políticas públicas para os alunos com deficiência da Rede Municipal de Conceição do Castelo/ES.**

Essa pesquisa está sendo realizada por Maria Rosania Stofel, que é Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santos (Ufes) e tem por objetivo compreender criticamente as implicações da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar nas políticas de Educação Especial implementadas pela Rede Municipal de Educação de Conceição do Castelo/ES no período de 2008-2021.

Se o Senhor/a conceder sua autorização para que seu(sua) filho(a) faça parte da pesquisa, ele(a) somente precisará responder a dez perguntas sobre a escola em que estuda. A entrevista será realizada na própria escola e as respostas serão transcritas pela pesquisadora no formulário da entrevista, além de serem gravadas por intermédio de um aparelho celular.

A gravação de voz servirá apenas para auxiliar na transcrição das respostas dadas pelos entrevistados e não será divulgada em nenhuma fase da pesquisa ou em qualquer outro trabalho desenvolvido pela pesquisadora ou pela orientadora.

Esclarecemos que os protocolos de biossegurança contra a Covid-19 serão respeitados no momento da entrevista. Portanto, pesquisadora e participante usarão máscaras, álcool em gel e manterão distanciamento durante a conversa.

Destacamos que é seu direito ser devidamente esclarecido(a) sobre a pesquisa e o Senhor/a tem total liberdade para decidir se permitirá ou não a participação de seu(sua) filho(a) e, também, para desistir da pesquisa em qualquer momento, sem prejuízos. Seu(sua) filho(a) também tem assegurados os direitos de: ter a privacidade respeitada; garantida a confidencialidade das informações pessoais (garantia de sigilo da identidade do participante); buscar indenização em caso de dano comprovadamente recorrente da pesquisa. Além disso, garantimos ao(à) participante acesso aos resultados dos estudos.

Esclarecemos que a participação de seu(sua) filho(a) envolve um nível de risco mínimo, como possibilidade de cansaço, estresse ou constrangimento durante a entrevista. De qualquer maneira, de forma a impedir esses riscos, informamos que o(a) participante poderá, em qualquer momento da entrevista, solicitar esclarecimentos à pesquisadora sobre as questões, não responder a perguntas que considere desconfortáveis ou mesmo solicitar que se interrompa a entrevista.

Consideramos que esta pesquisa é de grande relevância na investigação sobre as implicações da Política Nacional de Educação Especial nas políticas municipais assim como o impacto na escolarização e na vida dos estudantes com deficiência. Desse modo, os potenciais benefícios em participar da pesquisa envolvem, diante do cotidiano escolar da educação especial/inclusiva, a intenção de proporcionar debates e reflexões sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva com vista à busca por avanços no processo de inclusão escolar dos estudantes com deficiências, melhorando a qualidade do ensino ofertado pelo município.

Os dados coletados serão analisados pela pesquisadora e sua orientadora e os resultados serão divulgados pela Universidade Federal do Espírito Santo ou ainda publicados em revistas científicas nacionais e internacionais, sem a identificação dos(as) participantes(s).

Caso queira esclarecer dúvidas ou solicitar informações, entre em contato com a pesquisadora Maria Rosania Stofel, pelo telefone (28) 9-9886-7716 ou pelo e-mail [rosaniastofel@gmail.com](mailto:rosaniastofel@gmail.com).

Em caso de denúncias ou intercorrências na pesquisa o Comitê de Ética em Pesquisa da UFES poderá ser acionado pelo telefone (27) 3145-9820, pelo e-mail

cep.goiabeiras@gmail.com, pessoalmente ou pelo correio, no seguinte endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 – Campus Universitário, sala 7 do Prédio Administrativo do CCHN, Goiabeiras, Vitória/ES, CEP 29075-910.

Declaro que fui informado(a) e esclarecido(a) verbalmente sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que, voluntariamente, concordo com a participação de meu(minha) filho(a) neste estudo. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinado pela pesquisadora e por mim e rubricada em todas as páginas.

Conceição do Castelo/ES, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_ .

---

Responsável pelo(a) participante da pesquisa

---

Pesquisadora



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM  
EDUCAÇÃO**

**APÊNDICE D — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

**(PARA RESPONSÁVEIS PELOS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL COM 05 ANOS)**

Prezado(a) Sr/Sra,

Estamos convidando seu(sua) filho(a) para participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada **Implicações da Política Nacional de Educação Especial na construção de políticas públicas para os alunos com deficiência da Rede Municipal de Conceição do Castelo/ES.**

Essa pesquisa está sendo realizada por Maria Rosania Stofel, que é Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santos (Ufes) e tem por objetivo compreender criticamente as implicações da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar nas políticas de educação especial implementadas pela Rede Municipal de Educação de Conceição do Castelo/ES no período de 2008-2021.

Se o Senhor/a conceder sua autorização para que seu (sua) filho(a) faça parte da pesquisa, ele(a) somente precisará responder a dez perguntas sobre a escola em que estuda. A entrevista será realizada na própria escola e as respostas serão transcritas pela pesquisadora no formulário da entrevista, além de serem gravadas por intermédio de um aparelho celular.

A gravação de voz servirá apenas para auxiliar na transcrição das respostas dadas pelos entrevistados e não será divulgada em nenhuma fase da pesquisa ou em qualquer outro trabalho desenvolvido pela pesquisadora ou pela orientadora.

Esclarecemos que os protocolos de biossegurança contra a covid-19 serão respeitados no momento da entrevista. Portanto, pesquisadora e participante usarão máscaras, álcool em gel e manterão distanciamento durante a conversa.

Destacamos que é seu direito ser devidamente esclarecido(a) sobre a pesquisa e o Senhor/a tem total liberdade para decidir se permitirá ou não a participação de seu (sua) filho(a) e, também, para desistir da pesquisa em qualquer momento, sem prejuízos. Seu(sua) filho(a) também tem assegurados os direitos de: ter a privacidade respeitada; garantida a confidencialidade das informações pessoais (garantia de sigilo da identidade do participante); buscar indenização em caso de dano comprovadamente recorrente da pesquisa. Além disso, garantimos ao(à) participante acesso aos resultados dos estudos.

Esclarecemos que a participação de seu (sua) filho(a) envolve um nível de risco mínimo, como possibilidade de cansaço, estresse ou constrangimento durante a entrevista. De qualquer maneira, de forma a impedir esses riscos, informamos que o(a) participante poderá, em qualquer momento da entrevista, solicitar esclarecimentos à pesquisadora sobre as questões, não responder a perguntas que considere desconfortáveis ou mesmo solicitar que se interrompa a entrevista.

Consideramos que esta pesquisa é de grande relevância na investigação sobre as implicações da Política Nacional de Educação Especial nas políticas municipais assim como o impacto na escolarização e na vida dos estudantes com deficiência. Desse modo, os potenciais benefícios em participar da pesquisa envolvem, diante do cotidiano escolar da educação especial/inclusiva, a intenção de proporcionar debates e reflexões sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva com vista à busca por avanços no processo de inclusão escolar dos estudantes com deficiências, melhorando a qualidade do ensino ofertado pelo município.

Os dados coletados serão analisados pela pesquisadora e sua orientadora e os resultados serão divulgados pela Universidade Federal do Espírito Santo ou ainda publicados em revistas científicas nacionais e internacionais, sem a identificação dos(as) participantes(s).

Caso queira esclarecer dúvidas ou solicitar informações, entre em contato com a pesquisadora Maria Rosania Stofel, pelo telefone (28) 9-9886-7716 ou pelo e-mail rosaniastofel@gmail.com.

Em caso de denúncias ou intercorrências na pesquisa, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFES poderá ser acionado pelo telefone (27) 3145-9820, pelo e-mail cep.goiabeiras@gmail.com, pessoalmente ou pelo correio, no seguinte endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 – Campus Universitário, sala 7 do Prédio Administrativo do CCHN, Goiabeiras, Vitória/ES, CEP 29075-910.

Declaro que fui informado(a) e esclarecido(a) verbalmente sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que, voluntariamente, concordo com a participação de meu(minha) filho(a)

---

05 anos de idade, neste estudo. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinado pela pesquisadora e por mim, rubricada em todas as páginas.

Conceição do Castelo/ES, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_ .

---

Responsável Legal pelo(a) participante da pesquisa

---

Pesquisadora



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO  
SANTO CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL  
EM EDUCAÇÃO**

**APÊNDICE E — TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E  
ESCLARECIDO (TALE)**

Eu, Maria Rosania Stofel, e minha orientadora, Ines de Oliveira Ramos, estamos pesquisando sobre sua escola e gostaríamos que você nos contasse um pouquinho sobre ela, dizendo-nos se você gosta de estudar, as atividades que você faz, do que você mais gosta e do que menos gosta e, também, sobre o que você gosta de fazer quando não está na escola.

Seu papai e sua mamãe (responsável) já permitiram a sua participação. Por meio da nossa conversa, queremos saber se a sua escola faz bem à você e se você está aprendendo o que seus professores ensinam. Além disso, queremos saber se você está recebendo os apoios que precisa para realizar todas as atividades que sua turma faz. Gostaríamos muito de contar com você, mas você não é obrigado a participar e não tem problema se desistir.

Outras crianças de 5 a 12 anos de idade também participarão da nossa pesquisa, que será realizada na escola onde cada uma estuda. Para participar, você só precisa responder a dez perguntinhas que eu (pesquisadora) vou fazer. Quando você responder, vou anotar no formulário da entrevista e gravar suas respostas com o celular, mas a gravação servirá apenas para não esquecermos o que você nos falou.

Informamos que, caso você se canse de responder às perguntas, poderá parar em qualquer momento da entrevista.

A sua participação é importante para entendermos como você vê sua escola e para que nosso município possa melhorá-la para que você e seus colegas possam aproveitar ainda mais tudo que ela pode oferecer. Lembramos que ninguém saberá que você está participando da pesquisa.

Durante a entrevista, usaremos máscaras, álcool em gel e ficaremos um pouquinho longe um do outro para evitar o risco de pegar Covid-19.

**Observação:** Considerando que os estudantes com deficiência colaboradores da presente pesquisa são menores de idade, o termo de assentimento abaixo deverá ser assinado, também, pelo(a) responsável legal da criança.

#### TERMO DE ASSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu, \_\_\_\_\_, aceito participar da pesquisa **Implicações da Política Nacional de Educação Especial na construção de políticas públicas para os alunos com deficiência da Rede Municipal de Conceição do Castelo/ES**. Compreendi os objetivos do estudo e como será realizada a entrevista. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e ninguém vai ficar com raiva/chateado comigo. Os pesquisadores esclareceram minhas dúvidas e conversaram com os meus pais/responsável legal. Recebi uma cópia deste Termo de Assentimento, li e concordo em participar da pesquisa/estudo.

Conceição do Castelo/ES, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

---

Participante da pesquisa

---

Responsável legal da criança

---

Pesquisadora



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM  
EDUCAÇÃO**

**APÊNDICE F — ROTEIRO DAS PERGUNTAS DIRECIONADAS AOS  
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

**Implicações da Política Nacional de Educação Especial na construção de  
políticas públicas para os alunos com deficiência da Rede Municipal de  
Conceição do Castelo/ES**

- 1- Qual o vínculo que você possui e/ou possuía, entre 2008 e 2021, na Rede Municipal de Ensino de Conceição do Castelo/ES?
  - ( ) Efetivo
  - ( ) Designação Temporária
  - ( ) Cargo Comissionado
- 2- Qual o cargo que ocupa/ocupou na Rede Municipal de Ensino de Conceição do Castelo/ES no período 2008/2021?
  - ( ) Secretário(a) Municipal de Educação
  - ( ) Chefe do Departamento Educacional (Pedagógico)
  - ( ) Técnico Educacional (Pedagogo(a))
  - ( ) Professor(a) da Educação Especial (Professor Especializado do Atendimento Educacional Especializado-AEE)
  - ( ) Professor(a) da Sala de Aula Comum
- 3- Quando ocupou um dos cargos citados no período 2008/2021, qual a visão que você tinha sobre a educação especial e o processo de inclusão de alunos com deficiência nas classes comuns da educação básica?
- 4- Nesse período, você conheceu a Política Nacional de Educação Especial/2008 e a vivenciou no município de Conceição do Castelo/ES?

- 5- Quais as Políticas Públicas de Educação Especial foram implementadas no período em que você atuou na Rede Municipal de Ensino de Conceição do Castelo/ES, considerando o período de 2008/2021?
- 6- Quais as maiores dificuldades que você encontrou para desenvolver seu trabalho dentro de uma perspectiva inclusiva de Educação? (Considere sua compreensão acerca de inclusão, a visão dos colegas de trabalho, a posição dos seus superiores na hierarquia educacional, a relação com as famílias, dentre outros).
- 7- Considerando as Políticas Públicas Nacional, Estadual e Municipal acerca da educação especial, você acredita que as políticas implementadas em Conceição do Castelo/ES trouxeram benefícios significativos para os estudantes público-alvo da educação especial? Argumente a respeito.

Conceição do Castelo/ES, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

---

Pesquisadora



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM**  
**EDUCAÇÃO**

**APÊNDICE G — ROTEIRO DAS PERGUNTAS DIRECIONADAS ÀS FAMÍLIAS**

**Implicações da Política Nacional de Educação Especial na construção de políticas públicas para os alunos com deficiência da Rede Municipal de Conceição do Castelo/ES**

- 1- Seu (sua) filho(a) foi matriculado na escola regular em qual ano de escolarização?
- 2- Quantos anos ele(a) tinha?
- 3- Antes de ser matriculado na rede regular de ensino, seu (sua) filho(a) frequentou a sala de alfabetização da instituição filantrópica do município (Apae)?
- 4- Você sentiu segurança ao matricular seu(sua) filho(a) na escola regular? Por quê?
- 5- Você considera que ocorreram mudanças positivas no comportamento e na vida de seu(sua) filho(a) depois que começou a estudar na escola regular? Cite algumas.
- 6- Caso você conheça a Política Nacional de Educação Especial/2008, responda: Quais direitos previstos na política nacional a escola onde seu(sua) filho(a) está matriculado(a) garantiu/garante a ele(a)?
- 7- A escola incluía/inclui seu(sua) filho(a) em todas as atividades desenvolvidas em sala de aula e também nas apresentações, nos passeios culturais, nas gincanas, nos jogos e outros eventos que promovia/promove durante o ano letivo?
- 8- Seu(sua) filho(a) gostava/gosta de participar das apresentações, passeios culturais, gincanas, jogos e outros eventos que a escola promovia/promove durante o ano letivo?
- 9- Você e sua família se sentem satisfeitos com a educação e com os apoios ofertados pela escola regular ao(à) seu(sua) filho(a)? Por quê?
- 10- Na sua opinião, foi ou está sendo importante para seu(sua) filho(a) estar matriculado na escola regular, onde também frequenta/frequentava o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno?

- 11- Na sua opinião, estudar na escola regular e receber os tratamentos terapêuticos (médicos) na Apae fez diferença no processo de inclusão escolar e social de seu(sua) filho(a)? Por quê?

Conceição do Castelo/ES, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

---

Pesquisadora



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM  
EDUCAÇÃO**

**APÊNDICE H — ROTEIRO DAS PERGUNTAS DIRECIONADAS AOS  
ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA**

**Implicações da Política Nacional de Educação Especial na construção de  
políticas públicas para os alunos com deficiência da Rede Municipal de  
Conceição do Castelo/ES**

- 1- Quantos anos você tem?
- 2- Qual ano você está cursando?
- 3- Você gosta de estudar nesta escola?
- 4- Do que você mais gosta na escola?
- 5- Do que você não gosta na escola?
- 6- Você participa de todas as atividades que os professores proporcionam para sua turma?
- 7- Tem alguma atividade que você sente dificuldades para realizar/participar?
- 8- Cite qual/quais atividades você tem dificuldades para realizar/participar?
- 9- Diante da(s) dificuldade(s) que você citou, qual auxílio recebe para superar os obstáculos e conseguir realizar/participar da atividade proposta?
- 10- Depois que você começou a estudar, sente mais vontade de sair para passear e realizar outras atividades fora de casa também? Se sim, cite algumas atividades que gosta de fazer fora da escola ou de casa.
- 11- Na sua opinião, o que a escola precisa melhorar para que você tenha uma educação com mais qualidade?

Observação: A partir das falas dos estudantes, novas perguntas poderão surgir durante a entrevista.

Conceição do Castelo/ES, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Pesquisadora

